BIBLIOTECA DO INPA

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA – INPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais
Mestrado em Agricultura no Trópico Úmido

# O CACAU NO AMAZONAS:
## Um estudo sobre sua história, políticas, produção e comercialização em Coari, Manaus e Urucurituba.

ESTEFANIA SOUZA SILVA

T
338.13374
S586c

Manaus, Amazonas
Agosto, 2007

BIBLIOTECA DO INPA

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA – INPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais
Mestrado em Agricultura no Trópico Úmido

# O CACAU NO AMAZONAS:
## Um estudo sobre sua história, políticas, produção e comercialização em Coari, Manaus e Urucurituba.

ESTEFANIA SOUZA SILVA

ORIENTADOR: DR. ERNESTO RENAN DE FREITAS PINTO

Dissertação apresentada ao Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Agricultura no Trópico Úmido.

Manaus, Amazonas
Agosto, 2007

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA
BIBLIOTECA
Nº REG. 0432
DATA 03/08/09
MFN
AQUIS.

Biblioteca do INPA/AM
Reg. nº 09-0431

S586 Silva, Estefania Souza
O CACAU NO AMAZONAS: Um estudo sobre sua história, políticas, produção e comercialização em Coari, Manaus e Urucurituba / Estefania Souza Silva .-- Manaus : [s.n.], 2007.
133p. : il.

Dissertação (mestrado)-- INPA/UFAM, Manaus, 2007
Orientador : Pinto, Ernesto Renan de Freitas
Área de concentração: Agricultura no Trópico Úmido

1. Cacau – Amazonas - Produção. 2. Agricultura familiar. 3. Recurso natural. I. Título.

CDD 338.13374

**Sinopse:**

Estudou-se a produção do cacau nos municípios de Coari, Manaus e Urucurituba; foram avaliados os aspectos históricos do cacau como atividade econômica na região, tecnologias utilizadas, o produtor e políticas para a produção do cacau.

**Palavras-chave:**

Várzea, produtor, *terras caídas*, Amazônia.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe Lourdes como símbolo de reconhecimento de que ela merece o melhor, e este trabalho é o que tenho de melhor para lhe oferecer, hoje.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao "Rei, Eterno e Imortal, invisível, mas Real" (Bené Gomes), por ser o Norte da minha vida e meu melhor parceiro. Ao meu orientador Ernesto Renan por ser tão compreensivo diante das dificuldades encontradas na minha nova vida profissional, em que me encontro em estágio probatório, desde o segundo semestre de 2005, não me permitindo a Lei que possa me ausentar para estudos. Ao IDAM de Coari pelo apoio dado. À CEPLAC na pessoa do Sr. Wesley que sempre me atendeu para prestar informações, à CPRM, à SEFAZ, ao Raimundo Santos, aos servidores do IBGE, aos representantes políticos e servidores das prefeituras de Coari e Urucurituba e demais instituições aqui não citadas. Às pessoas da Vila Augusto Monte Negro, das proximidades da cidade de Urucurituba. Aos proprietários de barcos que me deram carona, às donas de casa que me receberam nos flutuantes em Coari e que me mostraram um outro lado da vida. Aos compradores de cacau que me permitiram conhecer sobre a cadeia produtiva do cacau. Aos produtores rurais pois, sem eles; este trabalho não teria sido possível e a todos aqueles que de uma forma ou de outra, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

## EPÍGRAFE

"Não sabes, não ouvistes que o eterno DEUS, o SENHOR, o CRIADOR dos confins da terra, nem se cansa, nem fica exausto? Não se pode esquadrinhar o seu entendimento.
Ele fortalece o cansado e multiplica as forças ao que não tem nenhum vigor.
Até os jovens se cansam e se fatigam, e de exaustos caem;
mas os que esperam no SENHOR renovam as suas forças, voam alto como águias, correm e não se cansam, caminham e não se fatigam". Isaías 40:28-31.

## RESUMO

O presente estudo pretendeu mostrar a história, políticas, produção e comercialização do cacau no Amazonas. Inicialmente se procedeu à seleção dos municípios de Coari e Urucurituba, por ser o primeiro o maior produtor do Solimões; e o segundo, o maior produtor do Médio Amazonas. Manaus também foi escolhida por ser o local de compra e venda, entrada e saída de produtos. Além disso, foi apontado pelo PAM em 2004 como o maior município produtor de cacau do estado do Amazonas. Os objetivos específicos estão assim descritos: compreender por que a cultura do cacau que já chegou a ser o sustentáculo da região Norte, hoje ocupa o terceiro lugar em escala nacional; caracterizar a cadeia produtiva do cacau em Manaus, Coari e Urucurituba; indicar as possíveis correlações entre as três áreas em estudo; identificar políticas de estímulos à produção do cacau no Amazonas; calcular um preço justo para as amêndoas do cacau; caracterizar o produtor de cacau; fornecer elementos para a introdução de melhoria na qualidade de vida dos produtores de cacau, da produção e comercialização. Para atingir esses objetivos, procuraram-se informações em instituições de pesquisas, entrevistas com compradores e produtores de cacau, entrevistas abertas e aplicação de questionário. Também foi necessária uma revisão bibliográfica sobre o assunto e levantamento bibliográfico que pudesse fornecer subsídio que explicasse a trajetória do cacau no decorrer do processo histórico. Conclui-se que historicamente o cacau já foi um produto de base econômica, mas que os colonizadores não tinham a intenção de desenvolver a região de origem do cacau, portanto levaram a cultura para outro estado do país que se tornou o maior produtor e depois para o continente africano que, na atualidade, é o maior produtor do mundo. Apesar de pouco apoio ou quase nenhum apoio, o produtor da várzea permanece produzindo há mais de quatro séculos. Não existe uma política específica voltada para a produção do cacau e nos últimos anos, em função da temática ambiental, o cacau da várzea volta a ser visto como um aliado na conservação do ambiente amazônico. A pesquisa é muito difícil de ser realizada na Amazônia por causa da dimensão territorial, por isso é necessária uma política voltada para a região, tal como ela é. A produção de cacau precisa ser estimulada, mas para isso são necessários recursos para o desenvolvimento de tecnologias, apoio técnico e capacitação de produtores de cacau.

## ABSTRACT

The present study intended to show the history, policies, production and marketing of cocoa in the Amazon. Initially the selection of the two country sides, Coari and Urucurituba was done, Coari for it is the first and the biggest producer in the Solimões area; and Urucurituba for being the second and the biggest producer of medium Amazon. Manaus was also chosen for being the sale and Purchasing local, the entrance and out let for the products. Besides that, Manaus was aimed by PAM in 2004 as the biggest cocoa producer countryside in the state of Amazon. The specific goals are described as the following: understand why the cocoa culture that already had been the support of the north region, today it takes the third place in the national proportion; characterize the productive chain of cocoa in Manaus, Coari and Urucurituba; show the possible correlations among the three areas in studying; identify politics of encouragement to the cocoa production in the Amazon; calculate a fair price to the cocoa almonds; characterize the cocoa farmer, supply elements to the introduction of improvement for the life quality of cocoa farmers; to the production and commercialization.To reach these goals, information in research institutions is wanted, interviews with buyers and farmers of cocoa, open interviews and use of questionnaire are done. Also it was necessary a bibliographical review about the subject and bibliographical research that could supply price-support that explained the course of cocoa during the historical process. Historically it comes to a conclusion that the cocoa already had been a product of economical base, but that the colonizers did not have the intention to develop the cocoa origin region, therefore the culture was taken to another state of the country which became the biggest producer and afterwards to African continent, which is the biggest world producer nowadays. Having very little or almost no support, the flooded land farmer keeps producing for more than four centuries. There is no specific politic directly to the production of cocoa and in the past recent years, because of the environmental debates, The flooded land cocoa is back again as an allied in the conservation of the Amazon environment. The research is very difficult to be accomplished in Amazon because of the territorial dimension, that's why it's necessary a politic directly to region, such as it is. The cocoa production needs to be stimulated, but for doing that it is necessary resources to the development of technology, technical support and qualification of the cocoa farmers.

## SUMARIO


| | | |
|---|---|---|
| INTRODUÇÃO | | 12 |
| 1.0 | OBJETIVOS. | 15 |
| 1.1 | Geral | 15 |
| 1.2 | Específicos | 15 |
| 2.0 | REVISÃO DA LITERATURA | 16 |
| 2.1 | O CACAU NA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA | 17 |
| 2.2 | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA OCIDENTAL PÓS 1960 | 22 |
| 2.3 | O CACAU | 25 |
| 2.4 | MERCADO DO CACAU | 27 |
| 2.5 | MOAGENS | 31 |
| 2.6 | CONSUMO | 31 |
| 2.7 | EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS | 31 |
| 2.8 | A GERAÇÃO DE EMPREGOS PERMANENTES EM NÍVEL DE CAMPO | 34 |
| 2.9 | GERAÇÃO DE EMPREGOS NO SETOR DE COMERCIALIZAÇÃO | 36 |
| 2.10 | PRODUÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA NO AMAZONAS | 36 |
| 2.11 | A ATUAÇÃO DA CEPLAC NA AMAZÔNIA | 39 |
| 3.0 | MATERIAL E MÉTODOS | 42 |
| 3.1 | COARI | 46 |
| 3.2 | MANAUS | 47 |
| 3.3 | URUCURITUBA | 48 |
| 3.4 | O MEIO FÍSICO | 49 |
| 4.0 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 54 |
| 4.1 | O CACAU NO DECORRER DO PROCESSO HISTÓRICO | 54 |
| 4.2 | PRODUÇÃO DE CACAU A PARTIR DE 1990 | 57 |

4.2.1 Produção do Cacau em Coari 66
4.2.2 Cadeia Produtiva e Sistema de Produção 66
4.2.3 O Custo do Cacau 71
4.2.4 O Produtor de Cacau 72
4.2.5 A Produção de Cacau em Urucurituba 77
4.2.6 Sistema Produtivo 80
4.2.7 Assistência Técnica e Organização Social 85
4.2.8 O Produtor de Cacau em Urucurituba 88
4.2.9 Um preço justo para o cacau em Urucurituba e Coari 93
4.2.10 Programas de Apoio a Produção do Cacau 93
4.2.11 Produção de Cacau em Manaus 95
CONCLUSÃO 98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 102
APÊNDICE A - Questionário 108
APÊNDICE B – Formulário para cálculo de custo da produção do cacau 116
ANEXO 01 – Mapa do Estado do Amazonas 119
ANEXO 02 – Dados da produção agrícola permanente e temporária no município de Coari 121
ANEXO 03 – Dados da produção agrícola permanente e temporária no município de Manaus 126
ANEXO 04 – Dados da produção agrícola permanente e temporária no município de Urucurituba 30

## LISTA DE FIGURAS


| | | |
|---|---|---|
| 1 | Produção agrícola do Amazonas no Século XIX. | 21 |
| 2 | Produção de cacau no Brasil, por microrregiões do IBGE - 2003. | 26 |
| 3 | Distribuição regional da produção de cacau em (%) - 2004 | 27 |
| 4 | Produção, moagens, superávit/déficit e estoques mundiais de cacau. | 29 |
| 5 | Produção mundial de cacau por continentes em (%) - 2004 | 30 |
| 6 | Produção de cacau no mundo e países selecionados em 1000t | 30 |
| 7 | Áreas de estudo | 45 |
| 8 | Fenômeno das *Terras Caídas* no paraná da Nazária – Coari/Am, Ano-2006. | 52 |
| 9 | Croqui de uma várzea alta e baixa, vista de cima. | 53 |
| 10 | Produção de cacau no Estado do Amazonas em 1996 | 59 |
| 11 | Produção de cacau no Estado do Amazonas em 2004 | 60 |
| 12 | Produção vendida por município em 2001 | 63 |
| 13 | Produção vendida por município em 2002 | 63 |
| 14 | Produção vendida por município em 2003 | 64 |
| 15 | Postos e agências da SEFAZ no Estado do Amazonas | 64 |
| 16 | Rota e meios de transportes do cacau dos municípios de Coari e Urucurituba no Estado do Amazonas. | 65 |
| 17 | Secagem de amêndoas de cacau em flutuante de comprador em Coari/Am. | 67 |
| 18 | Subprodutos de cacau com referência a uma produtividade anual de 750 kg do produto seco por hectare. | 68 |
| 19 | Propriedade de um tablete de 100gr de chocolate ao leite | 69 |
| 20 | Complexo de flutuantes que compram e vendem cacau em Coari/Am. | 69 |
| 21 | Peixe salgado secando ao sol – Coari/Am. | 70 |
| 22 | Flutuante Pantoja, um dos compradores de cacau – Coari/Am. | 70 |
| 23 | Flutuante onde se compra e vende cacau – Coari/Am. | 71 |
| 24 | O casal de produtores posa para foto. Coari/Am. | 73 |
| 25 | Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, 1991 e 2000 - Coari/Am. | 74 |

| | | |
|---|---|---|
| 26 | A produtora (Sra. Fritz) demonstra como utiliza a vara com foice (podão). | 74 |
| 27 | Casa de produtor de cacau em Coari. | 75 |
| 28 | Produtor de cacau de 83 anos de Idade – Ilha da Botija (Coari-Am). | 76 |
| 29 | População por situação de domicílio, 1991 e 2000. Coari/Am. | 77 |
| 30 | Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000. Coari/Am. | 77 |
| 31 | Produtor colhendo cacau no cacaual inundado em Urucurituba/Am. | 78 |
| 32 | Cacauais antigos inundados pela enchente de 2006. Urucurituba/Am. | 78 |
| 33 | Concentração de formigas no cacaueiro - Urucurituba/Am. | 79 |
| 34 | Presença de formigas nos cacauais em Urucurituba/ Am. | 80 |
| 35 | Processo inicial para retirar o suco do cacau no tipiti em Urucurituba/Am. | 81 |
| 36 | Segunda fase de extração do suco do cacau no tipiti em Urucurituba/Am. | 82 |
| 37 | Cacau no coxo fermentando em Urucurituba/ Am. | 82 |
| 38 | No processo de quebra do cacau os amigos visitantes da cidade também ajudam em Urucurituba/Am. | 83 |
| 39 | Sementes secando no tendal. Urucurituba/Am. | 83 |
| 40 | Resíduos de cacau (casca) sem utilização. Urucurituba/Am. | 84 |
| 41 | Presença da "Podridão Parda" em fruta de cacau em Urucurituba/Am. | 84 |
| 42 | Associações de cacauicultores em Urucurituba/Am. | 85 |
| 43 | População por situação de domicílio, 1991 e 2000. Urucurituba/Am. | 87 |
| 44 | Relação entre o valor da produção, a produção e o preço médio de cacau no Brasil – período 1994 a 2004. | 91 |
| 45 | Preço do cacau no mercado interno ano/2005 | 92 |
| 46 | Aproveitamento total do cacau | 96 |

# INTRODUÇÃO

A história do cacau (*Theobroma cacao* L.) se mistura à história da chegada dos europeus às Américas. Foi após Cristóvão Colombo chegar à América que o restante do mundo teve conhecimento da existência do cacau e do chocolate. Até aquele momento, era privilégio dos índios que viviam no Sul do México, América Central e bacia amazônica, onde o cacau se desenvolvia naturalmente em meio à floresta. Os botânicos acreditam que o cacau é originário das cabeceiras do rio Amazonas, tendo-se expandido em duas direções principais, originando dois grupos importantes: Criollo e Forastero pertencentes à família das Sterculiáceas.

O Criollo se espalhou em direção ao norte, para o rio Orinoco, penetrando na América Central e Sul do México, produzindo frutos grandes, com superfície enrugada. Suas sementes são grandes, com o interior branco ou violeta pálido. Foi o tipo de cacau cultivado pelos índios Astecas e Maias. O Forastero se espalhou pela bacia amazônica abaixo, em direção às Guianas. Esse é considerado o verdadeiro cacau brasileiro e se caracteriza por frutos ovóides, com superfície lisa, imperceptivelmente sulcada ou enrugada. O interior de suas sementes é violeta escuro ou, algumas vezes, quase preto. Para se desenvolver melhor, o cacaueiro exige solos profundos e ricos e clima quente e úmido, com temperatura média de cerca de 25°C e precipitação anual entre 1.500 e 2.000 milímetros, sem períodos secos prolongados.

Em termos de Brasil o cacau se imbrica com a história agrária nacional compreendendo as várias instâncias políticas, econômicas e jurídicas em espaços e tempos diferenciados. Nesse sentido, não se pode separar o local do nacional e tampouco do global, pois foi de um outro continente que um dia os portugueses aportaram aqui movidos por ideais de exploração e de lucro que de nenhum modo combinariam com o pensamento dos habitantes aqui existentes. Queriam ouro, o qual era a febre nos países europeus. Todavia se depararam com um país em seu estado natural completamente conservado, muita água, vegetação tropical abundante e espécies nativas desconhecidas.

De acordo com fontes históricas, a região amazônica tem sua ocupação pelos luso-brasileiros, datada a partir do ano de 1616. Aqui os ocupantes encontraram produtos naturais e denominaram-nos de "drogas do sertão" que passaram a coletar, entre eles, estava o cacau, que mais tarde teve seu cultivo transformado em atividade agrícola promissora.

Logo, os produtos aqui encontrados que possuíam cheiro agradável, tiveram sua aplicação no fabrico de perfumes e de chás. Outros produtos só foram sendo utilizados à medida que o mercado solicitava, pois é assim que um determinado objeto adquire valor. Em um momento, é uma necessidade que antes não existia, mas que em uma dada ocasião se torna imprescindível, podendo mais tarde até se tornar obsoleta, dependendo da velocidade com que as tecnologias se desenvolvem e se disseminam. Foi dessa forma que o cacau ganhou o mundo a partir da Amazônia, inicialmente como bebida exótica ou até mesmo afrodisíaca. Em termos espaciais, passou a ser cultivado na Bahia, onde se tornou atividade agrícola lucrativa, em seguida foi levado para os países africanos. Na Amazônia perde sua hegemonia para a borracha que tem seu período áureo entre 1840 e 1910. No século 20, entre 1970 a 1980, o cacau passa a ganhar notoriedade no Estado de Rondônia em função dos assentamentos do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Também continuou sendo cultivado no Estado do Pará o qual ocupa hoje a 3ª posição na escala nacional.

Há poucos dados sobre o cacau no Estado do Amazonas. Todavia, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através da produção agrícola municipal, aponta em 2004 o Município de Manaus em primeiro lugar na produção de cacau com 300 toneladas, Coari em segundo, Itacoatiara em terceiro e Apuí em quarto lugar. Salientamos que o cacau de Apuí aparece na estatística a partir de 1990 como um resultado da política fundiária realizada pelo INCRA. Para a CEPLAC – Comissão da Lavoura Cacaueira, órgão responsável pela lavoura do cacau, o maior produtor do Estado é o Município de Urucurituba, com uma produção que representa 80% da produção do Estado do Amazonas, que por sua vez, apresentou um montante de 1.224 toneladas no ano de 2000.

As informações históricas servem de suporte para explicar a trajetória do cacau no tempo e no espaço. O fato real e concreto é que o cacau veio a se tornar um alimento muito apreciado, principalmente para os dias frios. Sendo a questão dos alimentos vital para os seres vivos, para os seres humanos indiscutível. Atualmente, derivados do cacau são consumidos de várias maneiras, em quase todos os países, e fazem parte da vida do homem moderno. Dificilmente um alimento perde seu valor de uso. O que ocorre é que as necessidades dos tempos modernos exigem que se busquem formas de facilitar o seu acesso e rapidez no seu

preparo. A indústria alimentícia é incansável nessa busca. Em dados momentos se preocupou em criar comodidades para o consumidor. Todavia, as pesquisas sobre saúde avançam e as idéias também se transformam. Hoje o pensamento corrente é de que a alta tecnologia empregada nos alimentos deve vir acompanhada de qualidade de vida, ou seja, os alimentos não devem apenas tornar seu uso mais prático, mas também ser o menos artificial possível, permitindo dessa forma melhor qualidade de vida. Essa mudança de concepção sugere a necessidade de produzir um cacau orgânico, ou seja, um cacau que, desde seu plantio, busque minimizar o uso de determinados produtos considerados nocivos e agressivos ao ambiente. O cacau também é apontado como alternativa para a atual realidade ambiental em termos de reflorestamento e conservação de áreas.

Os produtos gerados da amêndoa do cacau são cada vez mais solicitados e diversificados. A indústria transformadora cresce sempre para o topo. O Brasil participa com somente 6% das moagens mundiais, ocupando a sexta classificação. As principais empresas moageiras em 2003 situadas no Brasil são a Cargil com 33 %, a Adm Cocoa (Joanes) com 23 %, a Barry Callebut com 22 %, a Nestlé com 13% e a Indeca com 9%, sendo que 95% das empresas moageiras brasileiras estão situadas na Bahia. A cada ano que passa produtos saborosos são lançados nos mercados e o capital continua em ascensão. O cacau está presente em todos os lugares em forma de chocolate em barra, balas, líquido ou em pó; através de licores, cosméticos ou adubos.

Desde a ocupação luso-brasileira, quase quatro séculos de produção de cacau na Amazônia se passaram e várias perguntas surgem concernentes à produção do cacau no Estado do Amazonas: De onde vêm as amêndoas? Quem são seus produtores? Como é a vida das pessoas? São grandes proprietários? Pequenos produtores? Estão se beneficiando com os lucros desse mercado fantástico? Quais as condições em que eles trabalham? Como seus produtos chegam até o mercado? Qual o custo da produção? Portanto, o presente estudo visa responder a algumas dessas interrogações com relação à produção e aos produtores do Município de Manaus, Coari e Urucurituba no Estado do Amazonas.

# 1 OBJETIVOS

## 1.1 GERAL:

Evidenciar a dinâmica da produção e comercialização do cacau desenvolvida pelos produtores dos Municípios de Manaus, Coari e Urucurituba.

## 1.2 Específicos:

Buscar compreender por que a cultura do cacau que já chegou a ser o sustentáculo da região Norte, hoje ocupa o terceiro lugar em escala nacional;
Caracterizar a cadeia produtiva do cacau em Manaus, Coari e Urucurituba;
Indicar as possíveis correlações entre as três áreas em estudo;
Identificar políticas de estímulos à produção do cacau no Amazonas;
Calcular um preço justo para as amêndoas do cacau;
Caracterizar o produtor de cacau;
Fornecer elementos para a introdução de melhorias na qualidade de vida dos produtores de cacau, da produção à comercialização.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo o Fórum Nacional da Agricultura - FNA (1997 p. 17), a cadeia produtiva do cacau concentrava investimentos da ordem de R$ 2,5 bilhões, sendo quase R$ 2 bilhões do setor primário (terra, árvores, benfeitorias). Gerava aproximadamente 300 mil empregos diretos, portanto dependendo do cacau, havia mais de três milhões de pessoas. O movimento de vendas da cadeia estava em torno de R$ 2,5 bilhões, sendo o Brasil o 4° maior produtor mundial e o 5° parque chocolateiro do mundo. Por outro lado, a cadeia produtiva, no conjunto dos países envolvidos contemplava movimento da ordem de R$ 40 bilhões.

No Estado do Amazonas as informações existentes sobre a produção de cacau não estão sistematizadas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão oficial do Governo Federal, responsável pela produção de dados tem fornecido informações sobre o cacau no Amazonas que não coincidem com os da CEPLAC – Comissão da Lavoura Cacaueira. A cadeia do cacau no Estado do Amazonas é desconhecida, na maioria dos Municípios, bem como a produção real. A ausência dessa informação inviabiliza ações públicas no sentido de fomentar a produção.

Um outro fator de interesse desse estudo foi a necessidade de se identificar um preço justo para o cacau, pois, a produção realizada por produtores no Estado do Amazonas parece seguir a mesma tendência, ou seja, de não saber o quanto se gastou, se existe uma real compensação com a venda de seus produtos. O produtor pratica múltiplas atividades, não tem noção do quanto ganha, quanto consome e dessa forma fica produzindo, lançando seus produtos no mercado, gerando emprego e renda em outra escala. Entretanto, a sua vida e de seus filhos continua seguindo o gráfico que oscila, dependendo da fase na qual a família se encontra (Chayanov, 1974).

Além disso, há a necessidade de entender como se deu esse processo de deslocamento e ao mesmo tempo de retorno da valorização do pequeno produtor que hoje é visto como o agente principal para conservação do ecossistema Amazônico. Sendo o cacau um produto nativo, nobre e em constante ascensão no mercado, possui ainda a vantagem de ser cultivado

tanto em terra firme quanto em áreas de várzea. Se visto pela ótica do grande produtor, este pode aparecer como um vilão. Todavia, visto pela lógica do pequeno agricultor, o cacau pode ser um grande aliado na conservação da reserva legal, áreas de proteção permanente e recuperação de áreas degradadas, podendo chegar a seis metros de altura e ter uma vida média de 100 anos.

Hoje o Município do Estado do Amazonas com maior arrecadação é Manaus, em função, sobretudo, da Zona Franca de Manaus. Ressalta-se que a Zona Franca provocou um inchaço populacional na cidade, induzindo o abandono dos Municípios mais distantes da capital do Estado. Esse abandono é resultado da ausência dos braços do Estado que não consegue atender a demanda dos Municípios com suas políticas. Os governos do Estado do Amazonas e Federal tentam através do ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas e do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária estabelecer uma política agrária que contemple qualidade de vida e esteja de acordo com a Legislação Ambiental. Porém, isso se torna difícil sem prévio planejamento que aponte quem são as pessoas, o que elas esperam, o que se pode plantar, como e onde plantar. A maioria dos Municípios necessita de políticas que movimentem recursos em seus territórios. A matéria-prima encontra-se lá, faltando estudos, políticas e recursos. Segundo informação verbal de um técnico da CEPLAC, o cacau da África obteve melhor destaque no mercado justamente por ser cultivado pelas tribos em pequenas escalas. Isso só vem reforçar a necessidade de se incentivar a produção do pequeno produtor ou agricultor familiar do Estado que tem demonstrado ser eficiente na geração de trabalho e renda, o que resultaria em melhor qualidade de vida para esses produtores.

## 2.1 O CACAU NA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA

Simonsen (1978 p. 371) comenta que, a carta Régia de 8 de dezembro de 1677 e o alvará de 3 de março de 1680 concediam prêmios e favores aos que se aplicavam a cultura do cacau no Brasil. "A coroa portuguesa interessada no desenvolvimento do seu comércio, estabeleceu penalidades para seus fraudadores, os que, colhendo o cacau ainda verde, procuravam, por uma pintura externa, enganar os importadores". Nesse mesmo período: "A falta de mão-de-obra para os colonos portugueses foi objeto de muitas das reclamações contra os jesuítas e outras ordens religiosas".

O relato do padre João Daniel que viveu na região amazônica entre 1741 e 1757 é considerado pelos historiadores a principal fonte de informação que se tem sobre a Amazônia no período colonial. Deste podemos citar o seguinte texto sobre a cultura do cacau nesse período na Amazônia brasileira:

> Posto que já em outro capítulo toquei este ponto, é tão preciso saber-se no clima do Amazonas que com outros mecanismos julguei fazer um grande obséquio aos seus habitantes recompilando-lhes em um especial "Tratado" estas notícias; pois da sua ciência depende o aproveitamento dos haveres, e frutos da lavra de cada um; e de não advertir-se nem saber-se antes se perdia muita fazenda e se danificavam os frutos, com grande detrimento de seus donos; e porventura ainda hoje ignoram muitos a mestria de conservá-los sendo tão fácil, como útil. O que suposto principiemos pelo cacau, visto ser o principal gênero, e uma grande riqueza do Amazonas.
>
> Tem sucedido muitas vezes serem no Amazonas tão abundantes, e copiosas as colheitas de cacau, que não sendo bastantes para o seu embarque, e transporte para a Europa os navios, e frotas anuais, tem ficado na terra muita cópia, cujos donos se vêem obrigados a esperar um ano inteiro por outra frota para o poder embarcar; e pelo decurso de todos o ano se vêem precisados a andar com ele repetidas vezes aos sol para não se corromper, ou para que não lhe salte o gorgulho, se perca todo, como muitas vezes sucede. (Daniel, 2004, p. 413-415).

De acordo com Guimarães et al. (2001) que em sua pesquisa aborda a presença do cacau na Bahia, especialmente em Ilhéus, o documento mais antigo é datado do século XVIII. É um trabalho denominado *Ensaio de descrição física e econômica da Comarca dos Ilhéus da América*, da autoria de Manoel Ferreira da Câmara, cujo trabalho recebeu um prêmio na Academia Real de Ciências de Lisboa, na sessão de 13 de maio de 1789.

> O *Ensaio* revela que a cacauicultura fora introduzida na comarca por iniciativa da Coroa portuguesa. Ao que tudo indica, a rainha d. Maria I, tal qual Montezuma, associou o fruto do cacau ao ouro. Aos olhos da Coroa, o empreendimento significava lucro certo. Tanto assim que, por meio de carta régia, datada de 1780, Sua Majestade ofertou graciosamente sementes secas de cacau aos moradores da vila de Ilhéus, garantindo-lhes um preço mínimo pela arroba do produto a ser colhido, conforme já se procedia na comercialização do açúcar e do fumo. Nomeara, também, um ministro intendente para acompanhar de perto o desenvolvimento da produção. A par disso, a conjuntura econômica mostrava-se bastante favorável aos planos da soberana: os mercados europeus careciam do produto e os preços estavam em alta. O chocolate começava a se popularizar no Velho Mundo, mormente depois que o afamado naturalista sueco Lineu dedicou três dissertações ao estudo do *Theobroma cacao* e concluiu que a bebida, além do sabor agradável, tinha propriedades medicinais superiores às do café e do chá.

Ao se analisar o texto do padre João Daniel, deve-se considerar a visão de mundo, o momento histórico, as tecnologias da época empregadas na produção e nos transportes. É óbvio que se comparado à produção de cacau da Bahia na atualidade, essa produção pode parecer melancólica como comenta Santos (1980) quando o cacau da Amazônia ocupou o terceiro lugar na produção agrícola entre os anos de 1800 a 1910, começando com 1.907.715kg e terminando com 2.198.652kg. Comparado ao algodão que ocupou o $1^0$ lugar de 1800 a 1890 e não aparece no início do século XX ou o arroz que começa com uma produção de 1.362.540kg em 1800 e que vai decrescendo até chegar a 108.668kg em 1910. Pode ser observado na Tabela 01 que o cacau sempre apresentou uma produção regular sem muitas oscilações. Na atualidade aparece com uma produção regional de 52.598t, de acordo com dados do IBGE/2000.

Da descrição de Acuña, em meados do século XVII quando se referia aos gêneros que poderiam dar lucro no rio das Amazonas, nota-se que,

> o cacau, de que estão suas margens tão cheias, que, algumas vezes, as madeiras cortadas para o alojamento de toda a tropa não eram outras senão as das árvores que produzem esse fruto bastante apreciado na Nova Espanha ou em outro lugar qualquer, onde se saiba o que é o chocolate. (Acunã, 1994 p. 89-90).

Oliveira (1983 p. 211) destaca que: "Em 1786 Lobo D`Almada foi nomeado pelo rei para o cargo de governador do Rio Negro, subordinado ao Pará. Pereira Caldas, porém não entregou o governo, continuando a ser a maior autoridade da região". Ressalta-se que, de acordo com fontes históricas, Pereira Caldas foi o primeiro governador capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Mesmo assim os dois incentivaram a agricultura, sendo que nesse período o cacau era a principal atividade no Estado do Grão-Pará e Rio Negro. A mesma autora afirma que: "Durante a administração de Lobo D`Almada no Rio Negro e a de Souza Coutinho no Pará, a experiência agrícola na Amazônia atingiu seu ponto alto com a produção de cacau, café, cana-de-açúcar, algodão e outros". Nessa época o cacau é levado para o Maranhão e também plantado em Ilhéus na Bahia o qual mais tarde viria a se tornar o maior centro produtor do país. A mesma autora ainda comenta que o cacau só perde essa posição na Amazônia para a borracha que tem seu período entre 1840 e 1910.

Tabela 1
Produção Agrícola da Amazônia entre os anos de 1800 a 1910.

| Produto (kg) | 1800 | 1890 | 1900 | 1910 |
|---|---|---|---|---|
| Algodão | 238.950 | 4.610 | — | — |
| Arroz | 1.362.540 | 673.800 | 89.298 | 108.668 |
| Cacau | 1.907.715 | 2.835.000 | 2.260.690 | 2.198.652 |
| Café | 73.545 | — | — | — |
| Fumo | ..... | ..... | 368.367 | 10.697 |
| Mandioca | ..... | 391.004 | 38.888.677 | 1.032.714 |
| Milho | ..... | 35.999.180 | 396.996 | 51.436.980 |
| | ..... | | | 2.067.825 |

Fonte: Santos, 1980.

Alguns relatos históricos sobre o cacau apontam a sua presença de forma espontânea ao longo do rio Amazonas. Todavia a partir do interesse da coroa portuguesa sobre a comercialização do chocolate surgem grandes cacauais plantados em áreas predominantes que formam o Estado do Pará. Esse acontecimento pode estar relacionado à questão do que hoje é denominado de Estado do Amazonas pertencer à coroa da Espanha. O explicitado acima pode ser observado no comentário de Bastos (1975):

> O cacau que representa uma soma considerável na exportação, não é no Pará, como é na província do Alto Amazonas, um produto meramente espontâneo. Ele é em geral cultivado, desde o tempo da metrópole, nas margens do grande rio, onde se vêem os bosques de cacaual, nos lagos e igarapés. Constitui uma ocupação regular dos habitantes dos municípios de Cametá, Óbidos e Santarém. Das 239.717 arrobas colhidas em 1863, pertencem ao município de Cametá 110.714, e ao de Santarém 96.818.

Spix; Martius, (1981) destacam em sua viagem pelo Brasil no período de 1817-1820 que nos arredores de Coari havia plantações de cacau e que a quantidade de cacaueiro bravo no rio Negro era menor que no rio Amazonas. Completam afirmando que, nos anos de grande inundação, a colheita é mais farta. Explica que o processo produtivo a partir da quebra do fruto tinha as amêndoas espremidas numa peneira para a retirada do suco que era muito apreciado pelos indígenas. Depois as amêndoas eram postas para secar em esteiras de maranta

tupé. Também afirma que "O fruto do cacaueiro bravo é sempre mais pesado e mais amargo que o do cacaueiro manso, isto é, cultivado em plantações".

Néri (1979) faz um retrospecto sobre o setor agrícola do Amazonas no século XIX. Deste podemos mostrar o seguinte quadro correspondente à Figura 01.

Destaca que, do cacau exportado, a maior soma era de Parintins, Itacoatiara e Maués. O autor salienta que, apesar das políticas de incentivos, à medida que a prática da agricultura definhava, os produtos florestais e a exportação da borracha aumentavam extraordinariamente. Somente o cacau resistiu nesse período.

| | CAFÉ | |
|---|---|---|
| 1829-1830 | | 6.200 arrobas |
| 1859-1860 | | 270 arrobas |
| 1869-1870 | | 34 arrobas |
| 1895-1896 | ..... | |
| | ALGODAO | |
| 1867-1868 | | 103 arrobas |
| 1871-1872 | | 109 arrobas |
| 1895-1896 | ..... | |
| | TABACO | |
| 1829-1830 | | 5.620 arrobas |
| 1859-1860 | | 2.270 arrobas |
| 1869-1870 | | 61 arrobas |
| 1881-1882 | | 60 quilos |
| 1895-1896 | | 2.906 quilos |
| Produção de Itacoatiara, Santo Antonio e Maués | | |
| | CACAU | |
| 1880-1881 | | 50.397kg |
| 1881-1882 | | 23.558kg |
| 1894-1895 | | 168.711kg |
| 1895-1896 | | 174.548kg |

Figura 1 – Produção agrícola do Amazonas no Século XIX.
Fonte: Néri, 1979.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA OCIDENTAL PÓS 1960

Após o ápice da borracha que se deu entre 1910 e 1912, quando a produção nacional desse produto atingiu a quantidade exportada de 42 mil toneladas, a Amazônia experimentou uma crise econômica decorrente da fragilidade do monoextrativismo do látex. Essa crise foi sentida com maior peso por aqueles que dependiam desse produto. Por outro lado, aqueles que viviam das atividades menores continuaram o seu caminhar com o trabalho de coleta como, por exemplo, da castanha, que se torna nesse período uma atividade muito importante na maioria dos Estados da região norte do Brasil. Paralelamente ocorre a extração de ouro e a pecuária no Estado do Pará. Manaus, a capital do Estado do Amazonas, fica com as lembranças do período áureo do látex.

Somente mais tarde, como uma política pública para alavancar o desenvolvimento da região, foi criada a Zona Franca de Manaus, através da Lei nº. 3.173, de 06 de junho de 1957 e implementada pelo Decreto-Lei nº. 288 de 28.02.67. O objetivo era implantar no interior da Amazônia Ocidental um centro comercial, industrial e agropecuário. O último aqui citado, o Distrito Agropecuário da SUFRAMA, teve seu marco inicial em 1976, todavia não produziu o mesmo resultado do centro comercial e tampouco do Distrito Industrial de Manaus.

Para atingir esse objetivo passaram a atuar juntas a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. Igualmente, foi em 1970 que se elaborou o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia. Esse plano tinha como base de norteamento o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Para atender, aos anseios da integração nacional, ou seja, a integração da Amazônia ao restante do Brasil, bem como às outras regiões isoladas do país, o I PND apresentava como núcleo base para a expansão: energia, transporte, comunicações, siderurgia, entre outros.

O discurso da integração nacional se materializa a partir do Decreto-Lei nº. 1.106 de 16 de junho de 1970 com a Política de Integração Nacional (PIN), que visava financiar a construção da rodovia Transamazônica para conectar a Amazônia ao Nordeste e a rodovia Santarém - Cuiabá, interligando a Amazônia ao Centro-Sul do Brasil. Acompanhando a política de ocupação explanada no PIN, cria-se o Programa de Redistribuição de Terra (PROTERRA), através do Decreto-Lei nº. 1.179 de 06 de junho de 1971, que visava a facilitar a aquisição de terras aos produtores rurais que se deslocassem para a Transamazônica; a promover a agroindústria, e a melhorar as condições de trabalho rural nas regiões do Nordeste e Norte. Dessa forma o II Plano de Desenvolvimento estabeleceu estratégias que

compreendiam a indústria de base como produtos petroquímicos, fertilizantes, siderúrgicos entre outros e se buscava corrigir os desníveis da organização industrial, consoante o fortalecimento progressivo do capital privado nacional. A ordenação espacial geraria a desconcentração da indústria nacional e a inserção das regiões periféricas na produção industrial.

Nesse contexto, o II PND propõe implantar programas específicos de investimentos em áreas integradas. Nessa perspectiva surge o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA), entre outros programas. Implantado através do Decreto nº. 74.607, de 29.09.74, objetivando a criação de 15 pólos de desenvolvimento em áreas estratégicas e no caso da Amazônia Legal visava à produção da pecuária, mineral e agroindustrial. O III PND procura coordenar o planejamento em nível global e juntamente com este o III Plano de desenvolvimento para a Amazônia (III PDA).

De acordo com o Plano Diretor de 1984, o Distrito Agropecuário da SUFRAMA tinha entre outros objetivos: criar um pólo de desenvolvimento agropecuário capaz de servir de modelo para ocupação das terras firmes da Amazônia Ocidental; contribuir com o aumento da oferta de alimentos para o mercado de Manaus; criar novos empregos; satisfazer a demanda de terra para a implantação de projetos agropecuários de interesse para o desenvolvimento da região; aproveitar racionalmente os recursos naturais; possibilitar a substituição gradativa das importações e gerar produtos exportáveis; diminuir os custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, de modo a gerar maior valor agregado à economia local; além de criar tradição agrícola para a região.

A área do Distrito Agropecuário da SUFRAMA foi doada pelo Governo do Estado do Amazonas, com determinação específica nos termos da Lei nº. 878, de 25 de setembro de 1969, cujo título de Doação data de 1º de dezembro de 1970. Tem seu registro feito em Manaus, no Cartório do 3º Ofício de Imóveis e protestos de Letras, sob nº. 4.075, folha 205 do livro nº. 3-E.

O Plano diretor de 1984 informa que existia até 31.12.83 uma área total alienada de 353.361ha, área útil projetada para ocupação de 126.607ha, distribuídas entre 142 empresas de acordo com a localização viária. Outra tabela com o título Distrito Agropecuário informa que até 31.12.83 existia uma área total de 9.000ha, desse total 2.385ha de área útil projetada para ocupação distribuída entre 36 empresas.

Destaca-se que a CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira começou suas atividades em área dentro do DAS com 10 projetos. A finalidade era desenvolver a cacauicultura, principalmente para produtores do Distrito Agropecuário. Entre

outras instituições estava o CECAN – Centro Experimental de Criação de Animais Nativos, de interesse científico e econômico com o estudo sobre dados biológicos e métodos exploratórios de animais silvestres com potencial de utilização econômica; Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA. IBDF, EMBRAPA – UEPAE, EMBRAPACNPSD, CODEAGRO e FUA (UFAM).

A Assistência Técnica estava ao encargo da EMATER-AM. A Assistência Creditícia tinha origem nos agentes financeiros oficiais e privados, com base nos programas em vigor para Crédito Rural, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. Dentre os agentes financeiros, o de maior participação era o Banco da Amazônia S.A – BASA, em segundo lugar o Banco do Brasil – B.B e em terceiro o Banco do Estado do Amazonas S.A – BEA (hoje Bradesco, passando a operar como agência de fomento a AFEAM). Quem fazia o controle da Assistência Creditícia era a EMATER-AM, atual IDAM. O fomento ficava sob a responsabilidade da CODEAGRO – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, a qual mantinha um posto de revenda de insumos no local, todavia desfalcado de produtos, posteriormente não conseguindo atender a demanda. A CODEAGRO implantou no DAS, com recursos adquiridos da SUDHEVEA, um campo de produção de 1.000.000 mudas de seringueiras para serem fornecidas a Projetos de Heveicultura. A CEPLAC também fornecia às empresas com atividades de cacauicultura, sementes híbridas sem ônus, e insumos subsidiados. (SUFRAMA, 1983).

O crédito rural, sendo o principal instrumento de apoio agrícola e na condição de fonte supridora de capital, deve estar apto a atender o produtor rural com recursos para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas. Portanto, a análise que compreende a criação do DAS – Distrito Agropecuário da SUFRAMA e as políticas do Governo Federal para o setor primário, mostram que a década de 70 foi um período marcado por uma grande injeção de recursos financeiros. Para tanto, o Governo Feral criou linhas específicas e programas especiais de crédito rural (PROPBOR, PROTERRA, PROPEC, PROEXPAN, PROFIR, PROASE). Já a década de 80 foi marcada pela necessidade de ajustar os níveis dos subsídios com a conjuntura inflacionária e então o governo toma medidas que suspendem linhas e programas específicos ao setor primário.

A ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas recebeu da SUFRAMA, através do contrato 19/76, de 06.01.76, a responsabilidade de acompanhar a implantação de todos os projetos agropecuários a serem desenvolvidos no Distrito Agropecuário pelo prazo de 05 anos. De acordo com o contrato citado, além de

acompanhamento, a SUFRAMA autoriza à ACAR prestar assistência técnica gratuita aos empresários envolvidos. (SUFRAMA, 1983).

Percebe-se que a tentativa de melhorar o setor primário do Amazonas foi realizada, sem critério técnico-econômico e social, motivo pelo qual o Distrito Agropecuário, apesar de muito recurso injetado, não atingiu seus objetivos de um pólo dinâmico de produção agrícola. Assim, a Amazônia apresentou todo esse conjunto de políticas, que não foram capazes de promover o desenvolvimento do setor.

## 2.3 O CACAU

O cultivo do cacau começou oficialmente no Brasil em 1679, através da Carta Régia que autorizava os colonizadores a plantá-lo em suas terras. O cacau passou a ser conhecido no mundo e ganhou importância econômica, então foram realizadas várias tentativas para implantar a lavoura cacaueira, em vários lugares. Dessa forma a sua semente foi sendo disseminada pelo mundo. Em meados do Século XVIII, o cacau tinha atingido o Sul da Bahia e, na segunda metade do Século XIX, foi levado para a África. As primeiras plantações africanas foram feitas por volta de 1855, nas ilhas de São Tomé e Príncipe, colônias portuguesas ao largo da costa ocidental africana.

O clima ideal para o cultivo do cacaueiro é o quente e úmido, com temperatura média em torno de $26^0$C e índice pluviométrico de 1.300 e 2.500 milímetros bem distribuído, durante o ano todo. (Garcia, 1985 p. 13). O mesmo autor destaca ainda que o solo deve apresentar profundidade mínima de 1metro e 1,2m. A piçarra e camadas pedregosas podem se tornar fator de impedimento ao desenvolvimento radicular da planta.

Para o desenvolvimento do cacaueiro a fertilidade é fundamental. Tratando-se desse tema, Garcia (1985 p.15) orienta que,

> Solos leves, com pouca argila não são recomendados por apresentarem baixa retenção de umidade e permitirem a lixiviação intensa de nutrientes. A fertilidade é fundamental, considerando-se o alto custo dos corretivos e fertilizantes. O Cacaueiro desenvolve-se, entretanto, em solos com os mais diferentes níveis de fertilidade, sendo ideal aqueles que apresentam níveis de média a alta fertilidade''.

A região amazônica (Figura 2 e 3) conta hoje com uma área cultivada de aproximadamente, 106 mil hectares de cacaueiros, sendo que os Estados do Pará e Rondônia detêm 75% da área implantada, envolvendo quase 12 mil famílias, o que proporcionou sair de

uma produção extrativa histórica de 1,5 toneladas/ano em 1976 para cerca de 55 mil toneladas/ano de cacau seco em 1994. (Santos A. O. da S. et al. apud Reis et al. 2005).

O cacau apresenta algumas doenças, tais como: Vassoura-de-bruxa, Mal-do-facão, Murcha-de-Ceratocystis, Podridão-parda (*Phytophtora* spp.).

O manejo do cacaueiro exige alguns cuidados importantes. No caso de transplante de mudas, dois elementos são de fundamental importância: o sombreamento e a distribuição de chuvas. A roçagem é imprescindível devido à sensibilidade da planta para ervas daninhas, principalmente na fase de crescimento. A poda somente é indicada em casos de necessidade de renovação de cacauais muito velhos, pois estudos comprovam que esse trato trás alguns agravantes como lançamentos de brotas ou galhos ladrões.

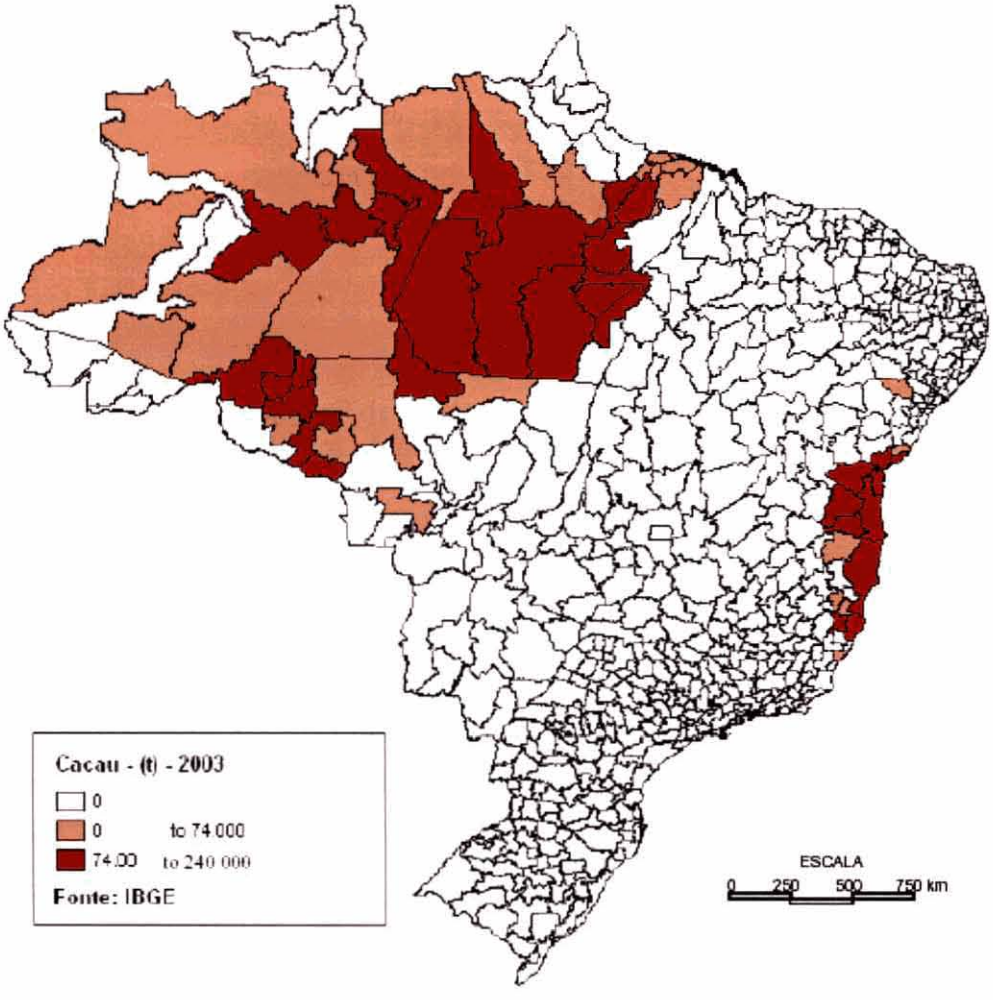



Figura 2 - Produção de cacau no Brasil, por microrregiões do IBGE - 2003.
Fonte: PAM – IBGE. Org.: Vítor Vencovsky e Marcio Toledo.

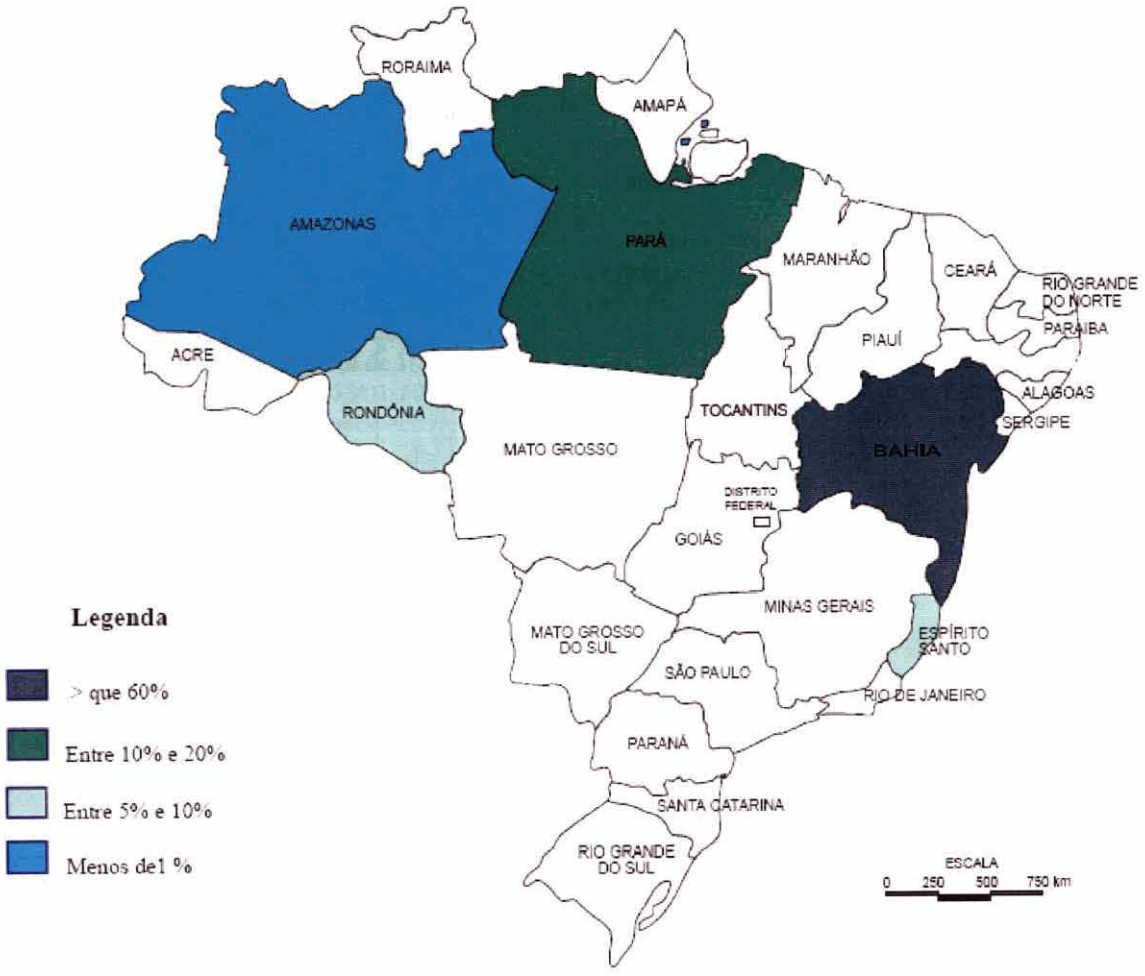



Figura 3 - Distribuição regional da produção de cacau em (%) - 2004
Fonte: IBGE, PAM, 2004. Org.: Marcio Toledo

## 2.4 MERCADO DO CACAU

O mercado do cacau com informações fornecidas pela CEPLAC e analisadas por seus especialistas, a nosso ver são importantes para o presente estudo. Dentro dos resultados e discussões do estudo de comercialização do cacau, são relatados variáveis que estão incluídas na análise dos fatores fundamentais que tem divulgação anual, a exemplo da produção, moagens, consumo e estoque. Segundo dados da Organização Internacional do Cacau (ICCO) de março de 2005 apud CEPLAC ( 2006),

> a previsão (forecast) da produção líquida mundial que consta no relatório para 2004/05 foi de 3.183 mil toneladas, enquanto o consumo mundial ficou em 3.233 mil toneladas. Depois de dois déficits seguidos nos anos de 2000/01 e

> 2001/02 o mercado acumulou também dois superávits consecutivos nos anos de 2002/03 e 2003/04 com 60 mil e 233 mil toneladas respectivamente e agora volta a apresentar déficit na safra 2004/05 em torno de 50 mil toneladas. A conseqüência desses dois superávits gigantescos foi o aumento dos estoques mundiais. Segundo o relatório foi um acréscimo das produções tanto da Costa do Marfim, mas, sobretudo de Gana que teve um aumento em sua produção de 51%, pulando de 487 mil toneladas para 736 mil toneladas. Este aumento na produção provocou um crescimento dos estoques. Em 2001/2002 os estoques estavam em 1.165 mil toneladas, já em 2003/04 passaram para 1.422 mil toneladas de cacau, porém, houve uma redução em 2004/05 para 1.368 mil toneladas como conseqüência do déficit de 50 mil toneladas na previsão da última safra [figura 6]. Essa previsão na redução dos estoques fez com que os preços continuassem subindo, a média de preços em 2000/01 foi de US$ 990/t, enquanto que em 2004/05 passaram a ter uma média de preços entre 03/01/2005 e 28/03/2005 de US$ 1.610/t. Porém, a partir de 22/03/2005 com a perspectiva de paz pela abertura das negociações na Costa do Marfim o preço não parou de cair, chegando a US$ 1.402 em 13/05/2005. Talvez essa queda seja conseqüência de que o mercado esteja buscando um ajustamento real sem o efeito da guerra.

A produção mundial (Figura 4, 5 e 6) de cacau tem se comportado sempre ascendente. Entre 1993/94 e 2003/04 saiu de 2.486.000t para 3.452.000t, perfazendo um crescimento de 38,86%. A produção que mais cresceu foi a de Costa do Marfim, saindo de 840.000t para 1.405.000t, ocupando a primeira posição. Em seguida vêm as produções de Gana com 736.000t, Indonésia com 415.000t, Nigéria com 175.000t, Brasil com 164.00t e Camarões com 145.000t, ocupando as 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª posições, respectivamente. A Costa do Marfim sozinha participa com 56% da produção de cacau do continente africano e 41% da produção de cacau no mundo. O continente africano participa com 72% da produção mundial de cacau. Em seguida vem o Continente Asiático junto com a Oceania, com participação de 15% e as Américas com 13%.

A participação da produção brasileira na produção mundial vem caindo, apesar de já ter iniciado um processo de recuperação na sua produção. Em 1993/94 sua produção estava em 300.000t e a sua participação na produção mundial era de 12,07%. A produção chegou ao seu limite mínimo em 1999/2000 com 123.500t, chegando a participar com 4,01%, mas a recuperação acentuou-se a partir de 2000/01 e se consolidou em 2003/04 quando obteve 163.800t, aumentando um pouco sua participação na produção mundial para 4,75%. Esse aumento na produção brasileira nos últimos anos se deve, principalmente, aos novos clones produtivos distribuídos pela CEPLAC, à força e dinamismo dos produtores de cacau em acreditar e implantá-los em suas propriedades. (Zugaib et al. 2005).

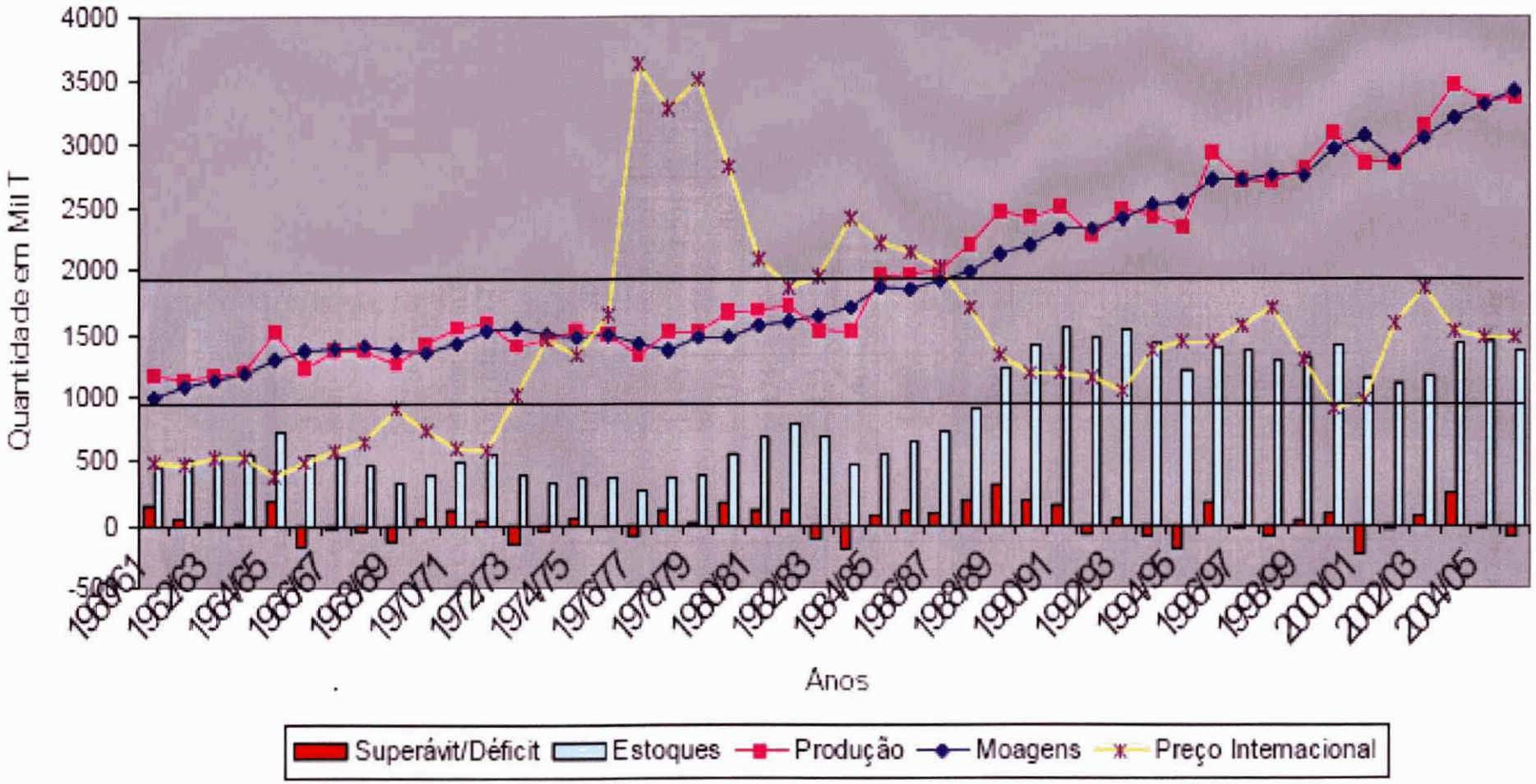



Figura 4 – Produção, moagens, superávit/déficit e estoques mundiais de cacau.
Fonte: Zugaib et al (2005).

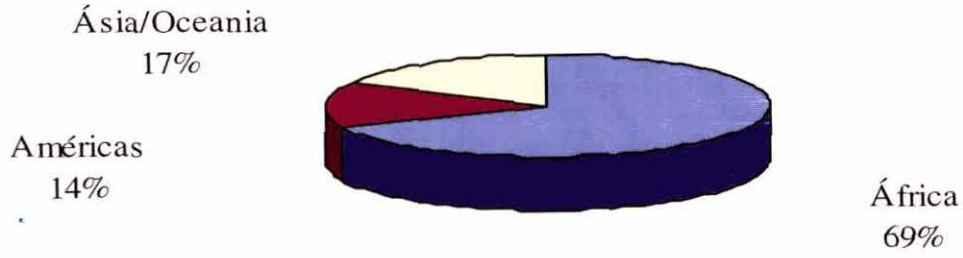



Figura 5 – Produção mundial de cacau por continentes em (%) - 2004
Fonte: CEPLAC, 2003 e Worldcocoa, 2004. Org. Marcio Toledo.

| PAÍS | 2000/01 | 2001/02 | 2002/03 | 2003/04 |
|---|---|---|---|---|
| **África** | | | | |
| Costa do Marfim | 1.195 | 1.219 | 1.294 | 1.240 |
| Gana | 415 | 401 | 498 | 495 |
| Nigéria | 174 | 187 | 160 | 170 |
| Camarões | 135 | 128 | 155 | 150 |
| Outros | 30 | 32 | 35 | 35 |
| Total África | 1.949 | 1.967 | 2.142 | 2.090 |
| **Ásia/Oceania** | | | | |
| Indonésia | 389 | 453 | 430 | 450 |
| Malásia | 40 | 35 | 33 | 37 |
| Outros | 61 | 59 | 61 | 64 |
| Total Ásia/Oceania | 490 | 547 | 524 | 551 |
| **Américas** | | | | |
| Brasil | 163 | 124 | 163 | 173 |
| Equador | 96 | 85 | 85 | 90 |
| Outros | 164 | 174 | 170 | 171 |
| Total Américas | 423 | 383 | 418 | 434 |
| Mundo | 2.862 | 2.897 | 3.084 | 3.075 |

Figura 6 – Produção de cacau no mundo e países selecionados em 1000t.
Fontes: LMC International, ICCO, ED&F Man, 2004. Org. Marcio Toledo.

A produção baiana de cacau chegou ao limite na safra 1999/2000 quando produziu somente 96.038t. Depois disso a produção tem aumentado significativamente, chegando na safra 2003/2004 a produzir 144.195t. A previsão para a safra 2004/2005 é de 121.837t.

## 2.5 MOAGENS

As moagens mundiais apresentam um comportamento semelhante à produção mundial de cacau, sempre ascendente. O principal país moageiro de cacau é a Holanda com 445.000t, participando com 14% das moagens mundiais. Em seguida vêm os Estados Unidos com 410.000t, Costa do Marfim com 305.000t, Malásia e Indonésia juntas com 300.000t, Alemanha com 224.000t e Brasil com 202.000t, ocupando as 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª posições, respectivamente. A Comunidade Européia já participa com 39% das moagens, seguida pelos Estados Unidos com 13% e Costa do Marfim com 10%.

O Brasil ocupa a 6ª posição no cenário das moagens mundial com uma participação de apenas 6%. As principais empresas moageiras em 2003 situadas no Brasil são a Cargill com 33 %, a Adm Cocoa (Joanes) com 23 %, a Barry Callebut com 22 %, a Nestlé com 13% e a Indeca com 9%, sendo que 95% das empresas moageiras brasileiras estão situadas na Bahia.

## 2.6 CONSUMO

O principal país consumidor de cacau são os Estados Unidos com 689.000t, seguido pela Alemanha, França e Reino Unido, com 280.000, 218.000 e 215.000t, respectivamente. O Brasil, atualmente consome 98.000t de cacau segundo a Organização Internacional de Cacau (ICCO).

## 2.7 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Zugaib et al. (2005), analisam o comportamento das exportações brasileiras da seguinte maneira:

Até o ano de 2001, os maiores importadores de amêndoas e derivados de cacau do Brasil eram os Estados Unidos, Argentina e Países baixos. As exportações brasileiras tiveram

o auge em 1979 quando foram exportadas US$ 922 milhões, sendo US$ 456 milhões em amêndoas e US$ 466 milhões em derivados. No ano de 2.000 as exportações chegaram ao limite mínimo quando se exportou US$ 161 milhões, sendo somente US$ 2 milhões em amêndoas e US$ 159 milhões em derivados. A partir desse momento, inicia-se uma recuperação, chegando em 2004 a exportar US$ 317 milhões, sendo US$ 1,8 milhão em amêndoas e US$ 316 milhões em derivados. Mesmo diante da recuperação nas exportações de cacau, o mercado continua dando preferência para produtos com maior valor agregado, ou seja, manteiga, líquor, torta e pó de cacau.

O mercado mundial de cacau é cíclico, o volume de produção passa o consumo, e vice-versa. Segundo dados da Organização Internacional do Cacau (ICCO) de março de 2005, a previsão da produção líquida mundial que consta no relatório para 2004/05 foi de 3.183.000t, enquanto o consumo mundial ficou em 3.233.000t. Depois de dois déficits seguidos nos anos de 2000/01 e 2001/02, o mercado acumulou também dois superávits consecutivos nos anos de 2002/03 e 2003/04 com 60.000t e 233.000t respectivamente, voltando a apresentar déficit na safra 2004/05 em torno de 50.000t. A conseqüência desses dois superávits gigantescos foi o aumento dos estoques mundiais. Segundo o relatório, foi um acréscimo das produções tanto da Costa do Marfim, mas, sobretudo de Gana que teve um aumento em sua produção de 51%, pulando de 487.000t para 736.000t.

Em 2001/2002 os estoques estavam em 1.165.000t, já em 2003/04 passaram para 1.422.000t de cacau, porém, houve uma redução em 2004/05 para 1.368.000t como conseqüência do déficit de 50.000t na previsão da última safra. Essa previsão na redução dos estoques fez com que os preços continuassem subindo, a média de preços em 2000/01 foi de US$ 990/t, enquanto que em 2004/05 passaram a ter uma média de preços entre 03/01/2005 e 28/03/2005 de US$ 1.610/t. Porém, a partir de 22/03/2005 com a perspectiva de paz pela abertura das negociações na Costa do Marfim o preço não parou de cair, chegando a US$ 1.402 em 13/05/2005. Talvez essa queda seja conseqüência de que o mercado esteja buscando um ajustamento real sem o efeito da guerra.

No período de janeiro a março os preços variaram no mercado interno entre R$ 51,00 e R$ 72,00. Comparando a evolução dos preços no mercado externo com os preços do mercado interno se verifica que as respostas em nível interno custam a chegar, ou seja, o aumento que chega aos preços no mercado externo custam a chegar ao mercado interno, por exemplo, no período compreendido entre 10/01 a 26/01/05 os preços no mercado externo saíram de US$ 1.466/t para US$ 1.575, portanto, um aumento de US$ 109 e os preços no mercado interno no mesmo período não saíram de R$ 65,00/arrouba.

BIBLIOTECA DO INPA

Três fatores contribuíram para que o preço do cacau tenha caído de R$ 72,00 para R$ 51,00. O primeiro foi a cotação no mercado internacional que despencou de US$ 1.800/t para US$ 1.402. O segundo a valorização cambial que saiu de R$ 2,75/US$ 1 para R$ 2,44/US$ 1 e o terceiro fator a queda no diferencial de preço pago no mercado interno por conta da importação realizada.

Quando os preços estiveram em torno de US$ 4.000/t nos anos de 1979/80, o *ratio* (ou razão pode ser obtido dividindo o estoque pelo consumo) estava na faixa de 21 a 22%. Mais adiante nos anos de 1990/91 o *ratio* passou para a faixa de 66,7% e os preços de cacau no mercado internacional tiveram uma queda vertiginosa em torno de US$ 1.193/t. Atualmente, o *ratio* gira em torno de 42,3% e os preços se comportando em torno de US$ 1.610/t.

Em 1983 o percentual de exportações de cacau em amêndoas chegou a 50%, a partir de então há uma maior participação de manteiga de cacau e de pó de cacau, chegando em 2004 com participações 48% e 25%, respectivamente.

Os preços da manteiga de cacau variaram entre US$ 2.000/t a US$ 4.125 entre 1983 e 2004 e os preços do pó de cacau iniciaram uma reação saindo de US$ 500/t em 1983 e chegando a US$ 2.598/t em 2003. Enquanto os preços das amêndoas de cacau tiveram um comportamento inverso neste período, saindo de US$ 2.322/t em 1984, caindo para US$ 981/t em 1993 e iniciando uma lenta recuperação quando atingiu US$ 1950/t em 2002, mas retornando ao patamar de US$ 1.686/t em 2004.

Para a CEPLAC (2006), as importações de cacau em 1999 alcançaram 75.000t, desceram ao patamar de 33.000t em 2001, aumentaram novamente para 59.000t em 2003 e estacionaram em 40.000t em 2004. Até abril de 2005 as importações chegaram em 24.000t. Tudo indica que com a recuperação da produção brasileira e, principalmente, a produção baiana, a importação de cacau continue a cair ainda mais.

Em relação ao drawback, que é definido por Zugaib (2005) como:

> (...) um incentivo concedido às empresas fabricantes-exportadoras, que permitem importar, livre do pagamento de tributos e taxas, itens destinados a integrar um produto final, por transformação, beneficiamento ou composição, com a condição básica deste ser exportado,

uma saída que se pode verificar para o momento é as lideranças dos produtores e processadores internos sentarem-se à mesa e definirem a realidade do mercado, ou seja, medir o déficit de mercado que realmente existe. Depois de definida a quantidade a importar, estabelecer cotas de acordo com a necessidade e essas importações tem que ser realizadas em períodos de entressafra para não forçar os preços para baixo. Alternativa mais drástica seria colocar um mecanismo de compensação, tipo um imposto importação que fizesse com que o processador importador refletisse melhor na hora de importar. Esses valores provenientes dos impostos poderiam ser usados para financiar alguma atividade do produtor que no futuro poderia ser discutida.

Conforme dados do IBGE, o valor da produção de cacau entre 1994 e 2001 se manteve no patamar entre R$ 283 milhões e R$ 447 milhões. A partir de 2002 há uma boa recuperação para R$ 967 milhões em 2003 e R$ 813 milhões para 2004. Isto pode ser explicado pelos bons preços obtidos pelos cacauicultores nestes últimos dois anos e pelo início da recuperação da produção experimentada neste período.

Os autores afirmam que a produtividade dos cacauais tanto Bahia como em outras regiões do Brasil tiveram um comportamento semelhante, apesar da produtividade nacional ter estado acima da produtividade baiana. Isto pode ser explicado pela doença vassoura-de-bruxa que atacou de forma impiedosa os cacauais baianos. Enquanto a produtividade brasileira se encontra em 19 arrouba/ha, a produtividade baiana se encontra em 15 arrouba/ha de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Para o cacauicultor existem seis tipos de sistemas disponíveis. Dependendo de sua complexidade (tecnologia ou práticas agrícolas) a produtividade pode variar de 30 arrouba/ha a 100 arrouba/ha. Multiplicando a produtividade pelo preço de R$ 51,00/arrouba, se encontra a receita esperada que, subtraída pelo custo da tecnologia, apresenta a margem bruta, que foi o lucro bruto para um hectare de cacau. A relação custo benefício também varia, dependendo do tipo de sistema.

## 2.8 A GERAÇÃO DE EMPREGOS PERMANENTES EM NÍVEL DE CAMPO

A necessidade de calcular o custo da produção do cacau requer um estudo sobre mão-de-obra, e um trabalho que citamos é o de Ferreira et al. apud Reis (2005) que tratam da mão-de-obra na atividade cacaueira. Dentre outras coisas, o estudo investiga a quantidade de mão-de-obra necessária para se renovar os cacaueiros na região produtora na Bahia. A pesquisa

constatou que "para áreas com práticas modernas e produção de 1.177kg/ha são utilizados em média, 137 dias-homem/ha, ou seja, para cada 8,85kg de cacau é necessário um dia-homem. No caso de áreas sem adição de práticas modernas, com produção média de 660kg/ha, são necessários 55,13 dias-homem, ou um dia-homem para cada 10,95kg produzidos".

Outro trabalho que ajuda a compreender o custo da produção do cacau é o de Nascimento apud Reis et al. (2005) sobre a estimativa do custo de produção de cacau no sul da Bahia, deste se pode aferir que, em média, são necessárias 106,5 jornadas para manutenção de um hectare de cacaueiros, usando a produção de 450kg. Se considerarmos que um trabalhador rende 250 jornadas por ano, conclui-se que, na Bahia, para cada 2,4 hectares de cacaueiros implantados é gerado um emprego direto.

"O primeiro sistema de produção de cacau genuinamente amazônico foi editado em setembro de 1980 (Santos et al. apud Reis et al. 2005), no qual estabelece os coeficientes técnicos para implantação e manutenção de um hectare de cacaueiros, durante os cinco primeiros anos". De acordo com esse sistema, a evolução se apresenta da seguinte forma quanto à necessidade de mão-de-obra/ha, do 1° ao 5° ano: 173,5 jornadas, 81 jornadas, 87 jornadas, 63 jornadas e 41 jornadas. Este quantitativo pode fornecer o índice de hectares correspondente a cada jornada de trabalho, que são: 1,4 ha, 3,1 ha, 2,9 ha, 4,0 ha e 6,1 ha. O número elevado de hectares no 4° e 5° anos se justifica, por não ter sido contabilizado para este sistema de produção, as jornadas necessárias ao beneficiamento primário (colheita, quebra, fermentação, secagem, transporte e armazenamento).

Garcia et al. apud Reis et al, (2005) comentam que ao atualizarem o sistema de produção de cacau para Amazônia, também refizeram os cálculos dos coeficientes técnicos, passando a ser adotado o seguinte: 1° ano 251 jornadas (ou 1,0 hectares/homem), 2° ano 90,3 jornadas (ou 2,8 hectares/homem), 3° ano 107,3 jornadas (ou 2,3 hectares/homem), 4° ano 104,3 jornadas (ou 2,4 hectares/homem) e 5° ano 89,3 jornadas (ou 2,8 hectares/homem).

De acordo com Reis (2005) o Serviço de Extensão Rural da CEPLAC na Amazônia Oriental, tem usado em nível de projeto para fins de crédito rural, na implantação/manutenção de cacaueiros em sistemas agroflorestais, os seguintes coeficientes: 1° ano 120 jornadas (ou 2,3 hectares/homem), 2° ano 83 jornadas (ou 3,0 hectares/homem), 3° ano 99 jornadas (ou 2,5 hectares/homem) e no 4° ano 96 jornadas (ou 2,6 hectares/homem).

## 2.9 GERAÇÃO DE EMPREGOS NO SETOR DE COMERCIALIZAÇÃO

O trabalho de Reis (2005) aponta que o setor de comercialização é composto de empregados permanentes e temporários: a) permanentes: motorista, ajudante de motorista, comprador no depósito, gerente, subgerente, agente administrativo, estivadores, *Office boy*, auxiliar de serviços gerais e secretária; b) temporários: motoristas e carregadores. A tabulação dos dados permite inferir que em cada 90t comercializadas de cacau em amêndoas em um posto de trabalho fixo são gerados 14 empregos temporários; da mesma forma, pode-se inferir que para cada emprego fixo gerado, em média, geram-se 11 empregos temporários. Nestes, a categoria dos motoristas é a que mais se beneficia, vindo em seguida o ajudante de motoristas que são responsáveis pela arrumação e condução da carga.

## 2.10 PRODUÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA NO AMAZONAS

Inicialmente trataremos de refletir aqui sobre alguns conceitos a respeito do que até o presente temos denominado de "produtores de cacau". A literatura consagrada pelos estudiosos do mundo inteiro tem utilizado com freqüência o termo "camponês". Todavia ao tentarmos transportar esse termo para o nosso contexto, encontramos alguma dificuldade em adequá-lo plenamente às situações observadas. A necessidade de definição teórica requer que comecemos por ele.

Para Wolf (1970 p.16),

> Os camponeses são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre os grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens e serviços.

Ainda com relação ao mesmo conceito Fraxe (2000 p. 63) sugere que:

> O termo camponês tem sido utilizado em diversos contextos, dos mais restritos, que incluem os cultivadores do solo, até os mais amplos, que compreendem todo o trabalhador rural do campo ou aqueles que partilham de segmentos da sociedade nacional, através das culturas caiçara, caipira, tabaréu e/ou cabocla. Assim, ribeirinhos, caboclos, agricultores, agricultores familiares, trabalhadores rurais, trabalhadores do campo e pequenos produtores são formas de identificar os homens que vivem à margem dos rios, lagos e igarapés da Amazônia.

Alguns estudos sobre a produção agrícola no Amazonas informam que a maior parte da agricultura praticada no Estado tem característica familiar: geralmente a família trabalha unida, as atividades são diversificadas, a família é patriarcal, cuja economia acompanha o ciclo de vida da família. Organizado na forma de produção familiar, o sistema de produção agrícola caracteriza-se por um grande dispêndio de força de trabalho humano, pelo uso ainda limitado de insumos modernos e baixa eficiência econômica. Porém, no Sul do Estado já emerge o *agribusiness* onde se pode aplicar claramente o que comentam Pinazza & Alimandro (1999 p. 35):

> Na Historia da transição da agricultura para o agribusiness emerge o fenômeno conhecido como dualismo tecnológico. É um posicionamento que se polariza em extremos opostos. Numa ponta aparece a agricultura comercial, também chamada de mercado e moderna; na outra fica a agricultura de baixa renda. Com diferenças em gênero, número e grau, elas convivem num mesmo momento e requerem políticas públicas e ações empresariais díspares.

Salienta-se que não surge apenas o dualismo tecnológico, mas alguns dos maiores problemas que já afetaram a região do Sul do Brasil na década de 60 como o conflito de terra, apresentando como conseqüência a expulsão do pequeno produtor de suas terras. Após quase um século do declínio da borracha na Amazônia, outros ciclos surgiram, não com o mesmo impacto quanto o do látex. Podemos citar o caso da juta, da pecuária e da soja hoje. Essas experiências têm evidenciado que são, sobretudo, o intermediário, o comerciante e o grande produtor (caso da soja e do arroz) que tem usufruído dos benefícios da produção. Ao que tudo indica, o processo produtivo do cacau na Amazônia e, principalmente no Estado do Amazonas, assim como o da castanha, somente tem trazido retorno a partir do intermediário, a agroindústria e o comércio. Esses autores ressaltam que não se deve esquecer o lado negativo da agricultura tradicional: o trabalho rotineiro e mal qualificado que não gera e nem emprega capital humano e social. A pessoa contribui quase nada e aprende pouco em matéria de

habilidades e conhecimentos. Nesse sentido, a cadeia produtiva do cacau na Amazônia, ainda tem sua base arcaica e desarticulada, caindo dessa forma nas mãos do grande capital e sentindo pouco os lucros advindos de seus produtos. Pinazza & Alimandro (1999) cometam que:

> A agricultura comercial é um pólo dinâmico, que incorpora tecnologias avançadas, ganhos sistemáticos de produtividade e articula a produção agroindustrial com o desenvolvimento urbano. A Agricultura de baixa renda é um núcleo estagnado, que utiliza tecnologia tradicional e produz à base de unidades familiares independentes ou, às vezes, articuladas com a propriedade latifundiária.

A cultura do cacau apresenta, sem sombra de dúvida, quadros diferenciados dentro do Brasil e talvez dentro do próprio Estado do Amazonas, pois o agricultor da Bahia com certeza detém os meios que representam a agricultura comercial explanada acima. Apesar do agricultor da Amazônia não poder incorporar essas tecnologias, seu produto faz parte da rota final do cacau produzido pelos grandes cacauicultores das mais bem sucedidas plantações. Schultz apud Pinazza & Alimandro (1999 p. 38) registrou que na agricultura tradicional o agricultor é eficiente do ponto de vista da alocação dos recursos. Mas ele precisa sair do vale e acessar no planalto o sistema de informação sobre produção e mercado. Tal como ocorreu com o seringueiro da Amazônia, o pequeno cacauicultor depende da rede intermediária. Por sua vez, as longas distâncias da capital e a falta de uma política justa criam um ciclo vicioso.

No trabalho de Bates (1979) podemos encontrar alguma descrição dos produtores de cacau do período de 1848-1859, em que podemos destacar a seguinte narrativa:

> Descemos à terra junto a uma plantação de cacau. A propriedade tinha uma casa solidamente construída, com paredes feitas de grossos mourões e ripas transversais, rebocada de barro, caiada e coberta de telhas. Morava ali uma família de mamelucos, que pareciam constituir um exemplo típico dos plantadores de cacau de poucas posses. Todos estavam vestidos pobremente e descalços. [....] A poucos passos dali via-se um grande galpão, no meio bananeiras, mamoeiros e mangueiras, e dentro dele ficavam os fornos, gamelas, peneiras e todos os utensílios necessários ao fabrico da farinha de mandioca. O terreiro à volta da casa era pequeno; depois dele ficavam as plantações de cacau, que se estendiam ao longo da margem do rio, dos dois lados da casa. Havia um caminho através da mata que levava às plantações de mandioca[...]. Fomos recebidos gentilmente, como sempre acontece [...] quando estávamos de partida, uma das moças da casa mandou levar até a nossa canoa um cesto cheio de laranjas. [....] os pequenos plantadores são todos muito pobres. A mão-de-obra é escassa; as famílias geralmente cuidam de suas próprias plantações,

> compostas de 10 a 15.000 árvores, mas na época da colheita os vizinhos ajudam uns aos outros. A vida ali me pareceu amena e agradável; o trabalho era sempre feito à sombra, ocupando as pessoas apenas umas poucas semanas por ano. Unicamente a incurável indiferença e indolência do povo impedem que eles usufruam de todas as vantagens oferecidas pela exuberante Natureza tropical. Eles poderiam plantar pomares de seletas árvores frutíferas ao redor de suas casas, plantar milho, ou criar bois e porcos, como certamente faria qualquer colono europeu inteligente, ao invés de contarem exclusivamente, por indolência, com o produto de suas pequenas plantações e viverem de uma magra dieta de peixe e farinha.

Para Wagley (1988 p. 82) "a principal barreira para um melhor nível de vida para os habitantes do Vale Amazônico é a incapacidade do homem de orientar seus esforços na direção de seus próprios interesses''. O autor acredita que se fossem outros equipamentos técnicos e outra orientação da Amazônia, então aqui se teria estabelecido outra adaptação cultural e social.

Ferreira (2006 p.3) ao analisar as obras *Ensaios de Sociologia e Economia e Sociedade* de Max Weber, faz a seguinte análise dos tipos ideais:

> Weber entende por tipo ideal algo que possa estar caracterizado ou formando grupos, por exemplo, a religião, a burocracia, a economia, enfim o capitalismo moderno. O conceito de tipo ideal não tem sentido avaliativo, pois não é um modo de julgar e sim uma construção que facilita uma análise histórica ou sociológica. Para Weber, os conceitos utilizados pela sociologia e a História eram até então conceitos bastantes controlados e limitados, afastados da realidade histórica. [...] Weber adota o método comparativo, "'captando as características comuns que os tipos apresentam" (Costa apud Ferreira, 2006 p. 3). É por esse caminho que Weber elabora a teoria sobre as religiões mundiais e sobre a tipologia do capitalismo.

## 2.11 A ATUAÇÃO DA CEPLAC NA AMAZÔNIA

Neto et al. (1987) descrevem de maneira sintética a atuação da CEPLAC na Amazônia na seguinte ordem:

> A CEPLAC, com atuação antes restrita às regiões cacaueiras da Bahia e do Espírito Santo assumiu a condição de órgão nacional ao estender, a partir de 1965, suas ações à Amazônia: no Pará (1965); no Amazonas (1970); em Rondônia (1971); no Maranhão e em Mato Grosso (1976); no Acre (1981); em 1976, se instalou em Belém-PA o Departamento Especial da Amazônia – DEPEA, para comandar o desenvolvimento da cacauicultura naquela região. Importante para que

> isto se concretizasse foi o advento do PROCACAU – Programa Nacional para a Expansão da Cacauicultura Brasileira, que apesar de muito criticado, recentemente, deve ser ressaltado que recebeu, na época aprovação das áreas de governo e, principalmente, dos produtores, após análise e discussão.

Para esse autor, a implantação do PROCACAU trouxe aumento na produção de cacau para a região amazônica, pois antes essa produção era considerada extrativista e se concentrava nas margens dos rios com produção média de 1.500 toneladas. Devido às enfermidades endêmicas a CEPLAC começa sua atuação na ampliação da base genética do programa de melhoramento do cacaueiro. Posteriormente, as atividades evoluíram para o comportamento do cacaueiro submetido às condições específicas da região, assim em 1970 foi criado o SEMA Serviços Experimentais de Manaus-AM, localizado no Instituto e Pesquisas Agropecuárias da Amazônia Ocidental – (IPEAAOc).

O PROCAU teve como fatores favoráveis para a sua implantação, além da intenção de integração nacional do governo federal da época, outras variáveis como a ecológica e socioeconômica, por ser considerado um cultivo mantenedor do equilíbrio ambiental de ecossistemas supostamente frágeis e por estar incluído entre as culturas tropicais de maior valor econômico. Podendo ainda colaborar com a fixação do homem à terra, como também a possibilidade de promover um melhor balanceamento da atividade cacaueira em âmbito nacional. A política de expansão do cacau na região na década de 70 definiu as futuras plantações em pólos estaduais para o Estado do Pará, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Acre e Goiás. Para a implantação de pólos cacaueiros na Amazônia, as premissas consideradas foram baseadas em estudos edafo-climáticos e também outros fatores como disponibilidade de estradas, facilidade de comunicação e compatibilização com o PIN – Plano de Integração Nacional. Os pólos que mais se destacaram foram: Ariquemes, Cacoal, Jaru, Outro Preto D`Oeste em Rondônia e Altamira no Estado do Pará, representando 95% da área implantada na região. Apesar das dificuldades encontradas pela CEPLAC como enfermidades, insalubridades, infra-estrutura deficiente, dispersão geográfica, falta de tradição com o cultivo do cacau, descapitalização dos colonos e a inexperiência do corpo técnico da CEPLAC, até 1986 havia:

> - orientado a implantação de 100 mil hectares de cacau, aumentando a produção regional de 1.500 para cinqüenta mil toneladas do produto;
> - fortalecida a cacauicultura nacional com o ingresso de mais de seis mil novos produtores em um beneficio social agregado de pelo menos vinte e cinco mil novos empregos; e

> - enriquecido o acervo genético do cacaueiro em mais de quinze mil genótipos diferentes, beneficiando a cacauicultura mundial. (Neto, 1987 p. 65 ).

Apesar dos esforços engendrados pela CEPLAC, a partir de 1983 já se percebia o enfraquecimento dos mecanismos propulsores do desenvolvimento regional como o Proterra e o Polamazônia. Esses programas mantinham todo um arcabouço favorável de apoio financeiro do crédito rural e dos investimentos na infra-estrutura dos projetos de colonização e do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Um outro agravante nesse período foi o cancelamento do FUSEC – Fundo Rotativo Suplementar para a Expansão da Cacauicultura, instrumento fundamental que junto com o INCRA viabilizou a implantação inicial do PROCACAU.

Importante destacar que apesar das dificuldades encontradas,

> A CEPLAC vem executando, desde 1965, um programa de coleta, introdução e conservação dos recursos genéticos na Amazônia, com o objetivo principal de reunir maior fonte de variabilidade genética da espécie T. cacao, (sic) a fim de promover a curto, médio e longo prazos a produção de variedades superiores. (Almeida et al. 1995. p. 8).

Os mesmos autores apontam inúmeros problemas encontrados para o desenvolvimento desse trabalho, que varia desde questões políticas, financeiras bem como as distâncias necessárias para encontrar os acessos. Para uma equipe completa com um bom planejamento, apenas 50% do tempo é aproveitado em coletas, sendo que do trabalho planejado até 1992 se estabeleceu um banco de germoplasma com 1817 acessos. Porém, nos 29 anos de trabalho foi possível realizar coletas em apenas 36 bacias hidrográficas da Amazônia brasileira das 186 bacias hidrográficas (primárias, secundarias e terciárias).

# 3 MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos inicialmente e no decorrer da pesquisa, foi necessário proceder à revisão crítica da bibliografia disponível sobre a temática abordada. Também, durante o desenvolvimento da pesquisa, foram coletados dados oficiais sobre produção, comercialização, incentivos e assistência técnica das seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Secretaria da Fazenda - SEFAZ, Companhia de Abastecimento – CONAB, Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, Comissão de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - CODESAV, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM, Associações de Produtores de Cacau, Sindicatos de Produtores Rurais e Prefeituras dos municípios incluídos na presente investigação. Os dados foram organizados seletivamente, considerando sua importância para o presente trabalho.

O objetivo de buscar compreender por que a cultura do cacau, que já chegou a ser o sustentáculo da região e hoje ocupa o terceiro lugar em escala nacional, foi contemplado no resgate histórico do cacau, a partir dos autores clássicos que se ocuparam do assunto e de alguns estudos de caso, salientando que esse resgate não teve o objetivo de esgotar toda a historicidade do assunto, mas permitir ao pesquisador e ao leitor a sua adequada compreensão.

Para o levantamento dos dados em campo foram realizadas visitas aos produtores de cacau dos municípios em estudo: Manaus, Coari e Urucurituba. As informações sobre a organização da cadeia produtiva foi uma tarefa que compreendeu entrevistas abertas com os produtores, compradores das amêndoas que fazem o elo entre o produtor e as moageiras. Também foram realizadas visitas ao porto de Manaus para coletar outras informações que possam passar despercebidas e à CEPLAC – Comissão da Lavoura Cacaueira.

Com base na metodologia utilizada por Reis et al (2005), buscou-se evidenciar que a cadeia produtiva do cacau comporta os seguintes setores: a) setor produtivo, que envolve desde o preparo da área para a implantação da cultura, manutenção, até a produção de cacau em amêndoas secas; e, b) o setor de comercialização, que é aquele responsável pela aquisição

do cacau em amêndoas secas nas propriedades dos agricultores, transporte até a sede do Município, a infra-estrutura de escritório que dá suporte à compra e venda, bem como o transporte até à porta da indústria e/ou exportador.

Em função de o estudo compreender três Municípios e as longas distâncias a serem percorridas onerarem a pesquisa, por se uma pesquisa qualitativa trabalhamos com um universo de 25% de produtores de cada localidade, a quantidade de entrevista era decidida a partir da informação de quantas pessoas trabalhavam com cacau em cada área pesquisada. Para a caracterização do produtor e seu modo de produzir, foi aplicado um questionário (apêndice A) adaptado de um modelo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, anexo I. Esse questionário buscou informações sobre o número de pessoas na escola, o nível de escolaridade dos produtores, pessoas residentes na propriedade onde se cultiva o cacau; as condições de moradia, saneamento, educação e saúde; o nível de organização social e a renda familiar. Também foram levantados dados sobre o histórico da propriedade; a situação fundiária; o uso e manejo da terra nas propriedades familiares. Além disso, nos fundamentamos na idéia de tipo ideal de Max Weber (1975, 1982, 1987, e 1992) associada aos autores utilizados nesse trabalho e que estudam a condição camponesa, aqui denominados de "pequenos produtores".

Nesse sentido, o "tipo ideal" é construído a partir de princípios vinculados à história e desenvolve o método compreensivo a partir das ações sociais com sentido, de ações voltadas para alcançar determinados fins e possuem significado subjetivo. A definição dos tipos ideais contribui para a compreensão de processos históricos, de situações concretas que podem se aproximar ou se distanciar, por exemplo, dos valores e das ações com sentido que representam as formas de pensar e agir dos indivíduos. Para efeito de compreensão, se pode reconstruir a situação típico-ideal de uma unidade de produção extrativista para melhor poder compará-la com uma unidade de base tecnológica avançada.

Para estabelecer um preço justo do cacau foi aplicado o questionário/tabela (apêndice B) que aponta quanto o produtor gastou em tratos culturais, colheita, quebra, fermentação, secagem, transporte e armazenamento. Esses dados indicam o custo total de produção. A mesma tabela indica a quantidade produzida por produtor, quanto foi vendido e a que preço.

Após a coleta desses dados se procedeu à análise envolvendo: A Renda Bruta (RB) que compreende a receita proveniente da comercialização da produção ao preço recebido pelo produtor; o Lucro do Produtor (LP) que corresponde à diferença entre a Renda Bruta e o Custo de Produção (CP); a Margem Líquida do Produtor (MLP) pôde ser calculada

subtraindo-se da Renda Bruta (RB); e o Custo de Desembolso (CD), que compreende aqueles gastos monetários realizados pelo produtor.

As viagens foram programadas para o período de produção que compreende os meses de janeiro/junho, em que foram aplicados os questionários e conversas com os produtores. Houve um retorno posterior à colheita e secagem para complementação do preenchimento da tabela de custo.

Finalmente, a análise da produção teve como conceito norteador as idéias de Wolf (1970 p. 28) e Chayanov (1974) que constatam: "o camponês é um agente econômico e o cabeça da família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar". Assim, essa unidade não é apenas uma organização para o trabalho, mas também uma unidade de consumo. O conceito de camponês ao longo de todo o trabalho aparece sob a denominação de "pequeno produtor". Uma outra categoria de análise foi anotada por Abramovay (1992 p. 60-61), referindo-se a Chayanov (1974), para quem:

> O único critério de produção camponesa consiste na correlação entre o grau de satisfação das necessidades da família e a penosidade do trabalho efetuado. O volume da atividade familiar depende inteiramente do número de pessoas e de maneira alguma do número de trabalhadores.

Figura 7 - Áreas de estudo
Org.: Estefania S. Silva

## 3. 1 COARI

O primeiro núcleo de povoamento em território do atual município de Coari (Figura 7), foi uma aldeia de índios fundada em princípio do século XVIII, pelo Jesuíta Samuel Fritz, com a denominação de Coari, localiza-se à margem do lago desse nome. Coari, segundo o cônego, Ulysses Pennafort, vem das palavras indígenas "Coaya Cory", ou "Huary-vu", ou significa respectivamente "rio do ouro" e "rio dos deuses". A denominação dada ao rio que banha o Município estendeu-se ao lago, cuja margem encontra-se a sede municipal e, posteriormente, ao Município. Habitavam primitivamente a região os índios Catauixis, Irijus, Jumas, Jurimauas e outros. Sobre as índias (trecho de autoria do padre João Daniel em "Tesouro Descoberto"): "Algumas fêmeas a que além de suas feições lindíssimas, têm os olhos verdes e outros azuis com uma esperteza e viveza tão engraçadas que podem ombrear com as mais escolhidas brancas".

Em 1759 a aldeia foi elevada à Lugar, recebendo o nome de Alvelos. Em 1833, foi o Lugar Alvelos elevado à Freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora Santana. Em 30.09.1854, a sede da freguesia foi transferida em virtude da Lei nº. 37, para a foz do lago de Coari. Em 01.05.1874, pela Lei Provincial nº. 287, a freguesia foi elevada à vila de Coari. Em 21.05.1874, pela Lei Provincial nº. 287 é criado o Município de Coari. Em 15.11.1890 é instalado o termo judiciário de Coari. Em 10.04.1891, pelo Decreto nº. 95-A é criada a comarca de Coari, que se instala em 30.06.1891. Em 30.10.1913, pela Lei Estadual nº. 741, é suprimida a comarca de Coari, ficando seu Termo Judiciário subordinado a Tefé. Em 14.02.1916, pela Lei Estadual nº. 844, é reinstalada a comarca de Coari, ficando seu Termo Judiciário subordinado a Tefé. Em 07.02.1922, pela Lei Estadual nº. 133, é suprimida novamente a comarca. Em 10.03.1924, pela Lei Estadual nº. 122, restaura-se definitivamente a comarca de Coari compreendendo os Termos de Coari, Manacapuru e Codajás. Em 02.08.1932, pela Lei Estadual nº. 1665, Coari é elevada à categoria de cidade.

Coari está situado a uma latitude de: 4,085°S e longitude de: 63,141°W. Seus limites são com os municípios de Anori, Tapuá, Tefé e Codajás. Localiza-se na 7° Sub-Região – Região do Rio Negro – Solimões. Com temperatura média de 33° C. Área territorial de 57.922 $km^2$ (IBGE). Acesso por via fluvial. Dista, em linha reta da capital do Estado até a sede municipal de Coari, de 363km, e por via fluvial de 463km. De acordo com o IBGE a população total estimada em 2005 era de 84.309 habitantes.

O Município tem sua área dividida pelo rio Solimões que, por ser um rio de planície, apresenta a formação de várias ilhas fluviais de formação holocênica. No seu interior estão lagos e igarapés, compondo os ecossistemas de várzea e de terra firme.

As suas atividades econômicas estão voltadas para a agricultura; horticultura (ver anexo 02); pecuária; avicultura; extrativismo vegetal piscicultura. Apresenta pequenas indústrias como: madeireiras, fábrica de tijolos, produtos alimentícios, pescado, gelo e imobiliária. Recentemente começou a extração de gás natural. No setor terciário podem ser encontrados serviços de hotel, pensões, agências bancárias, mercado municipal, matadouro e feira do produtor rural.

Nos aspectos culturais podem ser identificados festivais folclóricos no mês de junho; aniversário da cidade de 01 a 02 de agosto; feira da cultura no mês de agosto; festival da música Popular de Coari 24 a 26 de outubro; festa do Gás natural e Festa da Banana na 1ª quinzena de dezembro. Dentre as suas riquezas naturais a flora é representada, principalmente pela seringueira, castanha-do-pará, pau-rosa, além de várias madeiras de boa qualidade e grande valor econômico.

A fauna é rica, além das diversas espécies de animais silvestres, como: caititu, veado, capivara, queixada, há ainda os aquáticos representados pelo jacaré, tartaruga, e muitos peixes como o pirarucu, tambaqui e jaraqui. As atrações turísticas da cidade de Coari são: a) Igreja de Santana (construída em princípios do Século XX e que conserva intactas todas as suas características originais); b) O busto em mármore de Silvério José da Silva Néri; c) Poltrona de madeira de 1874.

## 3. 2 MANAUS

O município de Manaus (Figura 7) está localizado á margem esquerda do rio Negro com uma população estimada em 2005 de 1.644.690 habitantes. Área da unidade territorial 11.401km$^2$. A origem de Manaus está relacionada à ocupação da Amazônia. Para garantir o domínio da região, os portugueses criaram vários fortes, dentre os quais o Forte de São José do Rio Negro em 1669, posteriormente surgiu um arraial que foi denominado de Lugar da Barra e que mais tarde veio a se chamar cidade de Manaus. A maior parte da população do Município de Manaus está na capital do Estado, sendo que sua maior economia é oriunda do Polo Industrial de Manaus.

O Município foi criado em 24/10/1856. Localiza-se na latitude: 3,10194°S e longitude 60,025°W, com altitude média de 40 m. Limita-se: com os Municípios de Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Careiro, Iranduba, Novo Airão e Presidente Figueiredo.

## 3.3 URUCURITUBA

A denominação de "Urucurituba" (Figura 7), dada à povoação e posteriormente ao município, provém de "Uricuri", espécie de palmeira abundante naquela época nas adjacências daquela localidade. Em 27.04.1895, pela Lei Estadual nº. 118, foi criado o Município de Urucurituba, com os territórios desmembrados dos de Silves e Urucará, com sede na povoação de Urucurituba, localizada à margem direita do rio Amazonas. Os índios Mundurucus, Maués e outros eram os primitivos habitantes da região, hoje ocupada pelo Município. Em 14.05.1897, pela Lei estadual nº. 164, foi extinto o Município de Urucurituba. Em 05.03.1898, pela Lei Estadual nº. 212, foi restabelecido o Município de Urucurituba.

Em 22.09.1901, pela Lei nº. 350, a sede do Município foi transferida para o sítio denominado Tabocal, elevado então à categoria de Vila com a denominação de Silvério Néri. Em 27.02.1908, pela Lei Municipal nº. 63, a sede municipal foi transferida para Urucurituba, que passou então a denominar-se Silvério Néri. Em 15.12.1910, pela Lei nº. 660, o Município voltou a ter a primitiva denominação de Urucurituba. Em 14.09.1931, pelo Ato nº. 33, foi rebaixado a simples condição de Delegacia Municipal, incorporado ao Município de Itacoatiara. Todavia, em 1935, com a reconstitucionalização do Estado, foi restabelecida a autonomia do Município de Urucurituba. Em 31.03.1938, em virtude do Decreto-Lei Estadual nº. 68, a sede municipal recebeu Foro de Cidade. Em 24.12.1952, pela Lei Estadual nº. 226, é criada a comarca de Urucurituba. O Município é constituído de um só distrito – de mesmo nome. Em 10.12.1981, pela Ementa Constitucional nº. 12, Urucurituba perde parte de seu território, em favor do novo Município de Boa Vista do Ramos.

Encontra-se a uma latitude de: 3.131°S e longitude de: 58.155°W. Limita-se com Parintins; Barreirinha, Boa Vista do Ramos; Itacoatiara; Silves; Itapiranga e Urucará. Localiza-se na 8° Sub-Região – Região do Médio Amazonas com altitude de 16m acima do nível do mar. Com área territorial de 2.907km$^2$, temperatura média de 27°. Seu acesso é por via fluvial. Dista em linha reta, até a Capital do Estado, 212km e por via fluvial 216km.

Para o IBGE a população estimada do Município de Urucurituba de 2005 era de 8.988 habitantes, enquanto o número de pessoas residentes era de 12.264 habitantes. As suas atividades econômicas podem ser assim descritas: No Setor Primário a agricultura (anexo 04)

alcança sua maior expressão entre culturas temporárias com destaques para a juta e a mandioca, seguindo-se abacaxi, arroz, fumo, malva, feijão, milho e tomate. Entre as culturas permanentes, destacam-se a banana, o cacau, a laranja e o limão.

A pecuária concorre com destaque para a criação de bovinos e suínos, cuja produção de leite e carne destina-se ao consumo local. Pesca: é praticada de maneira artesanal, voltada para o consumo local. A avicultura é praticada em moldes domésticos, destinada ao consumo local. O Extrativismo Vegetal é caracterizado pela exploração de borracha e de madeira. No setor secundário podem ser identificados: estaleiro, padaria, oficinas de fabricação de móveis e usinas de beneficiamento de arroz. No setor terciário estão estabelecimentos comerciais, agências bancárias e restaurantes.

O aniversário do município é celebrado em 24 de janeiro. A festa do cacau e a feira cultural acontecem de 01 a 03 de maio. O padroeiro municipal é São Benedito e a comemoração é de 25 a 27 de julho. Na última semana do mês de agosto acontece o festival do peixe liso.

De acordo com estudo em andamento, Silva (2005) o município de maior produção de cacau do Estado do Amazonas é Urucurituba, que se limita com Itacoatiara, onde está situado o terminal graneleiro da Hermasa para armazenamento da soja. Dados do IBGE-PAM/2004, apontam o Município de Manaus em primeiro lugar na produção de amêndoas de cacau, com 300 toneladas e em segundo Coari. Logo, constata-se que há a necessidade de se organizar os dados sobre a produção do cacau, pois nem ao menos as instituições oficialmente responsáveis pelas informações conseguem chegar a um acordo. A CEPLAC tem engendrado esforços para apoiar os cacauicultores mais próximos à capital do Estado do Amazonas, mas as dificuldades dessa instituição são inúmeras.

## 3.4 O MEIO FÍSICO

Para Schubart, (1983) a Amazônia é, em grande parte, constituída por uma bacia sedimentar, tendo ao Norte e ao Sul, respectivamente, cráton ou escudo das Guianas e Brasileiro. O relevo da Amazônia apresenta a maior parte de suas altitudes abaixo de 200m. As formas de relevo são classificadas como P*lanícies de inundação atuais*, ou *várzeas e igapós*; *Terraços pleistocêncicos*; *Planalto Amazônico* e *Escudos cristalinos*.

Os ecossistemas em escala macro podem ser classificados como ecossistemas de várzea e terra firme. É na bacia sedimentar que se encontram as várzeas. Estão localizadas nas

áreas baixas banhadas periodicamente pelas águas dos rios de água branca que transportam muitos sedimentos. A várzea alta e a várzea baixa, apesar de ser um ecossistema com característica própria, apresentam no seu interior diferenças de um lugar para outro. (Figura 9).

Junk (1983) assinala que,

> A água do Amazonas é relativamente rica em sais minerais e nutrientes e com a subida do rio a água entra nos paranás e lagos de várzea, cobrindo-os completamente durante as enchentes máximas. Enquanto o solo da várzea contém uma alta percentagem de minerais argilosos férteis com alta capacidade de intercâmbio de íons (Ildita e Montmorilonita), os solos da terra firme são compostos de material arenosos e caolinítico, que é de baixa fertilidade.
>
> A água proveniente de terra firme é pobre em sais minerais e da várzea é ácida. Eles se misturam com a água do Solimões. Processos abióticos e bióticos também modificam a composição química da água, provocando diferenças consideráveis entre diferentes lugares na várzea e durante o ciclo do ano.

As águas dos rios da várzea e terra firme também apresentam diferenças de condutividade elétrica (pH). Quanto à vegetação,

> As áreas mais altas da várzea são cobertas por árvores, capazes de suportar inundações durante alguns meses, sem morrer. Elas começam a brotar quando a água está baixando, florescer e dar frutos quando a água está subindo. Os frutos caem na água, que os distribui.
>
> No máximo da enchente estas árvores perdem as folhas e começam a brotar novamente na próxima baixa das águas. Há também árvores que não perdem as folhas verdes durante meio ano de inundação. A árvore mais impressionante e característica da várzea é a sumaúma (*Ceiba petandra*), que acresce até 40 a 50 m de altura [...].
>
> Muito características são também as grandes quantidades de macrofilas aquáticas, que flutuam na superfície da água em frente da floresta inundável e que podem cobrir áreas de vários quilômetros quadrados. (Id., ibid.).

A várzea em função das características físico-químicas das águas e solos apresenta uma riquíssima fauna e flora. O grande volume das águas do Solimões/Amazonas provoca turbulências que movimentam massas líquidas e sólidas. Desta forma as águas carregam árvores e solos.

A várzea por muito tempo foi objeto de discussão pelos estudiosos. Para a gestão dessas áreas foi desenvolvido o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea e culminou na publicação: A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para elaboração de novos modelos jurídicos. (Benati, et al. 2005).

Em se tratando de meio físico e o cultivo do cacau, Veríssimo (1970 p. 80) que viveu no século XIX, filho de Óbidos no Pará, cita a cultura do cacau como sendo a mais importante das duas províncias e recomenda o plantio em terra firme, pois acredita que dessa forma o produtor não estará sujeito às enchentes e vazantes dos rios da região. Observa que seria mais interessante o cultivo de cacau na terra firme, mas reconhece que na várzea o cacau frutifica mais. Salienta que o processo produtivo considerado rudimentar era o responsável por não obter a mesma cotação de produtos oriundos da América Central ou Antilhas. Também alerta para que as plantas de cacau mantivessem certa distância para que o sol pudesse aquecer os pés da planta, ou seja, os troncos.

Além das enchentes, na várzea acontece o fenômeno das terras caídas (figura 08). Esse fenômeno é objeto de estudo até hoje por vários pesquisadores. Nesse sentido, Stenberg (1998) desenvolveu estudo que trata do homem na várzea do Careiro-Amazonas. Em seu trabalho, ele busca encontrar lugares citados por outros autores nessa região e que já não existiam mais. Um exemplo citado pelo pesquisador ocorreu na localidade denominada costa do Rebojo onde, de acordo com Spruce apud Stenberg (1998), houve um grande cacaual. Entre 1886-1887, esteve no local o colecionador de borboletas Otto Michel visitando o alemão de nome Hans Joachim Harms. Lá existia uma bela propriedade. Em 1905 o proprietário se desfez de seu imóvel em função das enchentes ocorridas entre 1890-1900 e também do fenômeno das *terras caídas* que foram demolindo seu cacaual como também a sua bela casa de varanda que hoje não existe mais.

Figura 8 - Fenômeno das *Terras Caídas* no paraná da Nazária – Coari/Am, Ano-2006.

O tema sobre *terras caídas* foi abordado em pesquisa recente de Carvalho (2006). O pesquisador trata do fenômeno e suas conseqüências sociais, conceitos e fatores que atuam no processo de erosão natural na Costa do Miracauera – Paraná da trindade no Município de Itacoatiara, Amazonas-Brasil.

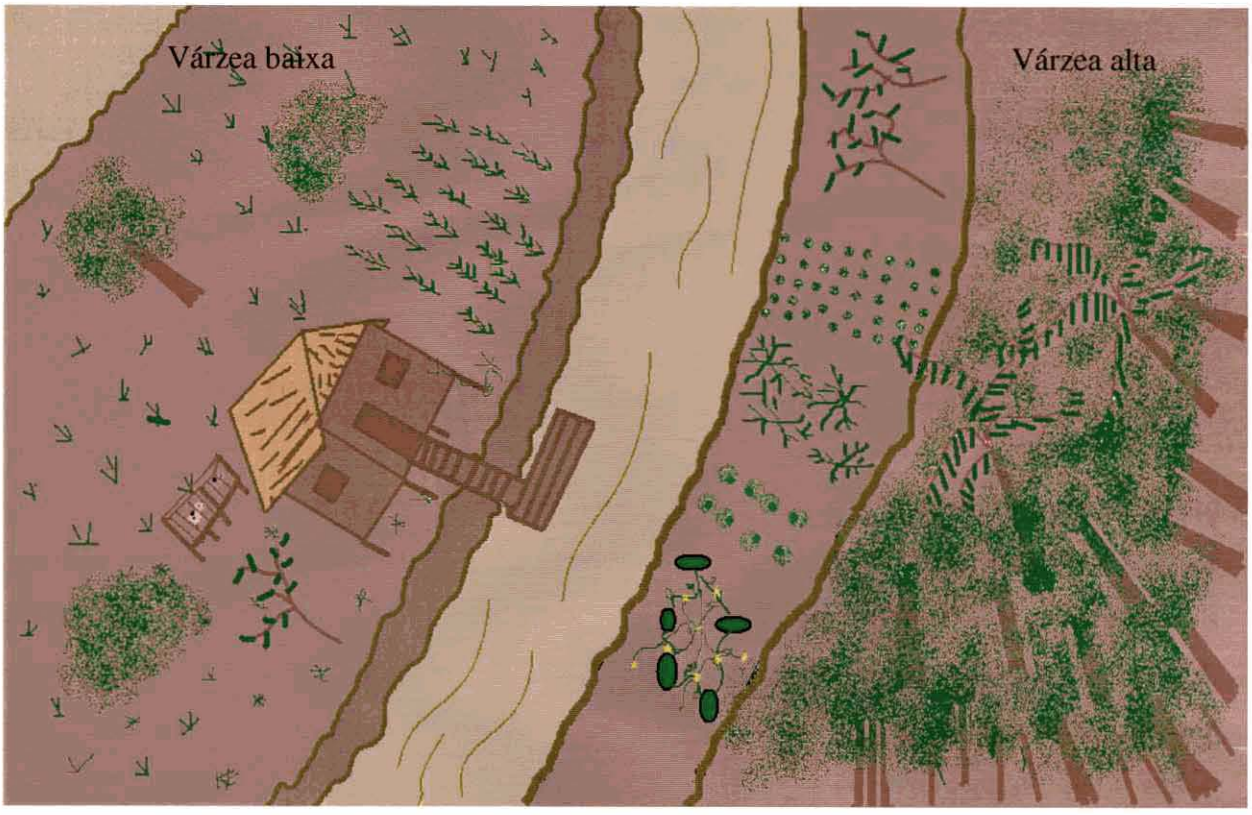



Figura 9 – Croquí de uma várzea alta e baixa, vista de cima.
Desenho: Stephanie S. Silva

# 4.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

## 4.1 O CACAU NO DECORRER DO PROCESSO HISTÓRICO

Revendo a literatura que trata da presença do cacau na Amazônia como produto agrícola e econômico no Estado do Amazonas, podemos inferir que, apesar de sua origem ser amazônica e ser inicialmente um produto obtido de forma extrativista, após a chegada dos europeus passou a ser cultivado nas missões das ordens religiosas da Igreja Católica, principalmente na região do atual Estado do Pará. As ordens religiosas da época tiveram um papel fundamental na deculturação dos indígenas e também na consolidação do que é hoje o território Nacional. Referimo-nos ao Tratado de Tordesilhas que definia uma pequena porção desse território a Portugal e a maior parte do continente para os espanhóis.

Para estudar a história da região, é importante a compreensão de geopolítica em escalas diferenciadas. Desse modo, se pode entender as transformações que ocorreram no espaço e no tempo. Também se deve entender o momento vivido pela economia mundial, seus interesses e os conflitos existentes.

Toda a literatura especializada no assunto, seja no aspecto histórico, econômico, social e mesmo técnico, aponta a presença de cacau em toda a Amazônia, seja em regiões de terra firme, seja nas várzeas. Hoje a concentração semicultivada é identificada nas várzeas devido à melhor qualidade dos solos. Também no período colonial a mesma idéia se repetiu por vários fatores, principalmente pela boa qualidade dos solos, pela concentração populacional nas margens dos rios e fácil deslocamento.

Os missionários que atuaram na Amazônia foram os jesuítas, franciscanos, carmelitas, mercedários, capuchos da Piedade e da Conceição. Fundaram a maior parte dos núcleos urbanos, catequizaram os indígenas e os subjugaram. Com a chegada de novos colonos que vinham com a intenção de produzir, os conflitos por mão-de-obra escrava começam entre as ordens religiosas e os colonos. Apesar da existência de leis datadas desde 1570, que visavam proteger os indígenas. O comércio também estava nas mãos desses missionários e para tal atividade era necessário o trabalho dos indígenas, dada a escassa mão-de-obra da região.

O poder dos missionários era tão grande que chegaram a exercer, até a época pombalina um governo temporal e espiritual, através de um regimento das Missões. È a partir da ascensão do Marquês de Pombal em 1750, que a política muda de forma contundente na Amazônia. As disputas entre uma classe dominante já formada no Brasil e os religiosos, resultaram na expulsão dos jesuítas em 1759. Várias ordens foram intimadas a se retirar, apenas ficando a carmelita até o século XIX.

Esse marco na história da Amazônia fragilizou a agricultura da região, principalmente na produção do cacau. Posteriormente, os interesses por matéria prima se voltam na busca do ouro, sem mão-de-obra escrava na região e, face às intempéries regionais a agricultura continua em queda. Os governantes da época tentaram incentivar a agricultura na região, mas a mesma foi desestimulada pela descoberta do uso da goma elástica de origem da seringueira. No período gomífero, o cacau sobrevive na região. Após o declínio desse ciclo é a castanha que passa ocupar o cenário, já no século XX. Mas o cacau ainda continua existindo.

A partir da década de 60, os governantes voltam novamente seus olhos em direção à região Amazônica e são traçados os planos de desenvolvimento e integração nacional, que incluem desenvolvimento econômico aliados ao deslocamento, e para isso são criados programas específicos.

O Estado da Bahia, ao representar a maior região cacaueira do Brasil, fez surgir a CEPLAC – Comissão da Lavoura Cacaueira, que tinha a finalidade de melhorar a produção de cacau a curto, médio e longo prazo em termos humanos e tecnológicos.

Em âmbito nacional, fatores tecnológicos, enfermidades na lavoura e competição no mercado internacional tiveram influências decisivas na produção e comercialização do cacau nas últimas décadas. Mas na Amazônia o que se percebe é que a ausência de políticas de incentivos foi a maior responsável pela atual situação na qual se encontram os produtores da várzea.

Não se pode dizer a mesma coisa dos produtores da terra firme, que foram agraciados com os programas de incentivos. Também não se pode responsabilizar, este ou aquele, já que a política do PROCACAU levava em consideração alguns elementos para a implementação de plantios de cacau. Um deles era a infra-estrutura de estrada e o programa Proterra. As áreas de várzeas sempre estiveram em situação juridicamente indefinidas para serem trabalhadas por estarem atreladas à Legislação Ambiental e sujeitas às enchentes e vazantes dos rios.

O Código Florestal instituído através da Lei n°. 4.771, de 15 de setembro de 1965, cria mecanismos que dificultam a prática agrícola nas áreas de várzeas. Uma das definições que tem gerado muitos questionamentos são as Áreas de Preservação Permanentes – APP.

Partindo do princípio da Lei que determina uma faixa ao longo dos cursos de água de acordo com a sua largura, um imóvel situado às margens do rio Amazonas, Negro Madeira teriam uma APP de 500m, a partir do máximo da enchente. Além do Código Florestal, o Decreto-Lei nº. 9.760, de 5 de setembro de 1946 que dispõe sobre os Bens Imóveis da União e dá outras providências, enquadra as áreas de várzeas banhadas pelos rios federais como pertencentes ao Patrimônio da União.

Nesse sentido, o estudo realizado pelo ProVárzea que se caracteriza como um anseio desde os estudos desenvolvidos por Sternberg (1998), possibilitou melhor definição para a especificidade da várzea da região e dessa forma diversas atividades sustentáveis poderão ser desenvolvidas nessas áreas. Essas atividades deverão ser ambientalmente corretas, tendo a aprovação dos órgãos ambientais.

Porém, essa questão demorou muito para dar esse passo, já que era necessário um estudo para a criação de conceitos jurídicos sobre a natureza da várzea. Após diversas pesquisas relacionadas ao tema, se evidenciou a importância desse ecossistema para o homem que habita neste ambiente. Após os estudos desenvolvidos pelo Provárzea, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU assinou um convênio com o INCRA para trabalhar as áreas consideradas de interesse social, enquadradas nessa situação. Existe também um memorando tramitando em Brasília para que seja assinado um Termo de Cooperação Técnica com o governo do Estado do Amazonas a fim de trabalhar algumas áreas da União como a abrangida pelo gasoduto Coari-Manaus e em Barcelos. Esse convênio foi estimulado porque necessitava de um estudo prévio e o Governo do Amazonas já havia realizado o estudo, através da SDS - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável que, para isso, assinou um Termo de Cooperação com SPU. Os trabalhos realizados pelo INCRA terão a parceria do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Essas áreas não terão um título definitivo, mas a instituição que trabalhar nessas áreas dará uma *Concessão de Uso*. As áreas serão sempre da União, mas esse documento permitirá que o produtor possa desenvolver as suas atividades ambientalmente corretas.

A questão fundiária sempre foi o gargalo desses produtores que, muitas vezes, não conseguiam fazer empréstimo porque suas terras faziam parte desse sistema físico legalmente indefinido. O estudo mostra que 70% das pessoas entrevistadas não possuem o título da terra. A pesquisa constatou que 80% dos entrevistados pagam o ITR – Imposto Territorial Rural e imaginam que esse cadastro é o título e que, ao pagarem o imposto, são proprietários de terras do INCRA, já que o cadastro fica ao encargo dessa autarquia.

Salientamos que o Provárzea possibilitou um avanço que pode contribuir muito para melhorar as condições de vida desses produtores.

## 4.2 PRODUÇÃO DE CACAU A PARTIR DE 1990

De acordo com a produção de cacau de 1990, (Tabela 2) podemos observar que os dados se apresentam mais baixos em relação aos anos subseqüentes. O município de Apuí começa a despontar com uma produção de 2t. Em 1996 (Figura 10), Apuí surge com 21t. Coari desponta em primeiro lugar e no Médio Amazonas aparecem os municípios de Itacoatiara, Urucurituba e Urucará. Nas Figuras 10 e 11 pode ser observada a espacialização da produção no Estado do Amazonas e que Apuí continua em evidência. Manaus, que está entre os municípios que produzem em torno 10t, aparece em 2004 entre aqueles que produzem mais de 100t.

A pesquisa também constatou que no período em que a pecuária avançou na Amazônia, houve um recuo da produção do cacau, muitos produtores derrubaram os cacauais para plantar pasto, mas o saldo foi negativo e logo desistiram, retornando ao cultivo do cacau.

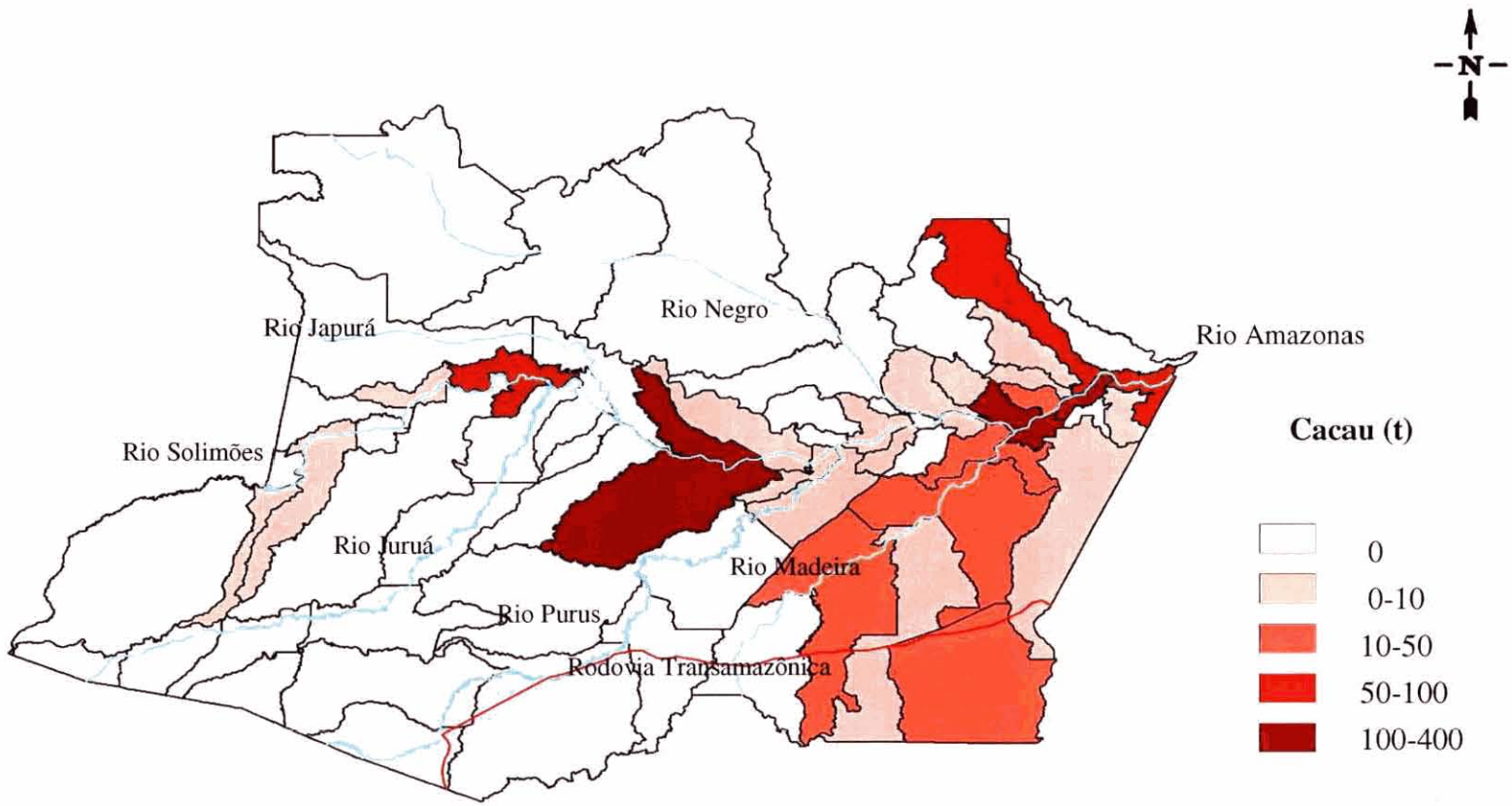
Tabela 2
Produção de cacau por município
Variável = quantidade produzida (tonelada)
Lavoura permanente = cacau (em amêndoa)
Unidade da Federação e Município - Ano – 1990

| | |
|---|---|
| Alvarães – AM | 1 |
| Anamã – AM | 1 |
| Apuí – AM | 2 |
| Autazes – AM | 4 |
| Barreirinha – AM | 3 |
| Benjamin Constant - AM | 2 |
| Beruri – AM | 2 |
| Borba – AM | 7 |
| Caapiranga – AM | 1 |
| Careiro – AM | 1 |
| Careiro da Várzea - AM | 1 |

Tabela 2
Produção de cacau por município " continuação"
Variável = Quantidade produzida (Tonelada)
Lavoura permanente = cacau (em amêndoa)
Unidade da Federação e Município - Ano – 1990

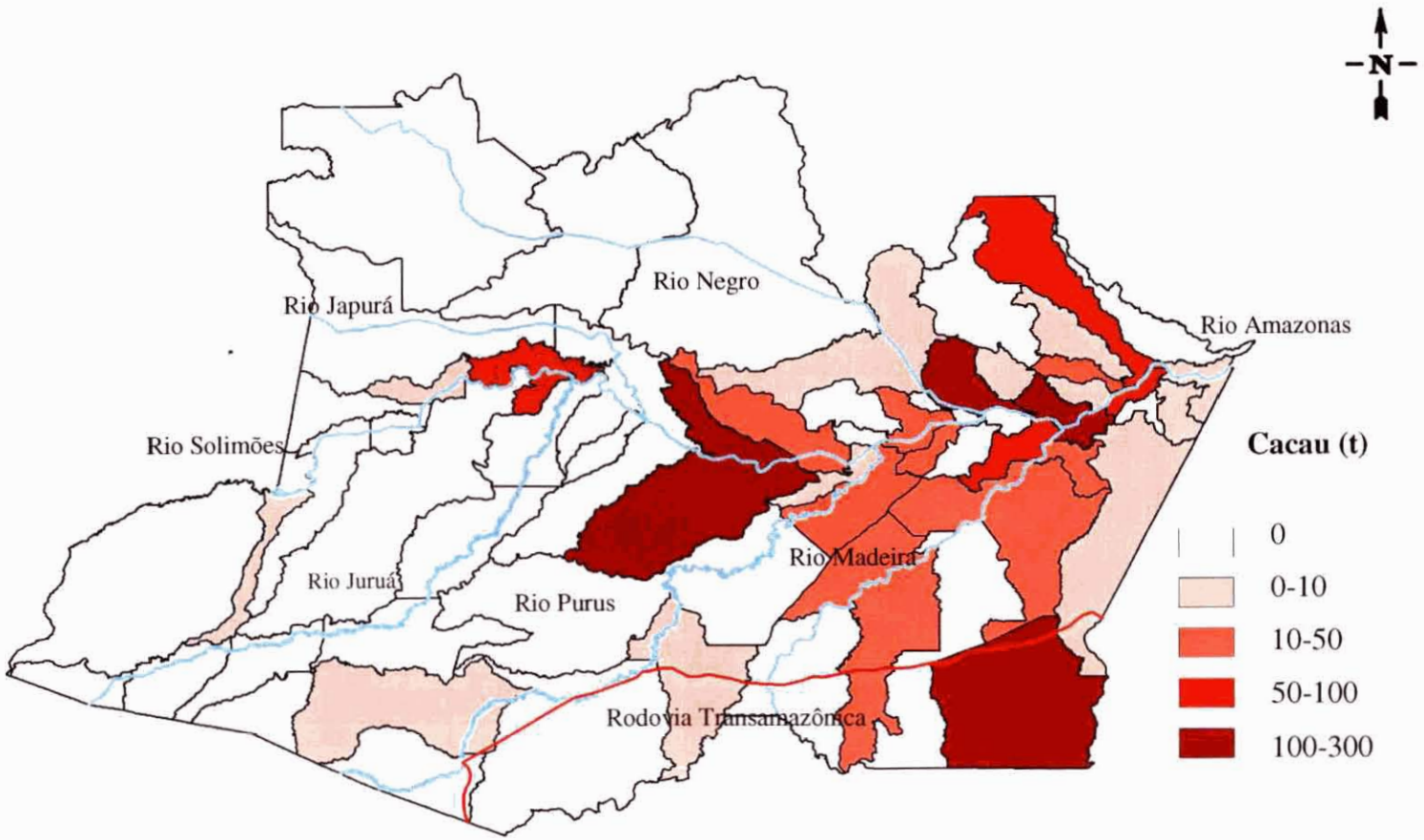
| | |
|---|---|
| Coari – AM | 10 |
| Codajás – AM | 3 |
| Fonte Boa – AM | 6 |
| Humaitá – AM | 2 |
| Itacoatiara – AM | 20 |
| Itapiranga – AM | 3 |
| Japurá – AM | 3 |
| Jutaí – AM | 2 |
| Manacapuru – AM | 7 |
| Manaquiri – AM | 3 |
| Manaus – AM | 6 |
| Manicoré – AM | 4 |
| Maraã – AM | 1 |
| Maués – AM | 5 |
| Nhamundá – AM | 3 |
| Nova Olinda do Norte - AM | 4 |
| Novo Airão – AM | 1 |
| Novo Aripuanã - AM | 4 |
| Parintins – AM | 9 |
| Presidente Figueiredo - AM | 1 |
| Santo Antônio do Içá - AM | 2 |
| São Gabriel da Cachoeira - AM | 3 |
| São Paulo de Olivença - AM | 1 |
| São Sebastião do Uatumã - AM | 1 |
| Silves – AM | 4 |
| Tabatinga – AM | 1 |
| Tefé – AM | 2 |
| Urucará – AM | 2 |
| Urucurituba – AM | 12 |
| **Total** | **150** |

Fonte:IBGE




Escala: 1/10.000.000

Figura 10 – Produção de cacau no Estado do Amazonas em 1996
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: Estefania S. Silva




Escala: 1/10.000.000

Figura 11 – Produção de cacau no Estado do Amazonas em 2004
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: Estefania S. Silva

Pode-se observar na Tabela 3, que Manaus não aparece com produção de cacau e que o município de Apuí desponta na frente com 356t, seguido por Itacoatiara com 332t, em terceiro lugar vindo Coari com 100t. Urucará aparece em quarto lugar com 72t e depois Autazes com 66t. Urucurituba apresenta apenas uma produção de 54 toneladas.

Tabela 3
Quantidade produzida de cacau no Amazonas por município

Variável = quantidade produzida (tonelada)

Lavoura permanente = cacau (em amêndoa)

Ano = 2005

Brasil, Unidade da Federação e Município

| | |
|---|---|
| **Brasil** | **208.620** |
| **Amazonas** | **1.195** |
| Apuí – AM | 356 |
| Autazes – AM | 66 |
| Beruri – AM | 12 |
| Borba – AM | 39 |
| Coari – AM | 100 |
| Codajás – AM | 10 |
| Eirunepé – AM | 15 |
| Fonte Boa – AM | 64 |
| Humaitá – AM | 20 |
| Itacoatiara – AM | 332 |
| Manaquiri – AM | 11 |
| Manicoré – AM | 20 |
| Novo Airão - AM | 6 |
| Novo Aripuanã - AM | 8 |
| Rio Preto da Eva - AM | 10 |
| Urucará – AM | 72 |
| Urucurituba - AM | 54 |

Fonte: IBGE - Produção agrícola municipal

As disparidades continuam, ocasionadas pelas informações imprecisas das fontes fornecedoras, pois não condizem com a realidade. A metodologia utilizada pelo IBGE busca essas informações em instituições como bancos e ATES, dentre outras fontes. Mas, as informações oficiais representam apenas um percentual mínimo, nem todos os produtores

utilizam empréstimos, poucos têm Assistência Técnica, as Secretarias de Produção não têm recursos suficientes para manter um controle eficaz. Portanto, ainda que a metodologia seja adequada, as informações não estão disponíveis em sua totalidade. Mesmo o IBGE vem encontrando dificuldades para a realização do Senso Agropecuário nos últimos anos. A CEPLAC tenta fazer um controle via SEFAZ – Secretaria de Fazenda do Estado, (Figuras 12, 13 e 14), mas este controle só é eficiente no tocante às notas fiscais avulsas emitidas na SEFAZ, ou seja, é necessário que o vendedor tenha bom senso de emitir as notas, caso ele emita nota própria, ou o produto saia do Estado sem nota, fato que é possível dado à escassez de pessoal para atuar nos postos de fiscalização. Esse controle pode não estar revelando a verdade. Em Itacoatiara está situado o escritório do Sr. Hernesto Antonio Sarubi, filho de Urucurituba e descendente de italianos. É o maior comprador de cacau da região, todavia não é o único. Aos 60 anos de idade, um homem trabalhador que iniciou suas atividades ainda na adolescência, trabalhando para o grupo I.B Sabbá que atua há anos no mercado de Juta, castanha entre outros produtos. Hoje o Sr. Hernesto vive mais da compra do cacau e atua na forma de "aviamento" (Santos, 1980), ou seja, sempre adianta um dinheiro para garantir o produto. Destaca-se que no dia da entrevista, esse fato ocorreu, por isso explicou como procedia.

Não se pode afirmar que a forma de atuação do Sr. Hernesto seja prejudicial ou não ao pequeno produtor de cacau local. Mas, o entendimento unânime é que essa prática se constitui em uma das maneiras, pelas quais esses produtores menos favorecidos ainda têm interesse em trabalhar com o cacau. Mesmo que o preço varie, a venda é certa. No ano de 2006, esse comprador, vendeu 244t de cacau. Ressaltou que a safra de cacau de 2005 foi maior, inclusive ainda ficaram 80t que foram vendidas em 2006.

Quanto ao armazenamento, geralmente se consegue conservar o cacau por um período, em torno de seis meses, ou seja, de uma safra para outra, apenas conserva-se no armazém e de tempos em tempos se dá uma virada no produto para ventilar.

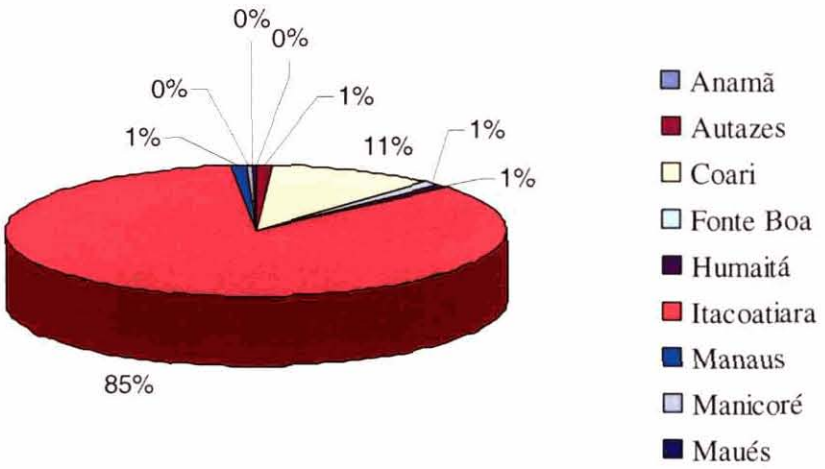



Figura 12 – Produção de cacau vendida por município em 2001.
Fonte: SEFAZ/CEPLAC/2002 Org.: Estefania S. Silva.

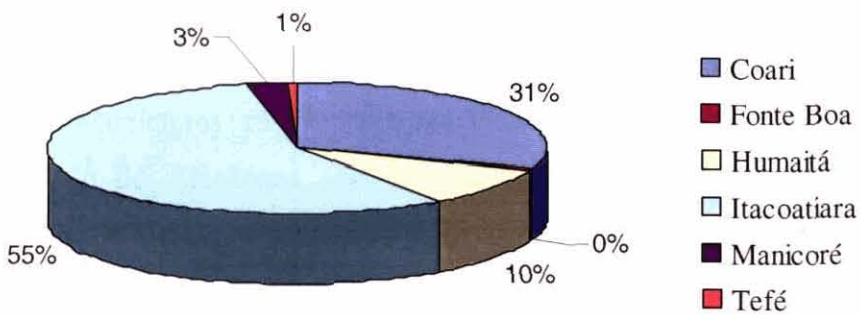



Figura 13 – Produção de cacau vendida por município em 2002.
Fonte SEFAZ/CEPLAC/2003 Org.: Estefania S. Silva.

Do armazém do Sr. Hernesto ou de outros compradores situados em Itacoatiara, o produto sai de caminhão para Manaus. Cada container comporta 27t a um custo de R$12.000,00 com imposto de 12%. Em Manaus o caminhão embarca na balsa até Belém – Pará. Depois segue via terrestre até São Paulo ou Ilhéus na Bahia (Figura 16).

Porém, a maior parte desses produtos sai por via fluvial. Na época da safra os compradores vêm de Belém, se estabelecem no local e descem o rio de barco. Outros compram nas propriedades e vendem para comparadores da cidade de Manaus. Esse é o caso do Sr. Enoc, que há muitos anos atua nesse mercado no centro de Manaus. Ele apenas espera que os compradores desçam o rio Solimões com vários produtos como castanha e cacau para comprar e revender depois.

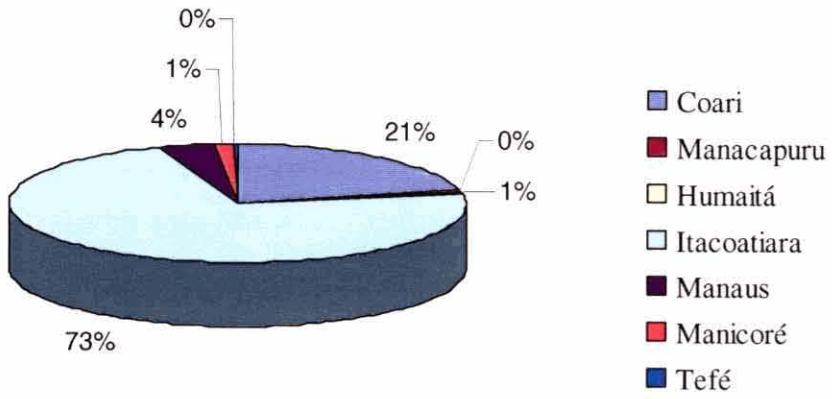



Figura 14 – Produção de cacau vendida por município em 2003.
Fonte: SEFAZ/CEPLAC/2004. Org.: Estefania S. Silva.

A SEFAZ poderia ser um agente muito importante para o controle dessa produção e como arrecadadora de imposto para o Estado. Entretanto, de acordo com informações da GARD - Gerência de Arrecadação das Unidades Descentralizadas/SEFAZ, o panorama das unidades nos Municípios só decresceu nas últimas décadas. Essa autarquia, que antes cobria todo o Estado do Amazonas com a sede em Manaus e uma unidade por Município, perfazendo um total de 61 unidades, hoje apresenta o seguinte quadro: (Figura 15).

| POSTOS | Nº. SERVIDOR | AGÊNCIA | Nº. SERVIDOR |
|---|---|---|---|
| APUI | 1 | COARI | 1 CHEFE |
| AUTAZES | 1 | EIRUNEPÉ | 1 CHEFE |
| BARCELOS | 1 | HUMAITÁ | 1 CHEFE |
| BENJAMIM CONSTANT | . 1 | ITACOATIARA | 1 CHEFE |
| CARAUARI | 1 | MAMANACAPURU | 1 CHEFE |
| LABRE | 1 | MANICORÉ | 1 CHEFE |
| BORBA | 1 | MAUÉS | 1 CHEFE |
| URUCARÁ | 1 | PARINTINS | 1 CHEFE |
| NHAMUNDÁ | 1 | P. FIGUEIREDO | 1 CHEFE |
| NOVO ARIPUANÃ | 1 | TABATINGA | 1 CHEFE |

Figura 15 – Postos e agências da SEFAZ no Estado do Amazonas.
Fonte: SEFAZ/2007.

A diferença entre posto e agência reside no fato de uma ter chefia e outra não, mas percebemos que no caso dos postos, a fiscalização se torna inviável e depende da consciência de cada um. O Servidor não pode trabalhar 24 horas, ele precisa descansar e, nos lugares de fronteiras, a prática de passar à noite, enquanto não há fiscal, é uma constante.

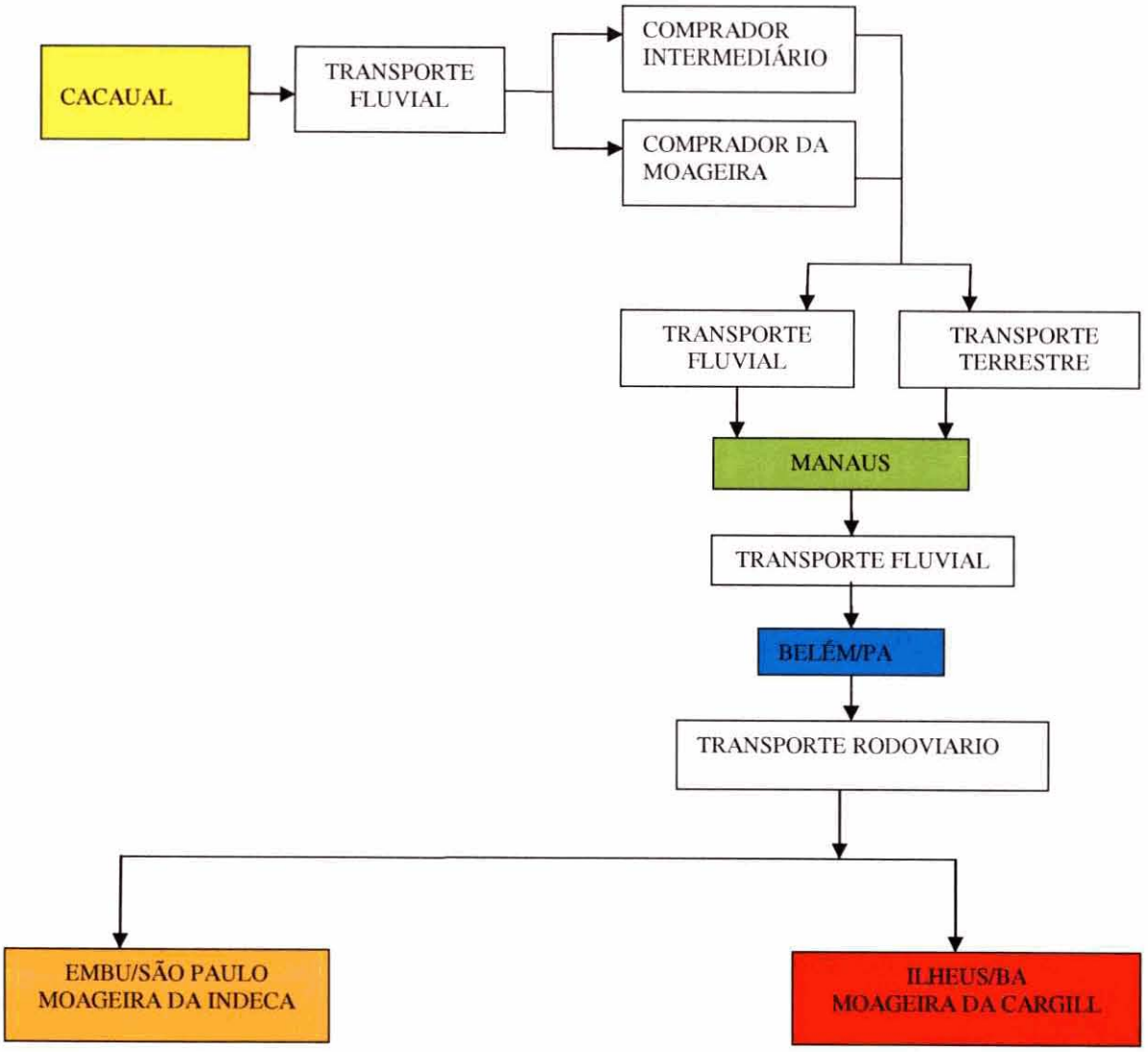



Figura 16 - Rota e meios de transportes do cacau dos municípios de Coari e Urucurituba no Estado do Amazonas.

Fonte: Pesquisa de campo. Organização: Estefania S. Silva.

### 4.2.1 Produção do Cacau em Coari

Hoje o segundo Município arrecadador de imposto do Estado do Amazonas é Coari. Visto que a maior parte de sua receita é proveniente da atividade de extração do gás natural. Além disso, essa nova atividade movimenta a cidade, trazendo pessoas de várias procedências com interesse de melhorar de vida. De acordo com alguns moradores da cidade, Coari é a cidade do *"já teve"*: já teve muitas coisas. Mas parece não dar certo. O gás até o momento tem trazido resultados bem palpáveis. Esses resultados podem ser sentidos no movimento de ir e vir de pessoas no comércio local. A feira com produtos diversificados é sempre muito movimentada. O IDAM-Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas parece ser o mais bem equipado do interior. Foi inaugurado em fevereiro de1983 com fonte de recurso da Embrater, BIRD, SUFRAMA e G.E.A.

As entrevistas que fazem parte da pesquisa de campo, foram realizadas no paraná do Boto, ilha da Botija, ilha do Ariá, Camará e paraná da Nazária.

A maior parte do cacau produzido, de acordo com alguns compradores está no município de Codajás e Fonte Boa. A Secretaria de Produção do Município de Coari é atuante e consegue juntamente com o IDAM desenvolver um trabalho com melhores resultados (controle) que em muitos Municípios do Amazonas. Entretanto, com relação à produção de cacau, deixa a desejar, sendo que essa cultura está aos cuidados da CEPLAC e a tentativa de convênio com município ainda está em fase inicial. A primeira tentativa não apresentou os resultados desejados. O Banco da Amazônia está pronto para atender aos produtores, mas precisa dos projetos que ainda não se concretizaram. Nem a CEPLAC e tampouco a Secretaria de Produção do Município sabem estimar a área plantada do município e quantidade produzida anualmente. A informação que se tem é que o cacau tem presença marcante no município, porém de forma pulverizada e não tão concentrado como em Urucurituba.

### 4.2.2 Cadeia Produtiva e Sistema de Produção

Em Coari os compradores são certos. No início da safra (fabrico) vem de Belém um grande comprador, conhecido como João Batista que tem seu flutuante, especificamente para esse fim. Também existem alguns comerciantes no local que adiantam dinheiro para que os produtores colham o cacau, é o caso do Sr. Manoel Muriz (Faba) e Sr. Biá. O último informou que toma um barco e sai pelas comunidades perguntando quem tem cacau para vender. Desta

forma, o cacau sai dos cacauais e segue para a indústria. No final da safra somente alguns produtores continuam retirando cacau, pois, segundo eles, não vale a pena perder tempo com poucos frutos. Nessa fase, o grande comprador se retira da cidade e vai em busca de outros produtos. O comerciante local é quem ainda toma o seu barco e vai andar pelas ilhas em busca do final da safra.

Quanto ao sistema de produção, apresenta um despreparo técnico superior ao cacau produzido em Urucurituba. Não se aproveita nada além das sementes, o cacau é, muitas vezes, vendido com toda poupa para os compradores. Desse modo, os produtores perdem 45% do peso, o que eles denominam de "tara". Os maiores produtores secam o cacau usando métodos, próprios, como melhor possa parecer. Alguns entrevistados informaram que colocam as sementes com a poupa dentro de sacos de polietileno para escorrer, depois secam sobre tábuas ou folhas de bananeira. Destacamos aqui que de acordo com a CEPLAC, o processo de fermentação é muito importante para dar qualidade às amêndoas, bem como a secagem. (Figura 17).

Figura 17 – Secagem de amêndoas de cacau em flutuante de comprador em Coari/Am.
Fonte: Pesquisa de campo/2006.

Apenas 10% do cacau que são representados pelas amêndoas secas são aproveitados, os outros 90% que poderiam ser utilizados através de geléias, destilados finos, fermentados como vinagre e xaropes usados para confeito, néctares, sorvetes e sucos industrializados (que possui sabor, considerado exótico e muito agradável ao paladar, parecido com os das frutas tropicais). Rico em açúcares como glicose, frutose, sacarose e também em pectina. Apresenta proteínas e vitaminas, equivalentes aos sucos de acerola, goiaba e umbu), doces e iogurtes. Além desses usos, pesquisas desenvolvidas pelo MA/CEPLAC começam a gerar tecnologias capazes de promover o aproveitamento integral dos subprodutos e resíduos da pós-colheita. A intenção dessas pesquisas é diminuir a dependência do produtor nacional das oscilações do mercado mundial do cacau.

A casca do cacau também pode ser aproveitada para fins diversos, sendo que de cada tonelada de cacau seco, são produzidas oito toneladas de casca. Da mesma unidade de pesquisa, resultados apontam que a casca do cacau serve para alimento bovino, tanto *in natura* ou em forma de farinha feita da casca seca ou de silagem, também pode alimentar suínos, aves e até peixes. Da casca, ainda se pode produzir biogás e biofertilizantes, no processo de compostagem ou vermicompostagem, na obtenção de proteína microbiana ou unicelular, na produção de álcool e na extração de pectina. A seguir Figura com os subprodutos de um hectare de cacau. (Figura 18).

| **Subprodutos** | **Rendimentos** |
|---|---|
| Cacau seco | 750kg |
| Semente fresca | 1.875kg |
| Mel de cacau | 200 litros |
| Geléia | 150kg |
| Vinagre | 180 litros |
| Destilado | 25 litros |
| Polpa | 300 a 400 litros |
| Suco congelado | 300 a 400 litros |
| Néctar | 600 a 800 litros |
| Geleiado | 200 a 300 litros |

Figura 18 - Subprodutos de cacau com referência a uma produtividade anual de 750kg do produto seco por hectare.
Fonte: CEPLAC/2007.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Glucídios | 56 g | Elementos minerais | | Vitaminas | |
| Lipídeos | 34 g | | | | |
| Protídeos | 6 g | Potássio | 418 mg | Vitamina B1 | 0,10 mg |
| Celulose | 0,5 g | Magnésio | 58 g | Vitamina B2 | 0,38 mg |
| Água | 1,1 g | Cálcio | 216 mg | Vitamina PP | 0,80 mg |
| Calorias | 550 | Ferro | 4mg | | |

Figura 19 - Propriedade de um tablete de 100gr de chocolate ao leite
Fonte: CEPLAC/2007

Nas entrevistas às pessoas que habitam os flutuantes (Figuras 20,22 e 23) que compram vários produtos agrícolas, a seguinte informação foi passada: em Coari existem duas atividades que sustentam o movimento nos flutuantes: o cacau e o peixe. Principalmente o peixe liso exportado para a fronteira, salgado em postas. Ficando aqui uma pesquisa que pode despertar interesse (Figura 21).

Figura 20 – Complexo de flutuantes que compram e vendem cacau em Coari/Am.
Fonte: Pesquisa de campo setembro/2006.

Figura 21 – Peixe salgado secando ao sol em flutuante – Coari/Am.
Fonte: Pesquisa de campo setembro/2006.

Figura 22 – Flutuante Pantoja, um dos compradores de cacau – Coari/Am.
Fonte: Pesquisa de campo setembro/2006.

Figura 23 – Flutuante onde se compra e vende cacau - Coari/Am.
Fonte: Pesquisa de campo setembro/2006.

### 4.2.3 O Custo do Cacau

O transporte acaba encarecendo o produto. Só valendo a pena ser transportado quando se trata de uma quantidade razoável. Geralmente se cobra R$ 2,50 para transportar um saco de 50kg do Município de Codajás até o flutuante em Coari, de onde será providenciada a emissão de nota na SEFAZ – Secretaria da Fazenda para embarque até Belém. Nas conversas com produtores de cacau, foi identificado que a vassoura-de-bruxa não é um problema grave nos cacauais, pois eles possuem técnicas próprias para espantar insetos como, por exemplo, fazer fumaça. Não adubam os cacauais e também não fazem podas. A vassoura-de-bruxa foi identificada em vários pés de cupuaçu. De acordo com os entrevistados, a vassoura é identificada raramente no cacau, quando isso ocorre a tiram-na e jogam fora.

O preço médio de venda em 2006 foi de R$ 2,60/kg, sendo o maior valor de R$ 2,90/kg e o menor R$ 2,00/kg. O cálculo do custo do cacau se torna difícil, já que cada produtor apresenta variáveis de acordo com cada sistema de plantação e mão-de-obra disponíveis, bem como, às vezes, transporte próprio e mais próximo do local de venda. Uma média é o mais usual, entretanto, não retrata a realidade vivida para cada produtor, pois as diferenças são díspares. Enquanto um produtor produz 300 kg, outro produz até 10 t. Alguns

não pagam transporte, porque o comprador vai até o local. Outros não compram sacos. Alguns conseguem vender por um preço melhor e outros não. Um saco custa em torno de R$ 1,00, mas, na maioria dos casos, é fornecido pelo comprador. Para calcular o custo de um produtor de cacau, tomaremos um caso particular e analisaremos os resultados.

A metodologia para o cálculo do custo se apresenta da seguinte maneira: A Renda Bruta (RB) compreende a receita proveniente da comercialização da produção ao preço recebido pelo produtor. O lucro do Produtor (LP) corresponde à diferença entre a Renda Bruta e o Custo de Produção (CP).

O um produtor (Raimundo do Nascimento Libório), ilha da Botija, sítio Vila Floresta, produziu 6 toneladas e vendeu a R$ 2,40/kg, perfazendo R$ 11.960,00. Uma diária paga a um trabalhador apresenta valor de R$ 15,00, tanto em Coari, quanto em Urucurituba. O dia/ homem aqui vai considerar o coeficiente citado por Ferreira et al. apud Reis (2005), que considera nos casos de áreas sem adição de práticas modernas, com produção média de 660 kg/ha, um total de 55,13 dias-homem, ou um dia/homem para cada 10,95kg produzidos. 6.000 kg divididos por 10,95 = 548 diárias x R$ 15,00 = R$ 8.220,00. Cada saco comporta de 50 kg, então para 6.000kg são necessários 120 sacos. O custo para transportar cada saco é de R$ 2,00 x R$ 120,00 = R$ 240,00.

Então, RB= R$ 11.960,00

CP= R$ 8.220,00 + R$ 120,00 + R$ 240,00 = R$ 8.580,00

LP= R$ 11.960,00 – R$ 8.580,00 = R$ 3.380,00

Divide-se o lucro do produtor por 12, teremos um valor mensal de R$ 281,66, provenientes da produção do cacau.

*Neste caso, se trabalhou apenas com o lucro do produtor. Observa-se que o cacau,* ainda que produza um lucro de R$ 3.380,00, gera emprego e renda, sendo que 80% do valor do custo do cacau estão em mão-de-obra e transporte. Apenas R$ 240,00 foram gastos com material, neste caso, embalagem (sacos). Essa é uma situação típica da produção em Coari. O trabalho é difícil e quase não se vê mudanças concretas, as casas dos produtores são de madeira, e sem conforto.

### 4.2.4 O Produtor de Cacau

A média de idade dos donos de áreas de cacauais entrevistados é de 70 anos (Figuras 24 e 26), e a maioria tem casa na cidade, já estando aposentados e os filhos morando na

cidade. Os descendentes, por sua vez, não têm interesse em continuar com a atividade, porque não têm estímulo para isso. Em alguns cacauais os proprietários residem na cidade e outras pessoas trabalham como meeiros, tomando conta do sítio. A mão-de-obra disponível está naquelas famílias mais jovens. Nas famílias em que o patriarca já está idoso, contratam-se diaristas.

Nos trabalhos de campo e a partir de dados coletados identificou-se que os produtores que os produtores de cacau sempre aparecem em melhor situação financeira que os que trabalham com outras culturas.

A renda fixa da família vem da aposentadoria. Essa situação fica evidenciada no fato de que 70% das famílias entrevistadas têm um aposentado em casa. Portanto, uma renda média de R$ 400,00 mensais é praticamente dos aposentados. Além disso, a Prefeitura Municipal tem um programa de apoio ao produtor rural no valor R$ 100,00 mensais. Esse programa beneficia 5.000 famílias. Há, entretanto, muitas críticas a essa ação do Município, pois isso é visto como desestímulo à produção agrícola.

Figura 24 – O Casal de produtores posa para a foto. Coari/Am.
Pesquisa de campo setembro/2006

| Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, 1991 e 2000 | | |
|---|---|---|
| | 1991 | 2000 |
| Renda per capita Média (R$ de 2000) | 75,1 | 81,2 |
| Proporção de Pobres (%) | 74,9 | 71,5 |
| Índice de Gini | 0,54 | 0,58 |

Figura 25 - Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, 1991 e 2000 – Coari/Am.
Fonte: SEPLAN/2007

Figura 26 – A produtora (Sra. Fritz) demonstra como utiliza a vara com foice (podão).
Fonte: Pesquisa de campo setembro/2006

Na área rural é notória a presença de antenas parabólicas, são os hábitos urbanos que também chegam a esse meio ou a tecnologia que chega via satélite (Figura 27). Jovens são capazes de atravessar rios de canoa à noite para chegar a uma comunidade onde haja um

televisor. A presença de costumes diferentes no meio rural parece estimular esses jovens à vida da cidade. Foi identificado casos de pessoas que se mudaram para a cidade, influenciadas por esses motivos, mas tiveram que retornar. Muitos pais não querem criar seus filhos na cidade porque acreditam que há uma violência maior e riscos de envolvimento com droga, prostituição e a falta de emprego. Um outro fator é que na cidade tudo é comprado, se não se tem dinheiro, não se come. Vários pais demonstraram o interesse de poder oferecer uma vida melhor no local, se houvesse como mantê-los por lá.

Acredita-se que o produtor está acostumado a trabalhar muito e ganhar pouco, se o governo dá uma bolsa no valor de R$ 100,00 todos os meses, então não precisa trabalhar tanto, se o ganho é pouco.

O grau educacional dos proprietários é baixo, mas seus filhos em alguns casos são professores na cidade e alguns freqüentam a Universidade.

Figura 27 – Casa de produtor de cacau em Coari.
Fonte: Pesquisa de campo setembro/2006

As ferramentas mais utilizadas no cultivo do cacau são: o terçado, a enxada, a foice com vara para apanhar o cacau mais alto, e terçados curtos. Nas entrevistas não foi citado o "laço" a que algumas bibliografias se referem como uma prática muito utilizada, considerado malévolo ao caule da planta. Os produtores não têm contato com a CEPLAC e suas

tecnologias empregadas na produção de cacau. O cacau é geralmente quebrado dentro do próprio cacaual.

Apesar de todas as dificuldades, os velhos patriarcas gostam de trabalhar com o cacau. Um deles me disse: "venha moça, eu quero lhe mostrar o trabalho de um homem". Essa frase expressou o orgulho que esse produtor sente de seus muitos pés de cacau. Parece que esse sentimento produz uma energia capaz de fazer um homem aos 83 anos (Figura 28), ainda encontrar forças para trabalhar.

Em outra entrevista, a filha do produtor contava que o amor que o pai tinha por seu cacaual era tão grande que o separava da família, inclusive da esposa que a essa altura morava na cidade. "Aquele cacaual é a vida dele, ele quer morrer lá, não quer vender", dizia ela.

Figura 28 – Produtor de cacau de 83 anos de idade – ilha da Botija (Coari/Am).
Fonte: Pesquisa de campo setembro/2006.

| | 1991 | 2000 |
|---|---|---|
| População Total | 38.678 | 67.096 |
| Urbana | 21.081 | 39.504 |
| Rural | 17.597 | 27.592 |
| Taxa de Urbanização | 54,50% | 58,88% |

Figura 29 - População por situação de domicílio, 1991 e 2000. Coari/Am.
Fonte: SEPLAN/2007

| | 1991 | 2000 |
|---|---|---|
| Taxa de analfabetismo | 51,4 | 39,0 |
| % com menos de 4 anos de estudo | 75,0 | 61,7 |
| % com menos de 8 anos de estudo | 89,8 | 84,3 |
| Média de anos de estudo | 2,2 | 3,2 |

Figura 30 - Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000. Coari/Am.
Fonte: SEPLAN/2007

### 4.2.5 A Produção de Cacau em Urucurituba

O cacau de Urucurituba apresenta alguma diferença na produção, com relação à produção em Coari, devido à presença da CEPLAC que tem prestado orientações, dentro de suas possibilidades e vem desenvolvendo um trabalho com a *ONG – Amigos da Terra,* com a finalidade de que os produtores daquele Município obtenham o selo orgânico. Esse selo dará certa segurança, ao produtor de preço de mercado. A CEPLAC vem tentando junto ao MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário conseguir um equipamento móvel, que auxiliará no beneficiamento do cacau, o projeto ainda está na fase de aprovação. Apesar dos esforços empreendidos até o momento, os resultados ainda não são sentidos. Há muitas reclamações em razão de que os produtores não são consultados quanto ao que realmente precisam.

Há preocupação em relação à safra de 2006, para alguns produtores em Urucurituba, sendo que a mesma foi prejudicada pela rápida subida do rio. Portanto, muitos produtores tiveram prejuízo já que haviam investido em limpeza dos sistemas agroflorestais e acabaram não tendo tempo para colher. Nas Figuras 31 e 32 podem ser observadas as dificuldades

enfrentadas pelos produtores nesse período. De acordo com informações prestadas pela CPRM – Serviços Geológicos do Brasil no ano de 2006, a cheia do rio Negro foi superior a de 2005, a 15ª maior cota do século XX e XXI com 28,84 m, medida coletada no porto de Manaus.

Figura 31 - Produtor colhendo cacau no cacaual inundado em Urucurituba/Am.
Fonte: Pesquisa de campo maio/2006.

Figura 32 - Cacauais antigos inundados pela enchente de 2006. Urucurituba/Am.
Fonte: Pesquisa de campo maio/2006.

Para aqueles produtores que fizeram empréstimo bancário e que esperavam quitar sua parcela anual de empréstimo, essa cheia causou tristeza. Os cacauais de primeira safra foram tomados pelas águas antes de colher todo o produto, por causa da altura da planta. Já nos cacauais mais antigos, apesar de ficarem inundados, foi possível fazer toda a colheita.

Visto que em 2006 a cheia causou prejuízo, espera-se, com a renovação dos solos, que a safra de 2007 seja superior. Essa é uma informação que se obteve nas entrevistas: sempre depois de uma cheia maior, a produção do próximo ano é superior a do ano passado. Portanto, esses fenômenos naturais não podem ser vistos como desestímulos, se considerarmos outros fenômenos como os tornados que devastam as plantações nos Estados Unidos e chuvas de granizo em outros lugares.

Com a subida das águas, as formigas tracoá fazem bolos nos cacaueiros. Esse tipo de formiga é bastante incômoda no momento da colheita, pois sua picada é dolorosa, e alguns produtores utilizam veneno líquido com a intenção de eliminá-las. (Figuras 33 e 34).

Figura 33 – Concentração de formigas no cacaueiro – Urucurituba/Am.
Fonte: Pesquisa de campo maio/2006.

Figura 34 – Presença de formigas nos cacauais em Urucurituba/Am.
Fonte: Pesquisa de campo em maio/2006.

Um dos maiores problemas na produção do cacau na Amazônia é a alta umidade do ar da região. A coleta começa exatamente no período chuvoso e continua por todo o período. Isso dificulta a secagem das amêndoas. Um outro problema é a incerteza da venda por um bom preço.

### 4.2.6 Sistema Produtivo

Apesar de aproximadamente quatro séculos de produção de cacau na Amazônia, as técnicas que envolvem o processo produtivo e da comercialização continuam bem parecidos com as do início dos tempos. (Figuras 35, 36 e 37). São poucos os produtores que aproveitam a polpa do cacau, e uma minoria possui tendal para secar as amêndoas. No processo produtivo a maior parte da mão de obra utilizada é familiar, toda a família ajuda dos maiores aos menores. Também existe a ajuda dos vizinhos e amigos (Figura 38).

Na Figura 39 pode ser observada a utilização do tendal para secagem das sementes, prática considerada um desejo de muitos produtores em Urucurituba que ainda não possuem essa tecnologia.

Figura 35 – Processo inicial para retirar o suco do cacau no tipiti em Urucurituba/Am.
Fonte: Pesquisa de campo maio/2006.

Figura 36 – Segunda fase de extração do suco do cacau no tipiti em Urucurituba/Am.
Fonte: Pesquisa de campo maio/2006.

Figura 37 – Cacau no coxo fermentando em Urucurituba/Am.
Fonte: pesquisa de campo maio/2006.

Figura 38 – No processo de quebra do cacau os amigos visitantes da cidade também ajudam. Urucurituba/Am.
Fonte: Pesquisa de campo maio/2006.

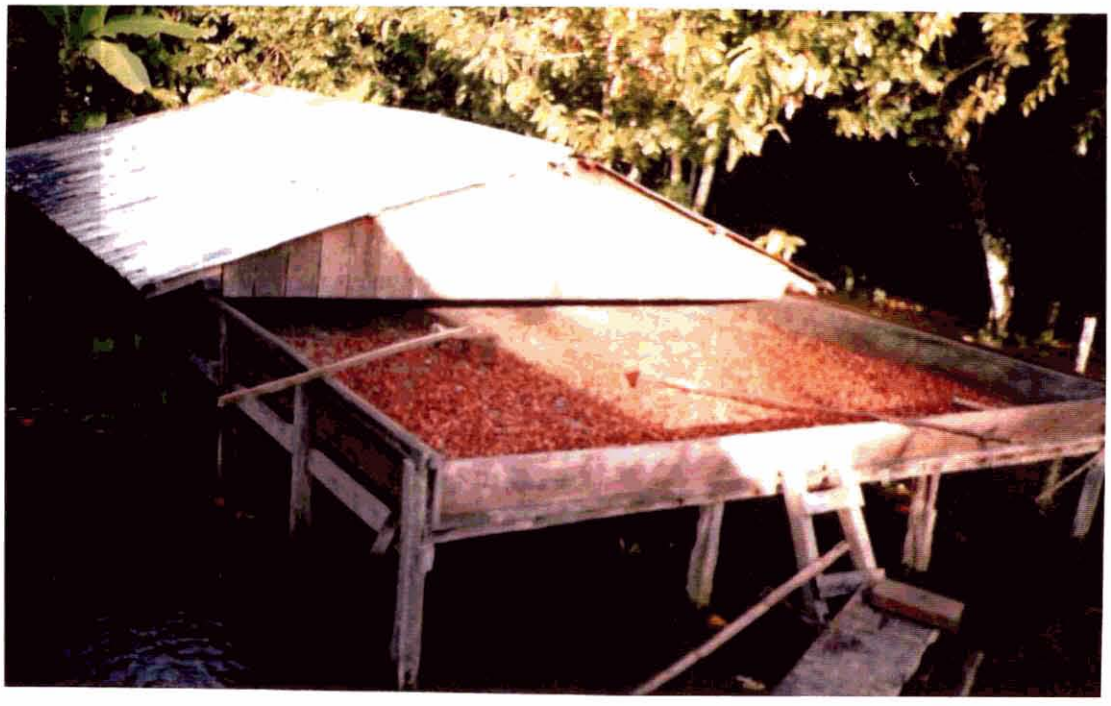


Figura 39 – Sementes secando no tendal. Urucurituba/Am.
Pesquisa de campo maio/2006.

Figura 40 – Resíduos de cacau (casca) sem utilização. Urucurituba/Am.
Fonte: Pesquisa de campo maio/2006.

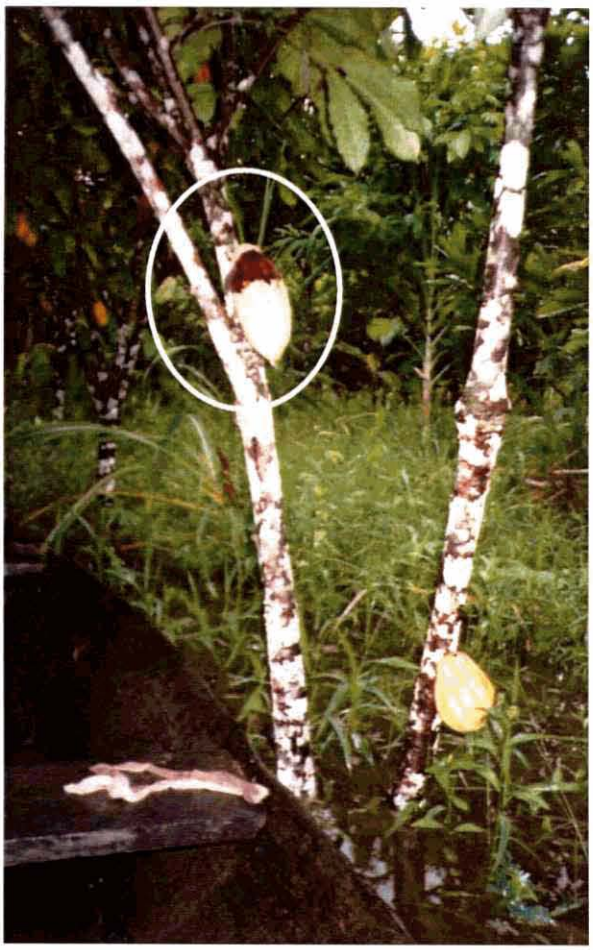


Figura 41 – Presença da "Podridão Parda" em fruta de cacau em Urucurituba/Am.
Fonte: Pesquisa de campo maio/2006.

### 4.2.7 Assistência Técnica e Organização Social

A CEPLAC tem escritório em Itacoatiara aproximadamente há 30 anos. É deste escritório que essa Comissão presta assistência aos cacauicultores, através de Termos de Cooperação Técnica com as prefeituras de Itacoatiara e Urucurituba. Os esforços engendrados pela CEPLAC na última década resultaram na aprovação de aproximadamente 93 projetos para o desenvolvimento da cultura do cacau em Urucurituba. Dos 36 projetos apresentados em 2000, via Associação da Comunidade de São José em Urucurituba, foram aprovados 30. A instituição financeira é o Banco da Amazônia S/A. O juro gira em torno de 4% ao ano. A venda das amêndoas secas ficou em torno de R$ 2,00/kg a 2,20/kg em 2006. Atualmente em Urucurituba, existem três associações de cacauicultores (Figura 42), como pode ser observado a seguir.

| Região | Associação | Fundação | Associados | 1a Fase |
|---|---|---|---|---|
| Baixo Urucurituba | Produtores Rurais do Baixo Urucurituba – APRUBU | 1980 | 45 | 40 |
| Augusto Montenegro | Associação dos Produtores Rurais da Comunidade São José – APRCSJ | 1995 | 33 | 13 |
| Urucurituba Novo | Associação dos Cacualistas do Município de Urucurituba – ACAMU | 2000 | 90 | 9 |

Figura 42 – Associações de cacauicultores em Urucurituba/Am.
Fonte: Balcão de serviços para negócios sustentáveis – Amigos da Terra Amazônia Brasileira - novembro/2005

Esse dado é importante, pois caracteriza certa noção de organização social. A partir dessa informação, podemos observar que a presença da CEPLAC há aproximadamente 30 anos em Itacoatiara, tem estimulado esses produtores a permanecerem com o cultivo do cacau.

A entrada da ONG *Amigos da Terra,* em 2005 em Urucurituba, gerou expectativas nos produtores de cacau. Para deixarmos claro, aqui, Amigos da Terra trata-se de uma rede de entidades ambientais sem fins lucrativos, reconhecida pelas Nações Unidas desde 1971, com atuação em 68 países. No Brasil, é reconhecida pelo Ministério da Justiça e existe desde 1989, com sede em São Paulo e colaboradores nos Estados amazônicos. O estudo realizado por essa

entidade tinha a finalidade de possibilitar a certificação orgânica do cacau, permitindo que o cacau produzido na região obtivesse um preço melhor de mercado, entre outras garantias. Os *Amigos da Terra* vem apoiando outros projetos na região como o de apicultores.

Entretanto, para a certificação do cacau orgânico são necessários os seguintes passos:

- **Caracterização de cada área produtiva:** croqui, sistemas de uso, sistemas de produção agropecuária, inventário agroecológico e avaliação fitossanitária do SAF e socioeconomia.
- **Capacitação em Gestão do Cacau Orgânico:** conceitos e normas da produção orgânica, qualidade e controle da produção, certificação orgânica, exigências legais e diretrizes da certificadora.
- **Construção do Plano de Manejo Agroecológico:** segundo as normas legais, o conhecimento tradicional e as recomendações da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC.
- **Implantação de um Sistema de Monitoria e Avaliação:** desenvolvido com o corpo diretivo das associações, com apoio da Secretaria Municipal de Produção, Sindicato Rural e AdT para o acompanhamento participativo do processo de certificação orgânica.
- **Cadastro de Produtor Rural:** para aquisição da Carteira Simplificada de Produtor - Programa Zona Franca Verde/SEFAZ (talonário de Notas Fiscais, aposentadoria, isenções tributárias, etc.).

Todavia, esses passos demandam recursos e tempo, a expectativa é grande e inúmeros obstáculos surgem paulatinamente, além dos já apresentados em levantamento realizados pelos Amigos da Terra como segue:

**Aspectos Operacionais**

Dificuldade de acesso às propriedades;

Limitação de serviços de comunicação;

Tempo e custo elevados para a caracterização das propriedades;

Limitação do trabalho durante o período de chuvas (cheia);

**Aspectos Organizacionais**

Situação irregular das associações e associados;

Pouca participação e mobilização de alguns membros da Diretoria e associados;

Pouco diálogo entre os membros das diretorias, entre as associações e seus associados e entre as associações, propriamente ditas;

Baixa credibilidade dos associados nos benefícios da certificação;

Falta de controle da comercialização de seus produtos;

Falta de transporte, de estrutura de armazenamento e de capacitação das associações para intermediar a venda dos produtos de seus associados.

Os problemas operacionais e organizacionais não são características somente de Urucurituba – Amazonas, mas de todos os Municípios do Estado do Amazonas. Não foi diferente desde que a CEPLAC começou seus trabalhos (Almeida, 1992), não foi diferente com o trabalho dos *Amigos da Terra*. Os mesmos problemas foram evidenciados na aplicação do questionário e das entrevistas direcionadas para este estudo. Em Urucurituba existe o Sindicato dos Produtores Rurais, mas não há nenhuma informação sobre o que cada produtor associado produz.

A Secretaria de Produção do Município, através de seu secretário, informa que no momento é impossível precisar a quantidade produzida por produto no Município, pois não há controle. Devido à falta de recursos, a arrecadação municipal é baixa e o repasse estadual está condicionado ao número de habitantes do Município, sendo que em Urucurituba, há um problema de contagem da população que se tenta acertar no próximo censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segundo o secretário em exercício, a contagem do IBGE, (Figura 43), resulta de um erro em que a população contada é menor que a população real. E um outro agravante é que a receita municipal deve atender às demandas prioritárias como folha de pagamento de servidores, educação e saúde, depois então, os outros temas, mas como a receita é insuficiente, a verba destinada para a agricultura não atende ao mínimo necessário.

Após a entrada dos *Amigos da Terra,* alguns produtores se beneficiaram participando de eventos em nível nacional, e o cacau de Urucurituba ganhou alguma expressão nessas feiras, gerando expectativas futuras, ao mesmo tempo despertando ciúmes entre os produtores que participaram, e os que não participaram.

| População por Situação de Domicílio, Ano 1991 e 2000. | | |
|---|---|---|
| | 1991 | 2000 |
| População Total | 17.673 | 12.264 |
| Urbana | 5.971 | 6.759 |
| Rural | 11.702 | 5.505 |
| Taxa de Urbanização | 33,79% | 55,11% |

Figura 43 - População por situação de domicílio, 1991 e 2000. Urucurituba/Am.
Fonte: SEPLAN/2007.

Essa diferença aponta para uma taxa média de crescimento anual de -4,13%. A taxa de analfabetismo caiu para 19% em 2000.

### 4.2.8 Produtor de Cacau em Urucurituba

O produtor de cacau em Urucurituba não foge à regra do pequeno produtor da Amazônia brasileira. Pratica múltiplas atividades, mas é a produção de cacau que é mais perceptível, em termos espaciais, que em Coari. Essa diferença pode ser explicada a partir da seguinte premissa: O território do Município de Urucurituba é contínuo e mais de 80% sujeito à inundação, ou seja, é área de várzea. Também é 18 vezes menor que Coari. Em Coari as plantações de cacau são pulverizadas, distribuídas pelas ilhas ou pelas margens do rio Solimões, em Urucurituba são concentradas. Em Urucurituba quem cultiva cacau, também planta roça e outras variedades de fruteiras, pesca para se alimentar, cria animais de porte pequeno e também gado. Mesmo tendo algum conhecimento da economia mundial, ou seja, do sistema econômico vigente, esse produtor ainda não tem o hábito de anotar seus custos. Geralmente ele sabe o quanto produziu e vendeu de cacau. Ainda que a preço baixo se vende toda a safra, o cacau é um produto que não se perde. Esse produtor também não sabe quantos pés de cacau possui, às vezes, ele diz um número aproximado e planta por plantar. Trabalha porque gosta de trabalhar e quer um preço melhor, mas não pensa em contar suas plantações, o quanto gastou e se vale a pena fazer o que faz. Ele simplesmente vive.

O "tipo ideal" de agricultor tradicional idealizado por Schultz apud Pinazza & Alimandro (1999 p. 38) não foi identificado em Urucurituba e nem em Coari. O pequeno produtor, ali identificado, não lê jornal, não acessa a rede mundial de computadores e, por isso, desconhece o que ocorre com o mercado do cacau.

Nas conversas com os produtores, quase todos os dados coincidem em relação ao preço de cacau de determinado ano ou período. Mas eles simplesmente não sabem por que tem ano em que o preço varia comparado ao ano anterior. Se eles tivessem as informações necessárias, saberiam que um aumento na produção mundial faz os preços caírem, uma guerra em uma região produtora de cacau também produz seus efeitos nocivos, mas que produz beneficio para outra região produtora.

Talvez um fator que propicie esse comportamento esteja associado ao baixo nível educacional, mas, provavelmente, é o social cultural quem influencia mais, não que esse produtor seja indolente ou menos inteligente que os europeus, como disse Bates (1979). A

nosso ver, esse produtor ainda não tem a cultura do pensar no lucro, senão ele não daria uma cesta de laranjas ao ilustre visitante, ele a venderia. Porém, esse produtor ainda tem prazer em ofertar ao visitante um peixe de primeira como o tambaqui assado ou umas sardinhas assadas no fogão de lenha, pelo simples prazer de ofertar, mesmo que a água esteja a 50cm de altura debaixo do fogão de lenha.

A realidade encontrada nos locais de produção de cacau confere mais com os comentários de Wagley (1988), quando conclui que há uma dificuldade desses produtores de orientarem "seus esforços na direção de seus próprios interesses".

No final de 2006, teve início um trabalho que vem sendo desenvolvido com os produtores de Cacau e pela ONG CARE BRASIL. Essa Organização está presente em 72 países e tem como objetivo principal o combate à pobreza. Atua há pelo menos 60 anos, tem sua sede localizada na Suíça e seus recursos são oriundos de doações, dentre as quais é financiada pela Cargill. Seus trabalhos em Urucutituba estão no início, mas já conta com um escritório em Itacoatiara e, no início de 2007, já ministrou o curso de Aproveitamento das frutas da Várzea, nas comunidades de Urucurituba e em Itacoatiara. Nesse curso, os produtores tiveram aulas de noções de higiene, práticas de manipulação e aprenderam a fazer geléias, compostas, doce, bombons, chocolate em pó e em barra, entre outros aproveitamentos do cacau como, por exemplo, a bebida cacauri.

Tabela 6
Área plantada de cacau em 2005
Variável = área plantada (hectare)
Lavoura permanente = Cacau
Ano = 2005
Brasil, Unidade da Federação e Município

| | |
|---|---|
| Brasil | 675.098 |
| Amazonas | 2.125 |
| Apuí – AM | 428 |
| Autazes – AM | 68 |
| Beruri – AM | 25 |
| Borba – AM | 132 |
| Coari – AM | 103 |
| Codajás – AM | 12 |
| Eirunepé – AM | 103 |
| Fonte Boa – AM | 257 |
| Humaitá – AM | 40 |
| Itacoatiara – AM | 425 |
| Manaquiri – AM | 11 |
| Manicoré – AM | 40 |
| Novo Airão – AM | 15 |
| Novo Aripuanã – AM | 10 |
| Rio Preto da Eva – AM | 30 |
| Urucará – AM | 246 |
| Urucurituba – AM | 180 |

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

Além das dificuldades locais, as quais enfrentam os produtores de cacau, é importante que os produtores entendam que o preço do cacau também tem uma oscilação no mercado internacional. O cacau está condicionado às estratégias de mercado por ser um produto que movimenta grandes valores, e o preço do cacau é cotado em bolsa. Pode-se observar na Figura 44 que o valor da produção sempre superou a produção e que de 2002 a 2004, apesar de oscilar, o preço da produção do cacau esteve em alta, ou seja, o maior valor dos últimos dez anos.

A Figura 44 mostra também, a oscilação entre a produção, valor da produção e preço médio. Pode-se concluir que o preço médio teve sua maior alta em 2002 e entre 2002 e 2004, apresentou preço médio superior aos últimos 10 anos. Um dado obtido nas entrevistas foi que no ano de 2002, o cacau chegou a R$ 5,00 kg e 2004 R$ 4,00kg nos municípios pesquisados, a figura também permite analisar o porquê da variação.

A Figura 45 representa a oscilação do preço do cacau no mercado interno no período de safra, já discutido na página 32, observando que há um equilíbrio no início. No auge da safra, elevou-se o preço que foi caindo no final da safra.

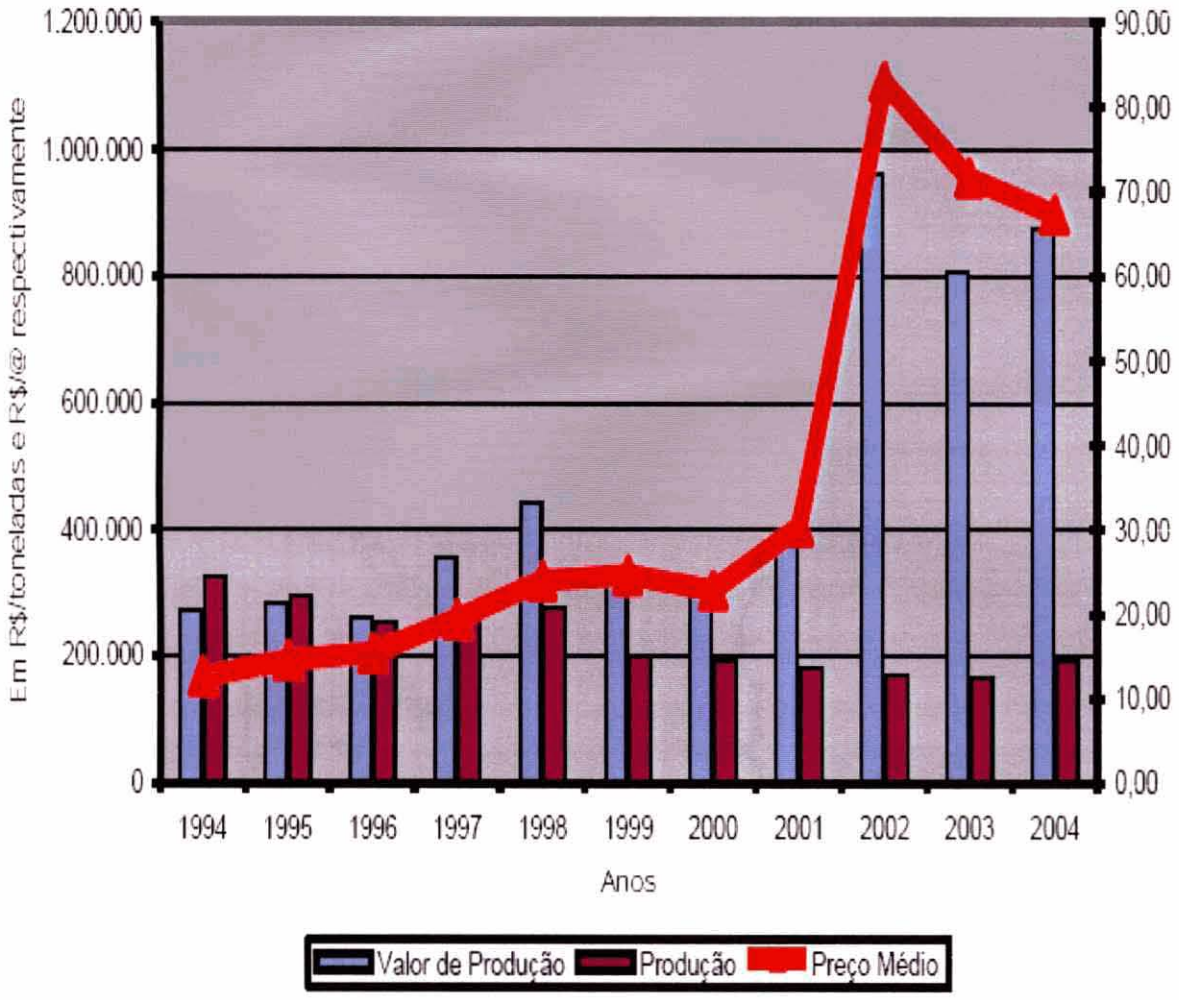



Figura 44 – Relação entre o valor da produção, a produção e o preço médio de cacau no Brasil – Período 1994 a 2004.
Fonte: Zugaib et al. 2007.

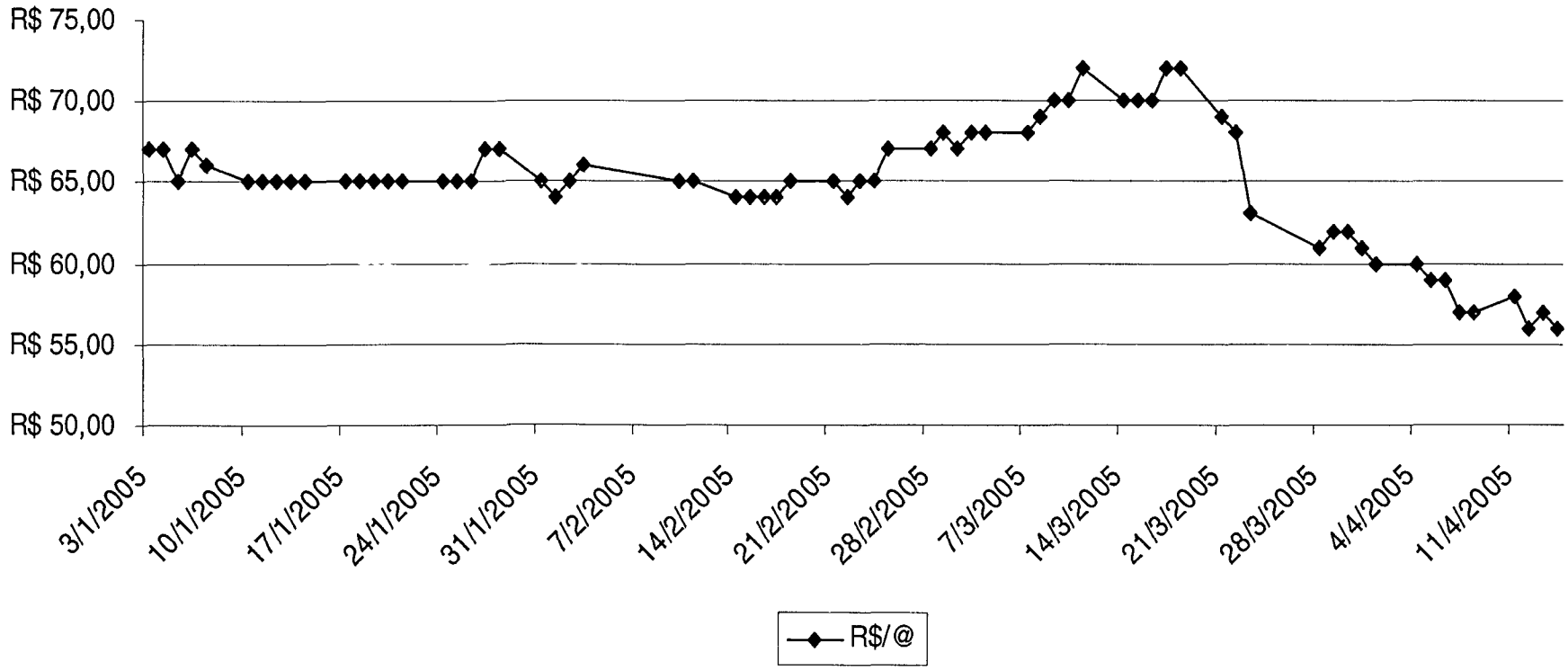



Figura 45 – Preço do cacau no mercado interno ano/2005.
Fonte: CEPLAC/2007.

Finalmente, o aspecto de aproveitamento do cacau, pode ser observado nas Figuras 46 e 47 a seguir. A Figura 46 apresenta o aproveitamento total do cacau, enquanto a Figura 47 apresenta o aproveitamento do cacau no Amazonas. Verifica-se que, aproximadamente, 90% do fruto do cacau são desperdiçados, pois apenas as amêndoas são utilizadas.

### 4.2.9 Um preço justo para o cacau em Urucurituba e Coari

O objetivo de calcular (encontrar) um preço justo para o cacau, pode ser definido como o que é justo para o produtor. Sabe-se que quem está antes da porteira na cadeia produtiva de qualquer cultura, nunca está satisfeito com o preço de seus produtos. Parece que quem lucra mais é o comércio e a indústria. Essa é uma análise que não cabe para o momento, mas é uma cadeia, onde quem tem mais poder de barganha sai vencendo. Assim o produtor de cacau não acha justo o preço pelo qual vende suas amêndoas, haja vista que os produtos finais do cacau saem a preços altos no comércio. Geralmente os atores dessa cadeia mudam suas condições financeiras ou conseguem apresentar certo poder aquisitivo.

No caso dos produtores de cacau, entra ano e sai ano, eles continuam do mesmo modo. Os lucros obtidos do cacau parecem não mudar suas vidas. Então, entende-se que o justo é algo que possibilite alguma mudança, uma possibilidade de compra, pelo menos que não seja a alimentar. Nas entrevistas em 2006, a média de preço que os cacauicultores acreditam ser um preço justo seria R$ 7,00/kg. Porém, o preço do cacau, como já foi explanado, está relacionado ao mercado internacional. Com o selo orgânico, o cacau de Urucurituba vai obter um melhor preço, mas isso não é o suficiente. Justo seria o produtor aproveitar o fruto do cacau em toda a sua totalidade, pois o cacau é um produto que possui preço de mercado, um dos maiores rendimentos por hectare em relação à maioria dos produtos agrícolas, é um trabalho na sombra e, geralmente, quem trabalha com cacau, gosta muito do que faz.

### 4.2.10 Programas de Apoio à Produção do Cacau

Com relação a estratégias de desenvolvimento, não foi identificada uma política exclusiva voltada para a produção de cacau como na época do Procacau. Os produtores de cacau têm direito aos financiamentos a que todo produtor rural tem, que são os programas oferecidos pelas instituições financeiras, principalmente o PRONAF – Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar, é o mais acessível e dele podem participar vários tipos de agricultores sem muitas burocracias, desde que atendam aos requisitos que os caracterizem como agricultores familiares. Esses pré-requisitos podem ser identificados como mão-de-obra familiar, no máximo dois empregados permanentes, até quatro módulos fiscais e no mínimo 80% da renda bruta familiar. Para essa modalidade, os candidatos podem ser proprietários do imóvel, assentados, posseiros ou arrendatário.

Porém, os cacauicultores podem contar com uma instituição preparada tecnicamente para apoiá-los que é a CEPLAC. No bojo de mudanças, a própria CEPLAC, que tinha o objetivo inicial de gerenciar recursos para o desenvolvimento da cacauicultura, hoje possui um excelente corpo de pesquisadores, pesquisas e tecnologias à disposição desse produtor. Apesar do governo ter investido no aprimoramento de seus pesquisadores, a CEPLAC precisa deixar de ser uma Comissão para ser uma Instituição. É necessária a renovação de seu quadro de pessoal que há aproximadamente 30 anos não recebe reforço, através de concurso.

Logo que a CEPLAC chegou ao Amazonas em 1970, assistência técnica era prestada pela ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas, que recebia recursos da CEPLAC, mais tarde, veio a se tornar EMATER que foi extinta, e em sua substituição foi fundado o IDAM – Instituto de Desenvolvimento do Amazonas.

A assistência técnica, hoje, é prestada através de convênio com as prefeituras. A CEPLAC paga apenas a diária e qualificação do servidor municipal. Mas na maioria das vezes, as prefeituras não possuem em seu quadro de pessoal servidores que possam atender às necessidades mínimas do Município, quanto mais para atender convênio. Dessa forma, muitas vezes, o trabalho não se realiza. São necessários mais recursos e apoio logístico para trabalhar prestando assistência a esses produtores. No decorrer de 30 anos, foram poucos os investimentos por parte do governo federal no sentido de fortalecer essa instituição. A CEPLAC apresenta um dos salários mais baixos do mercado e isso força o corpo especializado de pesquisadores migrarem para outras instituições.

Outra dificuldade enfrentada pela CEPLAC é a concretização de convênios com as prefeituras, que dependem de arranjos políticos, desta maneira, o produtor mais afastado fica sem o apoio dessa Instituição. O agricultor provavelmente se sente desamparado, perdendo, talvez, até o sonho de um dia melhorar suas condições de vida, dessa forma migrando para a capital ou sentenciando seus filhos ao mesmo destino.

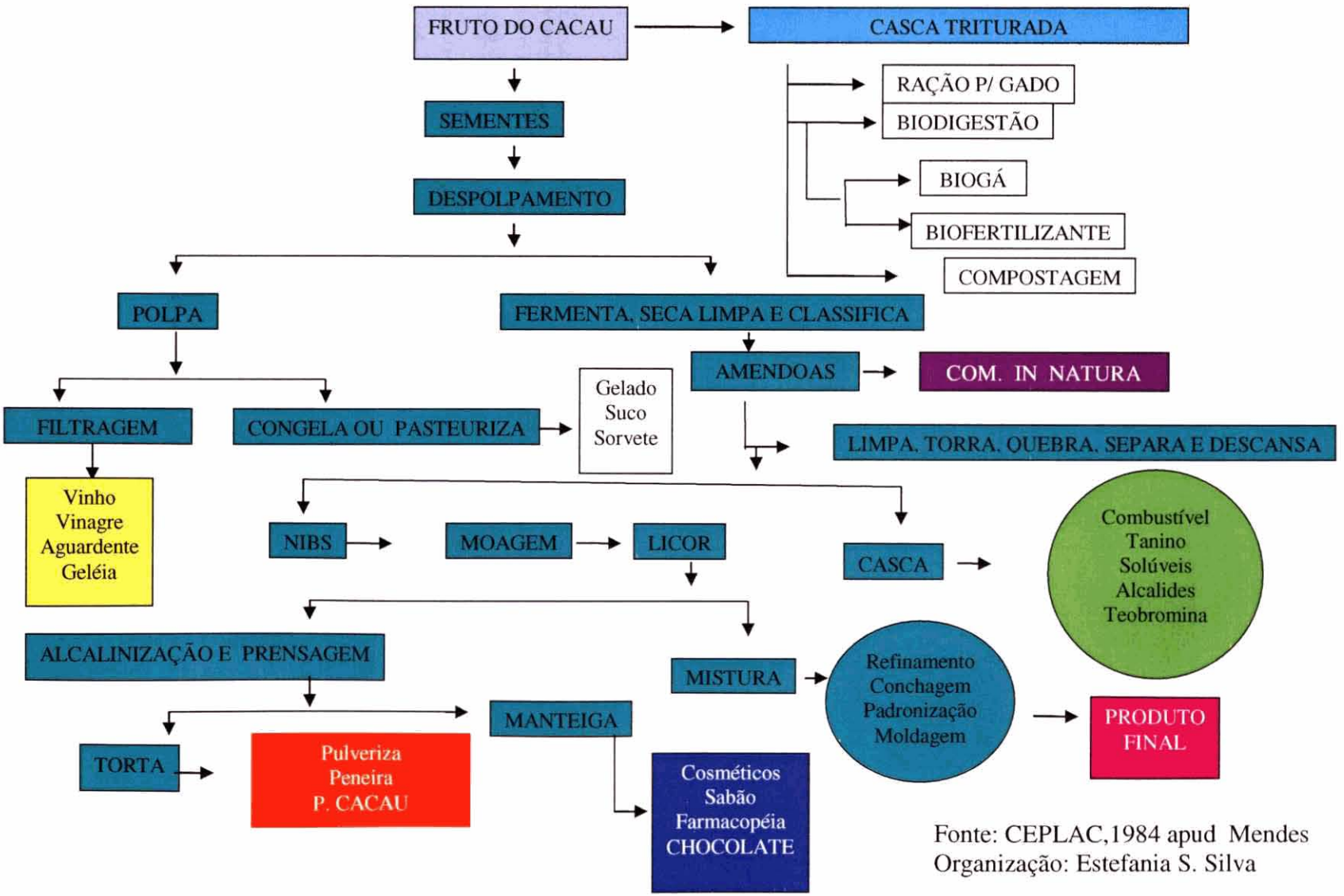
Mas, é importante destacar que o cacau já vem chamando a atenção novamente e um dado interessante foi a criação em 2006, da Câmara Setorial da Cadeia produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis, através da Portaria MAPA nº. 5.

### 4.2.11 Produção de Cacau em Manaus

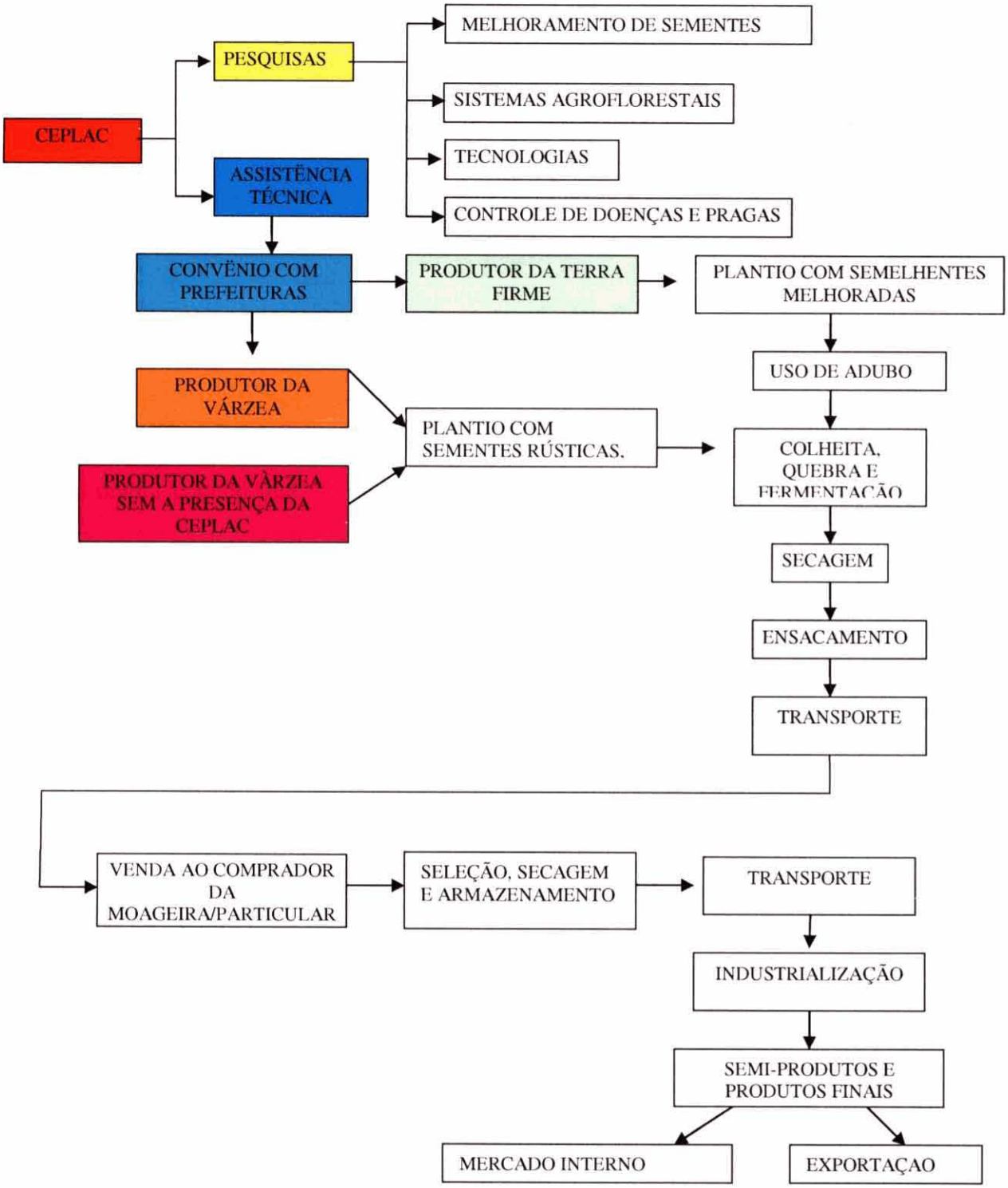
O Município de Manaus entrou, nesta pesquisa, como um elemento estimulador do estudo, visto que Manaus nunca teve vocação principal para a produção agrícola, um bom exemplo é o Distrito Agropecuário da Suframa – DAS, que apesar de vários investimentos não atingiu seu objetivo. A quantidade produzida não supre as necessidades dos consumidores da capital. O abastecimento da capital sempre precisa ser complementado via importação de outros Estados ou de Municípios vizinhos. As dificuldades eram tantas com a instalação do Distrito Industrial no final da década de 60, que se planejou a instalação de um Distrito Agropecuário que pudesse fornecer produtos dessa natureza aos habitantes da cidade. Na realidade, Manaus não produz o cacau que aparece nas tabelas do IBGE, mas é a metrópole regional, portanto as coisas convergem para ela, ver figura 16.

Na área do DAS, indo pela BR 174 se encontra uma unidade da CEPLAC que sobrevive com pesquisas voltadas para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos e agroflorestais, sendo que a maior parte dos projetos da CEPLAC são nessa modalidade. Hoje o cacau plantado tem como objetivo principal o aproveitamento de capoeiras. As mudas geradas nos viveiros experimentais são doadas aos produtores.

Buscou-se identificar no Município plantacões de cacau para a venda, mas não foram identificadas, a própria CEPLAC desconhece essa produção real de cacau em Manaus.




Fonte: CEPLAC,1984 apud Mendes
Organização: Estefania S. Silva




Cadeia Produtiva do cacau no Estado do
azonas
anização: Estefania S. Silva

# CONCLUSÃO

Viver na Amazônia se constitui em um grande desafio desde o início. A sua imensidão tudo atrai, mas também repele. Uma vez, certo orador dizia que a agricultura nunca foi o caminho do desenvolvimento e tampouco a quantidade territorial, muito menos a suficiência de recursos naturais, a exemplo foi citado o Japão que não apresentava tais características. Então o orador conclui que é na adversidade que se buscam alternativas. A diferença não estava na criatividade, mas na inovação. O Brasil tinha potencial para tudo, entretanto não se tornara uma potência ainda.

No tocante à agricultura que não é vista como o caminho para a soberania de uma nação, podemos contrapor que a agricultura é responsável pela sobrevivência do planeta. Ninguém vive sem alimento. Se uma nação é soberana pelos seus recursos tecnológicos, provavelmente acumulou capital suficiente para pagar bem por alimentos saudáveis para manter seu povo. O alimento é uma necessidade biológica sem a qual a humanidade não vive. O que precisamos é de inovação.

O mundo inteiro, hoje, se preocupa com a conservação da natureza, e a agricultura é vista como vilã. No parágrafo anterior afirma-se que o alimento é uma necessidade básica do homem, não se pode viver sem alimento. Estamos então diante de um problema insolúvel?

Acredita-se que não, o homem sempre teve a capacidade de sair de situações difíceis e esta parece ser mais uma delas. A Legislação Ambiental Brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo, precisando com certeza de alguns ajustes no caso da aplicabilidade da Lei para a Amazônia que ainda não tem, a nosso ver, condições de praticá-la por completo, pois a nossa população ainda é dependente dos rios, fauna e flora. Todavia, todo processo ainda que longo tem seu início. O Estado do Amazonas apresenta uma totalidade de unidades de conservação. O desmate é permitido em Lei na proporção de 20%. A pecuária já foi muito criticada. A agricultura intensiva também é vista como devastadora.

Diante de tantos desafios, este estudo ainda chega a idéia que é possível produzir respeitando as condições ambientais oferecidas pela região e permitidas em Lei. As áreas de várzeas são bastante utilizáveis para plantações, essas também apresentam a vantagem de terem seus solos renovados pelas enchentes. Se o Nilo que é um rio estreito, que corre por um deserto, é tido como uma dádiva. Que dirá o Amazonas e seus afluentes com tantos nutrientes e peixes.

O cacau é uma cultura que atende aos anseios da legislação ambiental, desde que não se busque uma produção em alta escala por hectare, o que exigirá aplicação de adubos químicos, mas é possível, mesmo sem essa tecnologia, uma boa produção com altíssima qualidade do produto. Essa qualidade é o diferencial, e então não será a quantidade quem definirá o resultado, mas a qualidade advinda de um cacau saudável que atenda aos anseios da nova visão de consumo.

Mas para se alcançar esses objetivos faltam muitas coisas como, por exemplo, o apoio das instâncias municipais, estaduais e federais. Os recursos destinados por essas instâncias não são suficientes para desenvolver sequer um levantamento de produção. Em nível federal a CEPLAC – Comissão da Lavoura Cacaueira tem se esforçado, mas não tem conseguido seus objetivos por falta de recursos financeiros e de pessoal suficiente. As prefeituras também não dispõem de recursos suficientes para apoiar os produtores, e o IDAM, por sua vez, não difere muito desta situação.

Nos vários municípios que se situam ao longo do Solimões/Amazonas onde o rio apresenta área de várzea, é comum se encontrarem cacauais, esses poderiam ganhar mais espaços, melhorando dessa forma a vida desses ribeirinhos. Porém o que vem ocorrendo é um abandono do interior. O preço indefinido do cacau faz com que os que resistem, resistam por amor à terra e não pelo lucro da produção. Os jovens não têm mais interesse em continuar, pois não conseguem visualizar o futuro. Sabe-se, porém, que se houver um investimento, apoio à produção e recursos técnicos para a secagem das amêndoas e a certeza de venda por um preço justo, alguns que estão sofrendo nas cidades poderão retornar às suas origens no campo.

No tocante à pesquisa, as dificuldades são imensas. O IBGE, que é um órgão governamental de pesquisas, consegue com muitas dificuldades alcançar a sua missão. Mais dificuldades encontra um pesquisador independente para concluir uma pesquisa. Percebe-se que pesquisas mais distantes da capital são mais difíceis de serem realizadas. Com certeza essas dificuldades estão relacionadas ao custo financeiro do trabalho adquirido a partir da imensidão do espaço amazônico.

Este estudo pretendeu como objetivo principal, apresentar um panorama atual da realidade da produção do cacau no Estado do Amazonas, e não tinha a intenção de realizar um censo, pois um trabalho dessa natureza envolve maiores recursos financeiros, recursos humanos e disponibilidade de tempo em campo, feito que nem mesmo as instituições responsáveis ou interessadas conseguiram até o momento.

A aplicação do questionário é muito interessante, mas se torna longa e cansativa e nem sempre se consegue obter todos os dados, já que o produtor não sabe o quanto possui de plantação, em outras vezes não está em casa e a esposa também não consegue responder às perguntas. No caso do cacau em Urucurituba onde já existem associações específicas, este controle poderia ser realizado através dessas Associações ou do Sindicato. O questionário seria preenchido à medida em que o produtor viesse ao Sindicato. Então, poderia ser formado um banco de dados. Mas para isso, é necessário que os responsáveis pelo Sindicato ou Associações sejam qualificados e tenham um grau mais elevado de formação. Percebe-se a necessidade de qualificação, de infra-estrutura mínima para atuação dessas entidades.

É importante que as prefeituras vejam essas necessidades e tentem apoiar a CEPLAC a desenvolver um estudo da real situação do cacau e cacauicultores no Estado. O governo federal deve expandir seus braços para fortalecer a CEPLAC, através do Ministério da Agricultura, há muito esta instituição não reforça seu quadro de pessoal e os baixos salários têm levado pesquisadores de altíssima qualificação para outras instituições de pesquisas.

Em Coari, o Sindicato dos Produtores Rurais é mais estruturado, possuindo atendimento odontológico e advocatício. Está aberto a sugestões e já vem organizando informações sobre a localização de plantas medicinais a partir da visita dos agricultores ao Sindicato. Fica aqui a sugestão de fazer com que o Sindicato seja o elo que possibilite maior clareza sobre a realidade do cacau no Município.

Esse estudo veio mostrar que as instituições públicas trabalham com dificuldades no Amazonas, dificuldades financeiras, de pessoal, em todos os sentidos. Por maior que seja o esforço não se consegue atingir um mínimo de objetivos, parece que existe um passivo o qual só se conseguem pagar os juros. Mas a dificuldade mais latente é a falta de uma política de governo voltada para uma região específica como a Amazônia. O Acesso por via fluvial demanda um tempo grande e custo alto, tanto para a pesquisa quanto para a Assistência Técnica. São áreas imensas para a atuação de poucas pessoas. Em Coari a dificuldade de deslocamento foi grande, mesmo com o apoio do IDAM que tinha algumas atividades na área, o tempo não foi suficiente para uma coleta de informações mais precisas. O aluguel de uma canoa motor de 25 HP custa em torno de R$ 50,00 por manhã, para áreas próximas. O Acesso

a uma propriedade por via terrestre só é possível em pequenas áreas, ou seja, em lugares onde está o núcleo da comunidade, onde geralmente estão a escola, a igreja e o salão de festas.

Notou-se neste estudo que as tentativas que poderiam dar certo são abandonadas quase sempre por mudança de governo, não havendo continuidade, isso traz grande desestímulo aos produtores, que descrentes de outras ações, acabam por retroceder num processo que deveria avançar.

O *selo orgânico* é uma das saídas para o preço justo que esses cacauicultores tanto almejam. Os passos necessários para adquirir este selo é o caminho que colocaria esses produtores em outra escala. Porém, a espera é longa e esses produtores já apresentam todo um histórico de abandono. Para alcançar algum resultado, somente com um trabalho contínuo e muito sério, visando a elevar esses produtores a uma melhor situação.

O cacau da região apresenta inúmeras vantagens, dentre as quais: maior teor de manteiga e resistência a doenças. Apesar de todas as dificuldades encontradas, o cacau pode ser visto como uma perspectiva econômica promissora. Não demanda muitos custos, se plantado na várzea e tem venda certa. Existem pesquisas em todos os níveis que podem ser utilizadas como as de aproveitamento integral do fruto do cacau.

Inicialmente deve ser realizado um estudo através de cada prefeitura para saber a real produção de cada Município, desenvolver projetos através da CEPLAC, já que as instituições financeiras estão dispostas a financiar a produção. Um segundo passo seria seguir o princípio que norteia as pesquisas da CEPLAC que é a independência do produtor do cacau do mercado externo, a partir do aproveitamento integral do cacau, o que requer investimento em agroindústria nacional ou parcerias com empresas nacionais interessadas.

Outra necessidade latente é a qualificação de pessoal. É necessário o conhecimento de mercado e das políticas existentes que possam ser direcionadas neste sentido. O Amazonas vem desenvolvendo a piscicultura, e a casca do cacau pode servir como ração para peixes.

Destacamos que em todas as escalas, os estudos relacionados aos produtores de cacau são inferiores aos da produção. Sabe-se que a Costa do Marfim é o país de maior produção mundial, mas pouco se sabe sobre quem são esses produtores. A intenção aqui foi de resgatar o personagem principal que ainda persiste diante de tantas dificuldades, a partir do estudo da produção do cacau no Estado, o pequeno produtor de cacau do Amazonas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


Abromovay, R. 1992. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. SPRM/ Campinas: HUCITEC, ANPOCS, UNICAMP, São Paulo. 275p.

Acuña, C. de. 1994. Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas. Rio de Janeiro, Agir. 179p.

Almeida, C. M. V.C. de. et al. 1995. *Coleta de cacau (Theobroma cacao L.) da Amazônia brasileira: uma abordagem histórica e analítica*. Porto Velho, CEPLAC/SUPOC, 92p.

SUFRAMA. 1983. *Avaliação do Distrito Agropecuário* – relatório. Superintendência da Zona franca de Manaus, Amazonas. 98p.

Bates, H. W. 1979. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, (1. ed. 1863)

Bastos, A. C. T. 1975. *O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL. 247p.

Benati, H. J.; Surgik, A.C. S. et al. 2005. *A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para elaboração de novos modelos jurídicos*. Manaus, Edições Ibama/ProVárzea. 104p.

Bezerra, J. L.; Oliveira, M. L. de. Disponível em <http://www..ceplac.gov.br/radar.htm> acesso 27/12/2005.

BRASIL. Decreto-lei 9760 de 5 setembro de 1946. *Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.spu.planejamento.gov.br.>20 abr. 2007.

BRASIL. 2004. Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965. *Institui o Novo Código Florestal. Legislação Ambiental Brasileira* – VEMAQA – 5ª Ed. Manaus/AM, Ed. e Gráfica Ziló.

BRASIL. 1957. Lei 3.173 de 06 de jun. de 1957. Cria Uma Zona Franca na Cidade de Manaus Capital do Amazonas, e dá outras Providências. In: Diário Oficial da União, Brasília 28 de fev. de 1967, 002464, 1.

BRASIL. 1967. Decreto-Lei nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967. *ALTERA AS DISPOSIÇÕES DA LEI 3.173*. In: Diário Oficial da União, Brasília 06 de jun. de 1957, 004521, 1.

BRASIL. 1971. Presidência da República. *Projeto do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – 1972/74*. Brasília: Presidência da República. 59p.

BRASIL. 1974. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1975-1979*. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República. 149p.

BRASIL. 1980. *III Plano Nacional de Desenvolvimento – 1980/85*. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República. 101p.

BRASIL. 1970. Decreto-Lei 1.106 de 16 de jun. de 1970. *CRIA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS NA PARTE REFERENTE A INCENTIVOS FISCAIS E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS.* In: Diário Oficial da União, Brasília, 004521, 1.

BRASIL. 1971. Decreto-Lei 1.179 de 16 de jul. de 1971. *INSTITUI O PROGRAMA DE TERRAS E DE ESTÍMULO A AGRO-INDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE (PROTERRA), ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RELATIVA A INCENTIVOS FISCAIS E DÁ OUTRAS PROVID6ENCIAS.* In: Diário Oficial da União, Brasília, 005081, 1.

BRASIL. 1974. Decreto 74.607 de 25 de Set. de 1974. *DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓLOS AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS DA AMAZONIA (POLOAMAZÔNIA).* In: Diário Oficial da União, Brasília, 011017, 3.

BRASIL. 2006. Portaria MAPA nº. 5, de 05.01.2006. *Cria a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis. In*: Diário Oficial da União, Brasília, 06.01.2006, Seção II, p. 4.

Carvalho, J. A. L. de. 2006. *Terras Caídas e Conseqüências Sociais: Costa do Miracauera – Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara – Am, Brasil.* Manaus. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas Instituto de Ciências Humanas e Letras. Manaus, Amazonas. 141p.

CARE Brasil.2007. Disponível em: <http:// www.care.org.br. Acesso em: 23 jan. 2007

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da lavoura Cacaueira. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br. Acessos no período de out. 2005 a abr. 2007.

Chayanov, A. V. 1974. *La organización de la unidad económica campesina.* Ed. Nueva Vision, Buenos Aires, Argentina. 339p.

COTAS DE ENCHENTE DO RIO NEGRO. 2007. CPRM – Serviços Geológicos do Brasil. Informações fornecidas em planilha, oriunda do banco de dados da instituição.

Coari - AM . População estimada 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat.>. Acesso em: 01 jul. 2005.

Coari - AM. Lavoura Permanente 2003. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat.>. Acesso em: 01 jul. 2005.

Coari - AM. Lavoura temporária 2003. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat.>. Acesso em: 01 jul. 2005.

Coari. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios.>.Acesso: 09 jan. 2007.

Coari. Disponível em :<http://www.seplan.am.gov.br.>. Acesso em: 20 abr. 2007.

Manaus. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br.>. Acesso em: 20 abr. 2007.

Daniel, J. 1722-1776. 2004. Do modo de livrar do gorgulho, e conservar os milhos, cacau, e mais grãos. *In*: *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas.* Volume II. Contraponto: 2. ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 413-415.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CACAU. Disponível em: < http://www.ceplac.gov.br. >. Acesso em: 18 abr. 2007.

Ferreira, E. C. *Raízes do Brasil: uma interlocução entre Simmel, Weber e Sérgio Buarque de Holanda.*2004. Revista Urutágua nº 05. Disponível em http://www.uem.br. Acesso em: 04 maio 2006. P.1-15.

Ferreira, H. I. S.; TREVISAN, S. D. P.; SOUZA, J. P. de. 1983. Renovação de Cacauais; onze anos de observação da Fazenda Unitária do Centro de Pesquisas do Cacau, Bahia. Ilhéus: CEPLAC. Boletim Técnico 119. 86p.

FNA – Fórum Nacional de Agricultura. 1997. *Grupo Temático do Cacau. Relatório e propostas de novembro de 1997.* [s.l]: FNA, 108p.

Fraga, A. de P. 1977. *Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Poloamazônia – relatório de 1977.* Brasília: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. 317p.

Fraxe, T. P. 2000. *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.* São Paulo: Annblume, 192p.

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. 1991. Programa Rural, BASA.

Garcia, J. J. de S. et al. 1985. CEPLAC/DEPEA. *Sistema de produção do cacau na Amazônia brasileira.* Belém, Pará. 118p.

Guimarães, L. M. P. 2001. *Memórias Partilhadas: os relatos dos viajantes oitocentistas e a idéia de "civilização do cacau".* Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos v.8 supl., Rio de Janeiro.

Junk, W. J. 1983. As águas da região amazônica. *In*: _____ . *Amazônia, Desenvolvimento, Integração, Ecologia.* Brasiliense, Brasília: CNPq, São Paulo, SP. p. 45-100.

Manaus - AM. População estimada 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat.>. Acesso em 01 jul. 2005.

Manaus - AM. Lavoura Permanente 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat.>. Acesso em 01 jul. 2005.

Manaus – AM. Lavoura temporária 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat.>. Acesso em 01 jul. 2005.

Mendes, F. A. T.; Lima E. L. 2001. *A Cacauicultura Amazônica: um contexto indispensável no contexto nacional.* CEPLAC/UNAMA, Porto Velho, RO.

_____. 2000. A CACAUICULTURA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: POTENCIALIDADES, ABRANGÊNCIA E OPORTUNIDADES DE NEGÖCIO. Movendo Idéias, Belém, v. 5, nº. 8, p. 53-61.

Nascimento, F. R. et al. 1994. *A Crise da Lavoura Cacaueira: sua natureza e soluções.* Brasília: IPEA, (Estudos de Política Agrícola. Documentos de trabalho, 26). 227p.

Néri, F. J. de S., Barão de Santana Néri. 1979. *O país das amazonas.* Belo Horizonte, Editora Itatiaia. São Paulo: EDUSP. 258p.

Neto, A. C. et al. 1987. *A CEPLAC e o futuro das regiões cacaueiras do Brasil contribuição ao debate.* Brasília: CEPLAC. 66p.

Oliveira, M. L.; Luiz, E.D.M.N. 2005. *Identificação e manejo das principais doenças do cacaueiro no Brasil.* CEPLAC/CEPEC/SEFIT, Ilhéus, Bahia. 132p.

*II Plano Nacional de Desenvolvimento – programa de Ação do Governo para a Amazônia* (1975 – 79). 1976. SUDAM, Belém, Pará.

Oliveira, A. E. de. 1983. Ocupação Humana. *In*: _____. *Amazônia, Desenvolvimento, Integração, Ecologia.* Brasiliense, Brasília:CNPq, São Paulo, SP. p. 144-327.

Pinazza, L. A.; Alimandro, R. (org): 1999. Reestruturação no Agribusiness Brasileiro – Agronegócio no Terceiro Milênio. Associação Brasileira de Agribusiness, Rio de Janeiro, Abag/FGV, 1999. 266p.

PRONAF. Disponível em:< http://www.pronaf.gov.br.>. Acesso em: 21 mar. 2007.

Produção Agrícola Municipal. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br.>. Acesso em: 01 jul. 2005.

Reis, S. M.; Mendes, F. A. T.; Souza, J. M. S. *A Cadeia Produtiva do Cacau e a sua Contribuição para Geração de Empregos na Amazônia.* Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Disponível em:<http://gipaf.cnptia.embrapa.br.>. Acesso em: 26 dez. 2005.

Santos, A. O. da S.; Santos, M. M. dos.; Schern, R. M. C. 1980. *Cultivo do Cacaueiro na Amazônia Brasileira.* CEPLAC/DEPEA/COPES. (Comunicado Técnico Especial n°. 3), Belém, PA. 67p.

SANTOS, R. 1980. *História econômica da Amazônia (1800 a 1920).* São Paulo: T.A. Queiroz 358p.

Schubart, H. O. R.. 1983. Ecologia e Utilização das Floretas. *In*: _____. *Amazônia, Desenvolvimento, Integração, Ecologia.* Brasiliense, Brasília: CNPq, São Paulo, SP. p. 101 – 143.

Simonsen, R. C. 1978. *História Econômica do Brasil (1500/1820).* Curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. 8. ed. Coleção Brasiliana (grande Formato) Volume 10. São Paulo, SP. p.371.

Silva, E. B. da. *Arranjo Produtivo Local do Cacau de Várzea no Baixo e Médio Amazonas – Brasil.* Diponível em :< www.amazonia.org.br> acesso 27/12/2005.

Spix, J. B. von; Martius, C. F. P. von. 1981. *Viagem pelo Brasil – 1817- 1820.* Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: EDUSP. Vol. 3. p. 146-147.

Sternberg, H. O'Reilly. 1998. *A Água e o Homem na Várzea do Careiro.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2ª Ed. 330p.

SUFRAMA. 1984. *Plano diretor do Distrito Agropecuário* / Superintendência da Zona Franca de Manaus. Manaus, Amazonas. 86p.

SUFRAMA, BRASIL. 1977. *O Papel da Assistência Técnica no Distrito Agropecuário da SUFRAMA.* Série Distrito Agropecuário da SUFRAMA, Boletim n°. 1. Manaus.

_____.1983. Avaliação do Distrito Agropecuário. Manaus. Relatório.

SUDAM. *Plano de desenvolvimento da Amazônia* – 1994/97. 1993. SUDAM. Belém, PA. 89p.

Toledo, M. R. 2005. *Circuitos Espaciais da Soja, da Laranja e do Cacau no Brasil: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro.* Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Pós-Graduação em Geografia. [s.n.]. Campinas, UNICAMP.

Urucurituba – AM. População estimada 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat.>. Acesso em: 01 jul. 2005.

Urucurituba - AM . Lavoura Permanente 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat.>. Acesso em: 01 jul. 2005.

Urucurituba - AM . Lavoura temporária 2003 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat.>. Acesso em: 01 jul. 2005.

Urucurituba. Disponível em:

<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios.>. Acesso em: 09 jan. 2007.

Urucurituba. Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br.>. Acesso em: 09 jan. 2007.

Urucurituba. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br.>. Acesso em: 20 abr. 2007.

Veríssimo, J. 1970. As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia* Sua Linguagem, suas Crenças e seus Costumes. In: *Estudos Amazônicos*. Universidade Federal do Pará. p. 80.

Wagley, C. 1988. *Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos.* Tradução de Clotilde da Silva Costa. -3ª. ed. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 315p.

Weber, M. 1975. *As idéias de Weber; tradução de Álvaro Cabral.* São Paulo, Cultrix, ed. da Universidade de São Paulo. p. 57-96.

_____ . 1982. *Ensaios de Sociologia.* Zahar editores, Rio de Janeiro, RJ. 5ª ed.. 503p.

_____. A Sociologia Compreensiva. 1987. *In*: _____. Sociologia de Max Weber. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa; revisão de Paulo Guimarães do Couto. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Forense – Universitária. p. 67-99.

_____. Conceitos Sociológicos Fundamentais. 1992. *In*:_____. *Metodologia das Ciências Sociais.* Parte 2. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: editora Universidade Estadual de Campinas, SP. p. 399-429.

Wolf, E. R. 1970. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar. 150p.

Zugaib, A. C.C. et al. 2006. *Mercado de cacau.* Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br.>. Acesso 27 dez. 2006.

_____ . 2005. *Análise da Importação de Cacau Via Drawback no Brasil e sua influência para os produtores, industriais e governo.* Especialização em Comércio Exterior, FGV/FUNCEX.Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC . Centro de Pesquisas do Cacau – CEPEC Seção de Sócio-Economia – SESOE. Ilhéus, Bahia. em: <http://www.ceplac.gov.br.>. Acesso 27 dez. 2006.

_____ . *Análise do Mercado Processador de Cacau no Brasil vista sob o modelo Estrutura-Conduta-Desempenho.* 2006.Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC. Centro de Pesquisas do Cacau – CEPEC. Seção de Sócio-Economia – SESOE. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br.>. Acesso 20 dez. 2006.

# APÊNDICE A - Questionário

# QUESTIONÁRIO

LOCALIDADE:_____

DATA:_____/_____/_____

**01. IDENTIFICAÇÃO**

| |
|---|
| Nome: Idade: |
| Apelido: Sexo: M ( ) F ( ) |
| Estado civil: S( ) C( ) RE( ) |
| Naturalidade: Religião: Estuda: S( ) N( ) |
| Escolaridade:<br>Analfabeto( ) Alfabetizado( ) 1ª a 4ª série( ) Ens. Fund.( ) Ens. Médio( ) Ens. Superior( ) |
| Benefícios: Não recebe( ) Pensão( ) Aposentadoria( ) Vale gás( ) Bolsa-família( ) Bolsa-escola( ) Outros( ) Valor: R$ |

**DADOS DO CÔNJUGE / COMPANHEIRO (A)**

| |
|---|
| Nome: Idade: |
| Religião: Sexo: M ( ) F ( ) |
| Possui: RG( ) CPF( ) Tít. Eleitor( ) Cart. Trabalho( ) Reservista( ) Outro: |
| Naturalidade: Estuda: S( ) N( ) Motivo: |
| Escolaridade:<br>Analfabeto( ) Alfabetizado( ) 1ª a 4ª série( ) Ens. Fund.( ) Ens. Médio( ) Ens. Superior( ) |
| Benefícios: Não recebe( ) Pensão( ) Aposentadoria( ) Vale gás( ) Bolsa-família( ) Bolsa-escola( ) Outros( ) Valor: R$ |
| Tipo de aposentadoria: Invalidez( ) Idade( ) Tempo de serviço( ) Outro: |
| Possui alguma deficiência? N( ) S( ) Qual? |

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

| Nome | Sexo M/F | Ano Nasc. | Grau Parent. | Escolaridade | Estuda (S/N) | Defic | Nat. (UF) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

**100- MIGRAÇÃO (SOMENTE PARA O CHEFE)**

101 – HÁ QUANTOS ANOS O SENHOR MORA NA REGIÃO?
..... MENOS DE UM ANO ..... ANOS.

102 – QUAIS ATIVIDADES AGRICOLAS O SENHOR PRATICA?

| | |
|---|---|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

103 – COM O QUE SEU PAI TRABALHAVA?

| | |
|---|---|
| | Agricultura |
| | Seringa |
| | Castanha |
| | Coleta de semente e frutos |
| | Pesca |
| | Coleta de óleos |
| | Caça |

104 – HÁ QUANTOS ANOS O SENHOR MORA NESTA COMUNIDADE?

( ) MENOS DE 1 ANO ( ) ANOS

105 – COMO O SENHOR OBTEVE AS SUAS TERRAS?

| | |
|---|---|
| | Por herança |
| | Comprou de parente |
| | Comprou de outras pessoas |
| | Recebeu do governo |
| | Por ocupação espontânea |
| | Outras |

106 – ALGUMA PESSOA NA FAMÍLIA TRABALHA PARA FORA? ----------QUANTAS----------
107 – TRABALHO TEMPORÁRIO? ---------- QUAL ÉPOCA DO ANO? ----------
108 – EM QUE ATIVIDADE? ----------
109 – DE QUEM É ESTE TERRENO?----------
-
110 – QUAL O NOME DO TERRENO? ----------
111 – QUE DOCUMENTO POSSUI DO TERRENO ----------
( ) TÍTTULO DE PROPRIEDADE ( ) ESCRITURA PÚBLICA DE POSSE ( ) RECIBO DE COMPRA E VENDA ( ) OUTROS
112 – TEMPO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA----------
113 – CONTRATA ALGUNS TRABALHADORES PARA AJUDAR NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES:
( ) PERMANENTE ( ) TEMPORÁRIOS QUANTOS --------- ÉPOCA DO ANO ----------
114 – PR QUÊ?----------
----------
-
115 – TEM CARTEIRA ASSINADA? ---------- COMO É PAGO O SALÁRIO?----------
----------
-116 – QUAL SUA CONDIÇÃO COMO PRODUTOR?
( ) PARCERIA ( ) COMODATO ( ) EMPREITA ( ) COMUNAL ( ) PROPRIETÁRIO ( ) ARRENDATÁRIO ( ) MEEIRO ( ) ALUGUEL ( ) OUTROS

117 – EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURA ?

( ) TERÇADO ( ) MOTOSERRA ( ) MACHADO ( ) ENXADA ( ) MOTOR RABETA ( ) FOICE
( ) MACHADO ( ) PULVERIZADOR ( ) CASA DE FARINHA

118 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS:

AREA TOTAL: LAVOURA: EXTRATIVISMO:
CACAU: QUANTOS PÉS
PASTAGEM: LAGOS? IGARAPÉS:

119 – PARA QUEM O SENHOR VENDE A MAIOR PARTE DA PRODUÇÃO DE CACAU?

| | |
|---|---|
| | Patrão |
| | Regatão |
| | Flutuante |
| | Intermediário/atravessador |
| | Comerciante local |
| | Feira ou comerciante da cidade |
| | Outros ..... |

120 – COMO O SENHOR PLANEJA SUAS ATIVIDADES
( ) DE ACORDO COM O TAMANHO DA FAMILIA
( ) DE ACOROD COM O TAMANHO DO TERRENO
( ) PENSANDO NO FUTURO
( ) NÃO FAZ PLANEJAMENTO
POR QUÊ?----------

121 – EM QUE ESTÁ BASEADA SUA PRODUÇÃO?
( ) NO PREÇO PAGO AOS PRODUTORES
( ) NA GARANTIA DE VENDA
( ) NA PRODUTIVIDADE ALCANÇADA PELO PRODUTO
( ) NA FACILIDADE DE PRODUZIR COM POUCO INVESTIMENTO
POR QUÊ?----------
122 – COMO FAZ O PREÇO DE VENDA DE SEU PRODUTO?
( ) PELOS CUSTOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÀO
( ) PELA OFERTA E PROCURA
( ) É O INTERMEDIÁRIO QUEM DÁ O PREÇO
( ) É O PREÇO CORRENTE NA FEIRA DO PRODUTOR
POR QUÊ?----------

123 - COMO CLASSIFICA O TAMNHO DE SUA PRODUÇÃO AGRÍCOLA?
( ) EM GRANDE ESCALA
( ) SÓ PARA CONSUMO
( ) METADE PARA CONSUMO INTERNO

124 - QUAL A LOCALIZAÇÃO E DISTÂNCIA DAS ÁREAS QUE O SENHOR TRABALHA?
Obs: a Distancia é da casa do chefe, e de preferência em horas/minutos de caminhada.

| TIPO | LOCALIZAÇÃO | NOME | DISTÂNCIA |
|---|---|---|---|
| | | | |
| | | | |
| | | | |

125 – A MULHER DO SENHOR TRABALHOU NA COLETA, NA PESCA, NA AGRICULTURA ?
1 - ( ) NÃO 2-( ) SIM 9 – ( ) NÃO HÁ MULHER EM CASA

126 – AS CRIANÇAS (menores de 15 anos) TRABALHARAM NA COLETA, NA PESCA, NA AGRICULTURA? (últimos 12 meses)
1 - ( ) NÃO 2-( ) SIM 9 – ( ) NÃO HÁ CRIANÇA EM CASA
127 – COMO O SENHOR PLANTA? ( ) CONSORCIO ( ) MONOCULTURA ( ) AGROPASTORIL
( ) AGROFLORESTAL ( ) OUTROS .....

128 – QUAL A FORMA QUE O SENHOR PLANTA?
( ) MANUAL ( ) MECANIZADA ( ) OUTRA.....
129 – GOSTARIA DE DESENVOLVER OUTRA ATIVIDADE? ( ) NÃO ( )SIM
130 – QUAL?.....
131 – QUAL O TIPO DE IRRIGAÇÃO? ( ) MANUAL ( ) MOTORIZADA ELÉTRICA
132 – MECANIZAÇÃO UTILIZADA É: ( ) TRAÇÃO ANIMAL ( ) MECANIZADA
133 – INSUMOS UTILIZADOS? ( ) ADUBO QUÍMICO ( ) ADUBO ORGÂNICO ( ) SEMENTES/MUDAS ( ) CALCÁRIO ( ) DEFENSIVO AGRÍCOLA (VENENO/REMÉDIO)
134 – PRAGAS E DOENÇAS EXISTENTES? ( ) LAGARTA ( ) FORMIGA ( ) ANTRACNOSE ( ) OUTRAS DOENÇAS.....

135 – O SENHOR TEM APOIO TÉCNICO DO IDAM CEPLAC OU OUTRA INSTITUIÇÃO?

136 – O SENHOR RECEBE ALGUM FOMENTO PARA APOIO A PRODUÇÃO AO CACAU?

137- DE QUEM?

138 – O SENHOR FAZ FINANCIAMENTO BANCÁRIO?

139 – QUEM É O FINANCIADOR?

140 – O SENHOR COMPRA SEMENTES DE CACAU PARA PLANTIO?

141 _ DE QUEM?

142 – O SENHOR COMPRA MUDAS DE CACAU?

143 – DE QUEM?

144 – O SENHOR COMPRA ADUBO?

145 – DE QUEM?

**200 – TRANSPORTE**
201 - QUAL O TRANSPORTE QUE O SENHOR, OU A SUA FAMILIA, USA PARA SAIR DA REGIÃO?

| TRANSPORTE | 1-NÃO | 2-SIM |
|---|---|---|
| CAMINHÃO | | |
| ONIBUS | | |
| CANOA | | |
| BARCO A MOTOR | | |
| BICICLETA | | |
| OUTRO | | |

202 - QUAL O TRANSPORTE QUE O SENHOR, OU A SUA FAMÍLIA, USA PARA SE MOVIMENTAR NO INTERIOR DA REGIÃO...?

| TRANSPORTE | 1-NÃO | 2-SIM |
|---|---|---|
| CAMINHÃO | | |
| ONIBUS | | |
| CANOA | | |
| BARCO A MOTOR | | |
| BICICLETA | | |
| OUTRO | | |

203 – DE QUEM É O TRANSPORTE QUE O SENHOR UTILIZA PARA ESCOAR A PRODUÇÃO?

1. [ ] PROPRIO
2. [ ] DE VIZINHOS
3. [ ] DA COMUNIDADE
4. [ ] DO PATRÃO

5. [ ] DO GOVERNO
6. [ ] OUTRO

204 – OS TRANSPORTES UTILIZADOS PARA ESCOAR A PRODUÇÃO SÃO SUFICIENTES?
1 - ( ) NÃO 2-( ) SIM

205 – QUAL A PRINCIPAL DIFICULDADE ENCONTRADA NOS TRANSPORTES?
1. [ ] FALTA DE TRANSPORTES
2. [ ] IRREGULARIDADE TRANSPORTE
3. [ ] PREÇO MUITO CARO
4. [ ] ESTRADA RUIM
5. [ ] OUTRO

206 – PARA ONDE O SENHOR LEVA A PRODUÇÃO PARA VENDER?
1. [ ] .....
2. [ ] .....
3. [ ] .....
4. [ ] .....
9 [ ] NÃO LEVA

**300 - EDUCAÇÃO**

301 – QUANTAS CRIANÇAS NA CASA DO SENHOR FREQUENTAM A ESCOLA?
0 - ( ) NENHUMA CRIANÇA ( ) CRIANÇAS

302 – QUAL É O NOME DA ESCOLA MAIS PRÓXIMA?
NOME.....
LOCAL.....

303 – QUAL A DISTÂNCIA DA CASA DO SENHOR ATÉ A ESCOLA?
...../.....(HORAS/MINUTOS).

304 - QUAL É O MEIO DE TRANSPORTE USADO PARA IR A ESCOLA?
1. [ ] A PÉ
2. [ ] DE BIBICLETA
3. [ ] DE CANOA
4. [ ] DE VOADEIRA
5. [ ] OUTRO

**400 – SAÚDE**

401 - QUAIS FORAM OS PROBLEMAS E AS DOENÇAS MAIS COMUNS NA SUA CASA?

| DOENÇAS | 1-NÃO | 2-SIM |
|---|---|---|
| ACIDENTES | | |
| DIARRÉIA | | |
| MALÁRIA | | |
| PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS | | |
| SARAMPO | | |
| VERMINOSE | | |
| OUTRA | | |

402 - QUEM O SENHOR, OU A SUA FAMÍLIA, PROCURA EM CASO DE DOENÇA NA FAMÍLIA?

| | 1-NÃO | 2-SIM |
|---|---|---|
| MÉDICO | | |
| ENFERMEIRO | | |
| FARMACEUTICO | | |
| PARTEIRA | | |
| REZADOR OU CURANDEIRO | | |
| TRATA EM CASA | | |
| OUTRO | | |

403 – EM CASO DE DOENÇA GRAVE NA FAMÍLIA AONDE QUE O SENHOR PROCURA SOCORRO?
1. .....
2. .....

404- QUAL O POSTO DE SAÚDE MAIS PRÓXIMO DA CASA DO SENHOR?
LOCAL.....

**TABELA J – MORTALIDADE (ÚLTIMOS 12 MESES)**

| NOME | SEXO | | IDADE | DATA | CAUSA DA MORTE |
|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | ANOS | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

**500 – MORADIA**

| |
|---|
| Nº cômodos: Tamanho ($m^2$): |
| Paredes: NT( ) Palha( ) Madeira bruta( ) Taipa/pau-a-pique( ) Tábua( ) Madeira pintada( ) Outro: |
| Piso: Chão( ) Cimento( ) Jussara( ) Tábua( ) Outro: |
| Água consumo: Rio( ) Igarapé( ) Cacimba( ) Poço comunitário( ) Poço vizinho( ) Poço próprio( ) Bomba/água encanada( ) Outro: |
| Tratamento água: NT( ) Clorada( ) Fervida( ) Filtrada( ) Coada( ) Outro: |
| Esgoto: NT( ) Fossa negra( ) Fossa séptica( ) Outro: |
| Energia: NT( ) Elétrica( ) Diesel/gerador( ) Solar( ) Outro: |
| Lixo: Nada( ) Queima( ) Enterra( ) Usa como adubo( ) Outro: |
| Distância: Até a casa do vizinho mais próximo: h min<br>Até a sede da comunidade: h min |

**600 – RENDA BENS E CONSUMO**

601 – PODERIA DIZER QUANTO O SENHOR GASTA, POR MÊS, COM AS DESPESAS DA CASA? (MÊS/ANO-REF.) .....

602 – HABITOS ALIMENTARES

1. [ ] PEIXE
2. [ ] CARNE ANIMAL DOMESTICO
3. [ ] FRANGO
4. [ ] VERDURAS
5. [ ] CARNE ANIMAL SELVAGEM
6. [ ] PRODUTOS ENLATADOS
7. [ ] OUTROS:

603 - ONDE O SENHOR COMPRA AS SUAS DESPESAS...?

| | |
|---|---|
| | PATRÃO |
| | REGATÃO |
| | CANTINA |
| | COMERCIANTE LOCAL |
| | COMERCIANTE DA CIDADE |
| | OUTROS |

604 - COMO O SENHOR COMPRA AS SUAS DESPESAS....?

| ATRAVÉS DE | | 1-NÃO | 2-SIM |
|---|---|---|---|
| | AVIAMENTO | | |
| | TROCANDO POR PRODUÇÃO | | |
| | A DINHEIRO | | |
| | FIADO | | |
| | OUTRO | | |

605 – O SENHOR RECEBE AJUDA, DE FORA, EM DINHEIRO OU MERCADORIA?

1. [ ] NÃO RECEBE
2. [ ] RECEBE ÀS VEZES
3. [ ] RECEBE SEMPRE
8. [ ] NI

606 – O SENHOR AJUDA ALGUÉM DE FORA COM DINHEIRO OU MERCADORIA?

1. ☐ NÃO AJUDA
2. ☐ AJUDA ÀS VEZES
3. ☐ AJUDA SEMPRE
8. ☐ NI

607 - DA LISTA ABAIXO, QUAIS OS BENS QUE O SENHOR POSSUI NA SUA CASA?

| | BENS |
|---|---|
| | PANELA DE PRESSÃO |
| | FILTRO DE ÁGUA |
| | GELADEIRA |
| | MÁQUINA DE COSTURA |
| | RÁDIO |
| | RELOGIO |
| | ARMA PARA CAÇAR |
| | BICICLETA |
| | BARCO/CANOA |
| | FOGÃO A GAS |
| | |

608 - DA LISTA ABAIXO, QUAIS AS MERCADORIAS QUE O SENHOR COMPRA SEMPRE?

| MERCADORIAS | |
|---|---|
| | BOLACHA |
| | AÇUCAR |
| | CAFÉ |
| | CHARQUE |
| | CONSERVA |
| | MACARRÃO |
| | OLEO |
| | SABÃO |
| | PASTA DE DENTE |
| | PILHA |
| | |

609 – TEM MUTIRÃO NA COMUNIDADE DO SENHOR? SE SIM, O SENHOR PARTICIPA DO MUTIRÃO?

1. ☐ NÃO TEM MUTIRÃO
2. ☐ TEM, MAS NÃO PARTICIPA
3. ☐ TEM E PARTICIPA

610 – O SENHOR PRETENDE CONTINUAR MORANDO NA REGIÃO?

1. ☐ NÃO 2. ☐ SIM 8. ☐ NI

919 – QUAL O PRINCIPAL PROBLEMA ENFRENTADO NA REGIÃO?

1. ☐
2. ☐

APÊNDICE B – Formulário para cálculo de custo da produção do cacau

| ITEM | UNID. | QTD. TOTAL | CUSTO UNIT (R$) | TOTAL | % DO CUSTO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | |
| **Tratos Culturais** | | | | | |
| Aplic.de inseticida | d/h | | | | |
| Desbaste | d/h | | | | |
| Capina | d/t.a. | | | | |
| Capina (enxada) | d/h | | | | |
| Aplain. c/tábua | d/t.a. | | | | |
| Amontoa | d/t.a. | | | | |
| Pulverizações (5x) | d/h | | | | |
| Outros tratos: | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| **Insumos** | | | | | |
| Semente comprada | | | | | |
| Semente própria | | | | | |
| Fertilizante | | | | | |
| Esterco de aviário | | | | | |
| Outros: | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| **Colheita** | | | | | |
| | | | | | |
| C. Manual | d/h | | | | |
| | | | | | |
| **Quebra** | d/h | | | | |
| **Fermentação** | d/h | | | | |
| **Secagem** | d/h | | | | |
| **Transporte** | d/h | | | | |
| Tr. p/galpão | | | | | |
| | | | | | |
| **Classificação** | | | | | |
| Classif.+embalagem | d/h | | | | |
| **Transporte** | d/h | | | | |
| Até intermediário | | | | | |
| **Administração** | Sal. Mín. | | | | |
| | | | | | |
| **CUSTO TOTAL** | | | | | |

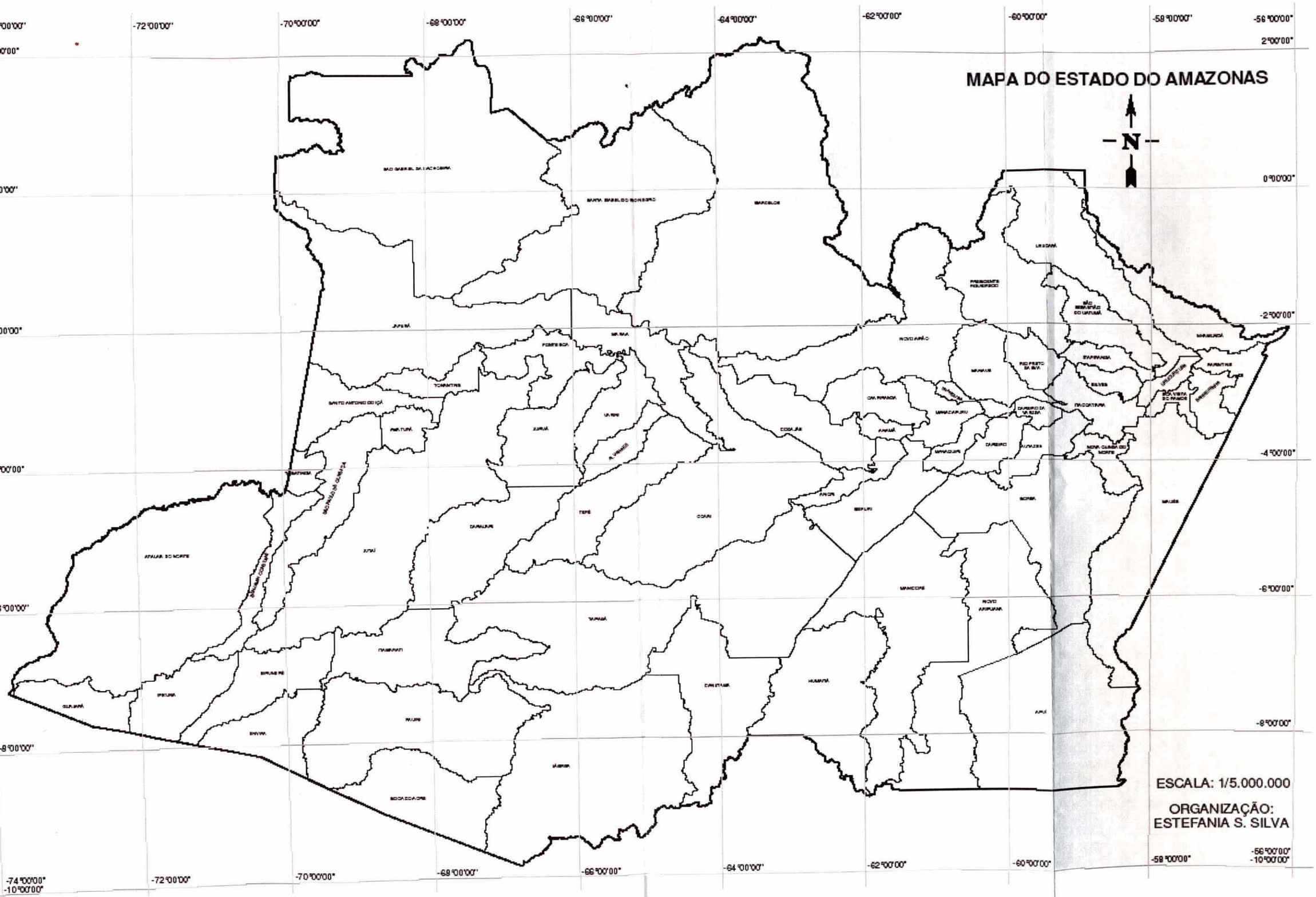
Obs: d/t.a.: dias/tração animal; d/h: dias/homem

PRODUÇAO E VENDA

| AREA PLANTADA OU PÉS | ANO | QUANTIDADE PRODUZIDA | QUANTIDADE VENDIDA | PREÇO R$ |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| | | | | |
| AREA PLANTADA OU PÉS | ANO | QUANTIDADE PRODUZIDA | QUANTIDADE VENDIDA | PREÇO R$ |
| | | | | |
| | | | | |
| AREA PLANTADA OU PÉS | ANO | QUANTIDADE PRODUZIDA | QUANTIDADE VENDIDA | PREÇO R$ |
| | | | | |
| | | | | |
| AREA PLANTADA OU PÉS | ANO | QUANTIDADE PRODUZIDA | QUANTIDADE VENDIDA | PREÇO R$ |
| | | | | |
| | | | | |

ANEXO 01 – Mapa do Estado do Amazonas

# MAPA DO ESTADO DO AMAZONAS



ANEXO 02 – Dados da produção agrícola permanente e temporária no Município de Coari

## **Coari** - AM

### Lavoura Permanente 2005

| | | |
|---|---|---|
| Abacate - quantidade produzida | 15 | tonelada |
| Abacate - valor da produção | 3 | mil reais |
| Abacate - área plantada | 5 | hectare |
| Abacate - área colhida | 5 | hectare |
| Abacate - rendimento médio | 3.000 | kg/hectare |
| Banana - quantidade produzida | 707 | tonelada |
| Banana - valor da produção | 354 | mil reais |
| Banana - área plantada | 56 | hectare |
| Banana - área colhida | 56 | hectare |
| Banana - rendimento médio | 12.625 | kg/hectare |
| Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida | 100 | tonelada |
| Cacau (em amêndoa) - valor da produção | 250 | mil reais |
| Cacau (em amêndoa) - área plantada | 103 | hectare |
| Cacau (em amêndoa) - área colhida | 100 | hectare |
| Cacau (em amêndoa) - rendimento médio | 1.000 | kg/hectare |
| Café (em côco) - quantidade produzida | 21 | tonelada |
| Café (em côco) - valor da produção | 26 | mil reais |
| Café (em côco) - área plantada | 30 | hectare |
| Café (em côco) - área colhida | 30 | hectare |
| Café (em côco) - rendimento médio | 700 | kg/hectare |
| Goiaba - quantidade produzida | 21 | tonelada |
| Goiaba - valor da produção | 3 | mil reais |
| Goiaba - área plantada | 35 | hectare |
| Goiaba - área colhida | 35 | hectare |
| Goiaba - rendimento médio | 600 | kg/hectare |
| Guaraná (semente) - quantidade produzida | 21 | tonelada |
| Guaraná (semente) - valor da produção | 105 | mil reais |
| Guaraná (semente) - área plantada | 102 | hectare |
| Guaraná (semente) - área colhida | 102 | hectare |
| Guaraná (semente) - rendimento médio | 205 | kg/hectare |
| Laranja - quantidade produzida | 72 | tonelada |
| Laranja - valor da produção | 18 | mil reais |
| Laranja - área plantada | 18 | hectare |
| Laranja - área colhida | 16 | hectare |
| Laranja - rendimento médio | 4.500 | kg/hectare |
| Limão - quantidade produzida | 210 | tonelada |
| Limão - valor da produção | 11 | mil reais |
| Limão - área plantada | 70 | hectare |
| Limão - área colhida | 70 | hectare |
| Limão - rendimento médio | 3.000 | kg/hectare |
| Mamão - quantidade produzida | 1.900 | tonelada |
| Mamão - valor da produção | 1.140 | mil reais |
| Mamão - área plantada | 180 | hectare |
| Mamão - área colhida | 180 | hectare |
| Mamão - rendimento médio | 10.555 | kg/hectare |
| Manga - quantidade produzida | 212 | tonelada |

| | | |
|---|---|---|
| Manga - valor da produção | 24 | mil reais |
| Manga - área plantada | 104 | hectare |
| Manga - área colhida | 104 | hectare |
| Manga - rendimento médio | 2.038 | kg/hectare |
| Maracujá - quantidade produzida | 12 | tonelada |
| Maracujá - valor da produção | 1 | mil reais |
| Maracujá - área plantada | 5 | hectare |
| Maracujá - área colhida | 5 | hectare |
| Maracujá - rendimento médio | 2.400 | kg/hectare |
| Pimenta-do-reino - quantidade produzida | 3 | tonelada |
| Pimenta-do-reino - valor da produção | 3 | mil reais |
| Pimenta-do-reino - área plantada | 3 | hectare |
| Pimenta-do-reino - área colhida | 3 | hectare |
| Pimenta-do-reino - rendimento médio | 1.000 | kg/hectare |

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005.

## **Coari** - AM

### Lavoura Temporária 2005

| | | |
|---|---|---|
| Abacaxi - quantidade produzida | 39 | mil frutos |
| Abacaxi - valor da produção | 33 | mil reais |
| Abacaxi - área plantada | 37 | hectare |
| Abacaxi - área colhida | 37 | hectare |
| Abacaxi - rendimento médio | 1.054 | mil reais |
| | | |
| Arroz (em casca) - quantidade produzida | 50 | tonelada |
| Arroz (em casca) - valor da produção | 35 | mil reais |
| Arroz (em casca) - área plantada | 20 | hectate |
| Arroz (em casca) - área colhida | 20 | hectare |
| Arroz (em casca) - rendimento médio | 2.500 | mil reais |
| Batata-doce - quantidade produzida | 20 | tonelada |
| Batata-doce - valor da produção | 3 | mil reais |
| Batata-doce - área plantada | 21 | hectare |
| Batata-doce - área colhida | 20 | hectare |
| Batata-doce - rendimento médio | 1.000 | mil reais |
| Cana-de-açúcar - quantidade produzida | 1.400 | tonelada |
| Cana-de-açúcar - valor da produção | 112 | mil reais |
| Cana-de-açúcar - área plantada | 28 | hectare |
| Cana-de-açúcar - área colhida | 28 | hectare |
| Cana-de-açúcar - rendimento médio | 50.000 | mil reais |
| Feijão (em grão) - quantidade produzida | 16 | tonelada |
| Feijão (em grão) - valor da produção | 31 | mil reais |
| Feijão (em grão) - área plantada | 28 | hectare |
| Feijão (em grão) - área colhida | 20 | hectare |
| Feijão (em grão) - rendimento médio | 800 | mil reais |
| Juta (fibra) - quantidade produzida | 184 | tonelada |
| Juta (fibra) - valor da produção | 55 | mil reais |
| Juta (fibra) - área plantada | 80 | hectare |
| Juta (fibra) - área colhida | 80 | hectare |
| Juta (fibra) - rendimento médio | 2.300 | mil reais |
| Malva (fibra) - quantidade produzida | 1.034 | tonelada |
| Malva (fibra) - valor da produção | 414 | mil reais |
| Malva (fibra) - área plantada | 800 | hectare |
| Malva (fibra) - áréa colhida | 800 | hectare |
| Malva (fibra) - rendimento médio | 1.292 | mil reais |
| Mandioca - quantidade produzida | 1.515 | tonelada |
| Mandioca - valor da produção | 682 | mil reais |
| Mandioca - área plantada | 189 | hectare |
| Mandioca - área colhida | 189 | hectare |
| Mandioca - rendimento médio | 8.015 | mil reais |
| Melancia - quantidade produzida | 1.516 | tonelada |
| Melancia - valor da produção | 227 | mil reais |
| Melancia - área plantada | 892 | hectare |
| Melancia - área colhida | 892 | hectare |
| Melancia - rendimento médio | 1.699 | mil reais |

| | | |
|---|---|---|
| Melão - quantidade produzida | 9 | tonelada |
| Melão - valor da produção | 1 | mil reais |
| Melão - área plantada | 6 | hectare |
| Melão - área colhida | 6 | hectare |
| Melão - rendimento médio | 1.500 | mil reais |
| Milho (em grão) - quantidade produzida | 150 | tonelada |
| Milho (em grão) - valor da produção | 75 | mil reais |
| Milho (em grão) - área plantada | 110 | hectare |
| Milho (em grão) - área colhida | 110 | hectare |
| Milho (em grão) - rendimento médio | 1.363 | mil reais |
| | | |
| Tomate - quantidade produzida | 10 | tonelada |
| Tomate - valor da produção | 6 | mil reais |
| Tomate - área plantada | 3 | hectare |
| Tomate - área colhida | 3 | hectare |
| Tomate - rendimento médio | 3.333 | mil reais |

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005

ANEXO 03 – Dados da produção agrícola permanente no município de Manaus

# **Manaus** - AM

## Lavoura Permanente 2005

| | | |
|---|---|---|
| Banana - quantidade produzida | 2.154 | tonelada |
| Banana - valor da produção | 1.723 | mil reais |
| Banana - área plantada | 135 | hectare |
| Banana - área colhida | 135 | hectare |
| Banana - rendimento médio | 15.955 | kg/hectare |
| Café (em côco) - quantidade produzida | 10 | tonelada |
| Café (em côco) - valor da produção | 12 | mil reais |
| Café (em côco) - área plantada | 50 | hectare |
| Café (em côco) - área colhida | 50 | hectare |
| Café (em côco) - rendimento médio | 200 | kg/hectare |
| Côco-da-baía - quantidade produzida | 42 | mil frutos |
| Côco-da-baía - valor da produção | 7 | mil reais |
| Côco-da-baía - área plantada | 21 | hectare |
| Côco-da-baía - área colhida | 21 | hectare |
| Côco-da-baía - rendimento médio | 2.000 | frutos/hectare |
| Dendê (côco) - quantidade produzida | 183 | tonelada |
| Dendê (côco) - valor da produção | 77 | mil reais |
| Dendê (côco) - área plantada | 61 | hectare |
| Dendê (côco) - área colhida | 61 | hectare |
| Dendê (côco) - rendimento médio | 3.000 | kg/hectare |
| Guaraná (semente) - quantidade produzida | 10 | tonelada |
| Guaraná (semente) - valor da produção | 50 | mil reais |
| Guaraná (semente) - área plantada | 50 | hectare |
| Guaraná (semente) - área colhida | 50 | hectare |
| Guaraná (semente) - rendimento médio | 200 | kg/hectare |
| Laranja - quantidade produzida | 2.154 | tonelada |
| Laranja - valor da produção | 366 | mil reais |
| Laranja - área plantada | 850 | hectare |
| Laranja - área colhida | 850 | hectare |
| Laranja - rendimento médio | 2.534 | kg/hectare |
| Limão - quantidade produzida | 97 | tonelada |
| Limão - valor da produção | 10 | mil reais |
| Limão - área plantada | 58 | hectare |

| | | |
|---|---|---|
| Limão - área colhida | 58 | hectare |
| Limão - rendimento médio | 1.672 | kg/hectare |
| Mamão - quantidade produzida | 375 | tonelada |
| Mamão - valor da produção | 60 | mil reais |
| Mamão - área plantada | 150 | hectare |
| Mamão - área colhida | 150 | hectare |
| Mamão - rendimento médio | 2.500 | kg/hectare |
| Manga - quantidade produzida | 56 | tonelada |
| Manga - valor da produção | 7 | mil reais |
| Manga - área plantada | 8 | hectare |
| Manga - área colhida | 8 | hectare |
| Manga - rendimento médio | 7.000 | kg/hectare |
| Maracujá - quantidade produzida | 10 | tonelada |
| Maracujá - valor da produção | 1 | mil reais |
| Maracujá - área plantada | 20 | hectare |
| Maracujá - área colhida | 20 | hectare |
| Maracujá - rendimento médio | 500 | kg/hectare |
| Tangerina - valor da produção | 2 | mil reais |
| Tangerina - área plantada | 6 | hectare |
| Tangerina - área colhida | 6 | hectare |
| Tangerina - rendimento médio | 2.000 | kg/hectare |

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005.

## **Manaus** - AM

### Lavoura Temporária 2005

| | | |
|---|---|---|
| Abacaxi - quantidade produzida | 175 | mil tos |
| Abacaxi - valor da produção | 116 | mil reais |
| Abacaxi - área plantada | 25 | hectare |
| Abacaxi - área colhida | 25 | hectare |
| Abacaxi - rendimento médio | 7.000 | mil reais |
| Arroz (em casca) - quantidade produzida | 105 | tonelada |
| Arroz (em casca) - valor da produção | 92 | mil reais |
| Arroz (em casca) - área plantada | 70 | hectate |
| Arroz (em casca) - área colhida | 70 | hectare |
| Arroz (em casca) - rendimento médio | 1.500 | mil reais |
| Feijão (em grão) - quantidade produzida | 109 | tonelada |
| Feijão (em grão) - valor da produção | 209 | mil reais |
| Feijão (em grão) - área plantada | 136 | hectare |
| Feijão (em grão) - área colhida | 136 | hectare |
| Feijão (em grão) - rendimento médio | 801 | mil reais |
| Mandioca - quantidade produzida | 2.739 | tonelada |
| Mandioca - valor da produção | 329 | mil reais |
| Mandioca - área plantada | 913 | hectare |
| Mandioca - área colhida | 913 | hectare |
| Mandioca - rendimento médio | 3.000 | mil reais |
| Melancia - quantidade produzida | 84 | tonelada |
| Melancia - valor da produção | 10 | mil reais |
| Melancia - área plantada | 12 | hectare |
| Melancia - área colhida | 12 | hectare |
| Melancia - rendimento médio | 7.000 | mil reais |
| Milho (em grão) - quantidade produzida | 500 | tonelada |
| Milho (em grão) - valor da produção | 140 | mil reais |
| Milho (em grão) - área plantada | 250 | hectare |
| Milho (em grão) - área colhida | 250 | hectare |
| Milho (em grão) - rendimento médio | 2.000 | mil reais |

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005.

ANEXO 04 – Dados da produção agrícola permanente e temporária n município Urucurituba

## **Urucurituba** - AM

### Lavoura Permanente 2005

| | | |
|---|---|---|
| Banana - quantidade produzida | 8.110 | tonelada |
| Banana - valor da produção | 2.839 | mil reais |
| Banana - área plantada | 811 | hectare |
| Banana - área colhida | 811 | hectare |
| Banana - rendimento médio | 10.000 | kg/hectare |
| Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida | 54 | tonelada |
| Cacau (em amêndoa) - valor da produção | 22 | mil reais |
| Cacau (em amêndoa) - área plantada | 180 | hectare |
| Cacau (em amêndoa) - área colhida | 180 | hectare |
| Cacau (em amêndoa) - rendimento médio | 300 | kg/hectare |
| Côco-da-baía - quantidade produzida | 18 | mil frutos |
| Côco-da-baía - valor da produção | 3 | mil reais |
| Côco-da-baía - área plantada | 3 | hectare |
| Côco-da-baía - área colhida | 3 | hectare |
| Côco-da-baía - rendimento médio | 6.000 | frutos/hectare |
| Laranja - quantidade produzida | 189 | tonelada |
| Laranja - valor da produção | 30 | mil reais |
| Laranja - área plantada | 42 | hectare |
| Laranja - área colhida | 42 | hectare |
| Laranja - rendimento médio | 4.500 | kg/hectare |
| Mamão - quantidade produzida | 48 | tonelada |
| Mamão - valor da produção | 7 | mil reais |
| Mamão - área plantada | 16 | hectare |
| Mamão - área colhida | 16 | hectare |
| Mamão - rendimento médio | 3.000 | kg/hectare |
| Manga - quantidade produzida | 54 | tonelada |
| Manga - valor da produção | 8 | mil reais |
| Manga - área plantada | 18 | hectare |
| Manga - área colhida | 18 | hectare |
| Manga - rendimento médio | 3.000 | kg/hectare |

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005.

## **Urucurituba** - AM

### Lavoura Temporária 2005

| | | |
|---|---|---|
| Arroz (em casca) - quantidade produzida | 13 | tonelada |
| Arroz (em casca) - valor da produção | 11 | mil reais |
| Arroz (em casca) - área plantada | 12 | hectate |
| Arroz (em casca) - área colhida | 12 | hectare |
| Arroz (em casca) - rendimento médio | 1.083 | mil reais |
| Feijão (em grão) - quantidade produzida | 40 | tonelada |
| Feijão (em grão) - valor da produção | 77 | mil reais |
| Feijão (em grão) - área plantada | 80 | hectare |
| Feijão (em grão) - área colhida | 80 | hectare |
| Feijão (em grão) - rendimento médio | 500 | mil reais |
| Malva (fibra) - quantidade produzida | 40 | tonelada |
| Malva (fibra) - valor da produção | 20 | mil reais |
| Malva (fibra) - área plantada | 20 | hectare |
| Malva (fibra) - área colhida | 20 | hectare |
| Malva (fibra) - rendimento médio | 2.000 | mil reais |
| Mandioca - quantidade produzida | 8.004 | tonelada |
| Mandioca - valor da produção | 1.201 | mil reais |
| Mandioca - área plantada | 920 | hectare |
| Mandioca - área colhida | 920 | hectare |
| Mandioca - rendimento médio | 8.700 | mil reais |
| Melancia - quantidade produzida | 68 | tonelada |
| Melancia - valor da produção | 11 | mil reais |
| Melancia - área plantada | 45 | hectare |
| Melancia - área colhida | 45 | hectare |
| Melancia - rendimento médio | 1.511 | mil reais |
| Melão - quantidade produzida | 3 | tonelada |
| Melão - área plantada | 2 | hectare |
| Melão - área colhida | 2 | hectare |
| Melão - rendimento médio | 1.500 | mil reais |
| Milho (em grão) - quantidade produzida | 183 | tonelada |
| Milho (em grão) - valor da produção | 27 | mil reais |
| Milho (em grão) - área plantada | 185 | hectare |
| Milho (em grão) - área colhida | 183 | hectare |
| Milho (em grão) - rendimento médio | 1.000 | mil reais |

| | | |
|---|---|---|
| Tomate - quantidade produzida | 140 | tonelada |
| Tomate - valor da produção | 7 | mil reais |
| Tomate - área plantada | 30 | hectare |
| Tomate - área colhida | 28 | hectare |
| Tomate - rendimento médio | 5.000 | mil reais |

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005.